



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Faculdade de Educação**

GABRIELA NASCIMENTO SPACH

**A LUTA DOS NEGROS POR EDUCAÇÃO  
PÚBLICA NA IMPRENSA NEGRA PAULISTA  
DA DÉCADA DE 1930**

CAMPINAS

2020

GABRIELA NASCIMENTO SPACH

**A LUTA DOS NEGROS POR EDUCAÇÃO  
PÚBLICA NA IMPRENSA NEGRA PAULISTA  
DA DÉCADA DE 1930**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Educação.

Orientador: PROF. DR. RÉGIS HENRIQUE DOS REIS SILVA

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DE DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA GABRIELA NASCIMENTO SPACH, E ORIENTADA PELO PROF. DR. RÉGIS HENRIQUE DOS REIS SILVA.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Sp11L Spach, Gabriela Nascimento, 1986-  
A luta dos negros por educação pública na Imprensa Negra paulista da década de 1930 / Gabriela Nascimento Spach. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Régis Henrique dos Reis Silva.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Imprensa dos negros - São Paulo (Estado). 2. Educação. 3. Movimento Negro. I. Silva, Régis Henrique dos Reis, 1978-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The struggle of blacks for public education in the São Paulo Black Press of the 1930s

**Palavras-chave em inglês:**

São Paulo Black Press

Education

Black movement

Black press - São Paulo (State)

**Área de concentração:** Educação

**Titulação:** Mestra em Educação

**Banca examinadora:**

Régis Henrique dos Reis Silva [Orientador]

Fabiana de Cassia Rodrigues

Luciana Cristina Salvatti Coutinho

**Data de defesa:** 27-11-2020

**Programa de Pós-Graduação:** Educação

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: 0000-0003-3060-2320

- Currículo Lattes do autor: [https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.men](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.men)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A LUTA DOS NEGROS POR EDUCAÇÃO  
PÚBLICA NA IMPRENSA NEGRA PAULISTA  
DA DÉCADA DE 1930**

**Autora: Gabriela Nascimento Spach**

**COMISSÃO JULGADORA:**

Prof. Dr. Regis Henrique dos Reis Silva  
Prof. Dra. Fabiana de Cassia Rodrigues  
Prof. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de  
Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

**2020**

*Dedico este trabalho ao meu avô, Joel Nascimento (in memoriam), e à minha sobrinha, Maria Isabella Nascimento. Eles são as extremidades temporais de tudo aquilo que entendo como família. Por isso, são partes essenciais com as quais eu compreendo a minha existência e o amor. Também dedico às amadas avós Luzia Nascimento, Ruth Moura (in memoriam) e Dina Garbati (in memoriam), pois são exemplos, para mim, de mulheres fortes. É por todos eles, por esse passado e por esse futuro, que luto com força pelo direito à nossa história.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Régis Henrique dos Reis Silva, por ser um orientador impecável em todas as suas colocações, conselhos, apontamentos e direcionamentos. Ressalto a paciência que teve, em uma época que nossas vidas são uma ode à produtividade, ele, sempre gentilmente, propôs importantes reflexões e sempre deu o tempo que eu precisava (física e intelectualmente) para elaborá-las. Não posso deixar de registrar a experiência valiosa que tive no Programa de Estágio Docente (PED) em uma disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Régis Silva. Nela, pude aprender muito, pois ele é um professor que sempre mantém sua prática muito fiel ao que teoriza, o que considero admirável. Esses anos de estudo e de convivência, sob a orientação dele, trouxe contribuições transformadoras à minha prática e ao encaminhamento da minha vida acadêmica. Ter sido acolhida por ele, como aluna, é uma honra da qual serei sempre grata.

Aos membros das bancas examinadoras. Sou muito grata aos apontamentos pertinentes e de grande contribuição feitos, na qualificação, pelas professoras Dra. Débora Cristina Jeffrey e Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho. Também na qualificação, sou grata à generosidade da Profa. Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues em se disponibilizar à suplência. Agradeço enormemente toda a banca de defesa. Obrigada à Profa. Dra. Olinda Maria Noronha e à Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues por compor a banca suplente. Minha imensa gratidão à Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho e à Profa. Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues, que acolheram a mim e ao meu trabalho apresentando valiosíssimas contribuições.

Ao grupo HISTEDBR, pelo recebimento do meu projeto, pelos momentos de construção coletiva do conhecimento e, principalmente, pela valorização do diálogo e troca no processo de pesquisa. Foi muito enriquecedor não se sentir só, principalmente no início do programa de pós-graduação.

Aos professores da Faculdade de Educação, por todo conhecimento compartilhado, pelas experiências proporcionadas e pelo acolhimento aos alunos com diversas formações.

A todos os colegas da Faculdade de Educação, sobretudo os que tive no convívio do grupo HISTEDBR. Pois, poder trocar vivências, compartilhar inseguranças e aflições, ter também momentos de alívio e descontração, garantem o aspecto humano do processo de crescimento, aprendizagem e pesquisa.

À minha família fica o agradecimento da vida toda. Aos meus pais, pois, sem eles, sequer haveria luz para iniciar qualquer empreitada. É difícil expressar em palavras o amor e a gratidão, o que, ao meu jeito, sempre busquei transparecer em gestos. O importante é dizer que eles estão lá na origem de tudo que sou e faço, espero orgulhá-los. Por isso, quero deixar, aqui, registrado que eles me deram, com todos os sacrifícios que nunca mediram por mim, os bens mais valiosos para que eu chegasse aqui (e que fazem de mim privilegiada): o gosto pela leitura, as oportunidades de estudo, a consciência de quem somos no todo e o amor (muito amor). Com meus pais, eu também aprendi a agregar, nosso nome é “Nascimento”, fazer viver e (re)unir parece ser um “jeitinho” muito nosso. Minha história de vida poderia ser narrada usando como referência o nascimento dos meus irmãos, nem todos de sangue, mas todos unidos no meu coração em irmandade.

Aos irmãos, por existirem sempre para mim e em mim, em ordem cronológica, obrigada: Rutinha, Lenita, Vanessa, Marcelo, Lena, Larissa, Eduardo, André, Robson, Sabrina, João Paulo. Que fique o registro de que vocês são parte do alicerce que sustentam a humanidade em mim, para que eu possa seguir buscando aprender.

Ao meu amado marido, Eduardo. Não existe um número que possa simbolizar a quantidade imensa de vezes em que ele fez coisas incríveis por mim. Agradeço pelo suporte incondicional, pela alegria que é viver com ele, pela nossa vida no mato, por tornar cada conquista (mesmo as muito pequenas) ainda mais compensadoras por saber que ele sempre estará lá para vibrar por cada uma. Nunca esquecerei todo suporte dado por ele para que eu pudesse ingressar e cursar o mestrado. Além disso, agradeço ao meu marido, pois graças a ele, nesses anos, pude contar com o apoio e carinho (sempre para além do que merecia) da Lucia, minha sogra, e o muito amado avô Manoel.

Às colegas de trabalho Márcia Maciel e Milena Valli. Como grandes parceiras de trabalho e amigas para a vida, elas engrandecem e fortalecem a já difícil missão da docência na educação pública de Ensino Fundamental no Brasil. Para além do trabalho, elas sempre me ajudaram muito a seguir adiante e a manter sempre o aluno no objetivo de toda e qualquer ação. Foram fundamentais no suporte à realização da atividade profissional junto à pesquisa. Elas têm todo meu carinho.

Aos meus alunos, gostaria que eles soubessem que minha busca por conhecimento sempre foi, em primeiro lugar, por eles. É preciso buscar no passado o entendimento do que acontece (e não acontece) hoje.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o movimento de luta dos negros por educação representado nas publicações da chamada “Imprensa Negra” paulista na década de 1930, dando destaque às publicações do jornal “*A Voz da Raça*”. Nesse sentido, traçou-se a relação entre a luta por uma integração social efetiva dos negros e a reivindicação, desse mesmo grupo, por acesso à educação escolar; buscando compreender a relação da imprensa com o movimento negro, com as lutas populares pela educação e com as configurações tomadas pela educação na década de 1930. Neste percurso, tivemos como referência o importante trabalho de Miriam Nicolau Ferrara (1985), que tem a Imprensa Negra paulista como objeto de pesquisa e cuja investigação nos proporciona, como resultado, uma base de dados da imprensa em questão – hoje, organizada e disponibilizada na plataforma digital da Universidade de São Paulo (USP). Bem como, buscamos, para este trabalho, seguir os princípios teóricos-metodológicos propostos por Saviani, em sua obra “História das Ideias Pedagógicas”, e mantivemos: o olhar analítico–sintético no trato com as fontes; uma articulação do singular e do universal; uma atualidade da pesquisa histórica e a relação educação e trabalho. Com isso, pudemos, através das análises da fonte, recuperar a presença do negro como sujeito de sua história; podendo, também, problematizar e compreender algumas das determinações políticas, econômicas e sociais do passado que permitem compreender a exclusão/inclusão da população negra na educação pública brasileira até os dias atuais.

**Palavras-chaves:** Imprensa Negra Paulistana, Educação, Movimento Negro, “*A Voz da Raça*”, 1930.

## **ABSTRACT**

This research aimed to analyze the movement of struggle of blacks for education represented in the publications of the so-called “Black Press” of São Paulo in the 1930s, highlighting the publications of the newspaper “A Voz da Raça”. In this sense, the relationship between the struggle for effective social integration of blacks and the claim, by that same group, for access to school education was traced; seeking to understand the relationship of the press with the black movement, with the popular struggles for education and with the configurations taken by education in the 1930s. In this path, we had as reference the important work of Miriam Nicolau Ferrara (1985), who has the Press Black women from São Paulo as an object of research and whose investigation provides us, as a result, with a database of the press in question - today, organized and made available on the digital platform of the University of São Paulo (USP). As well as, we sought, for this work, to follow the theoretical-methodological principles proposed by Saviani, in his work "História das Ideias Pedagógicas", and we kept: the analytical – synthetic look in dealing with the sources; an articulation of the singular and the universal; an up-to-date historical research and the relationship between education and work. With this, we were able, through the analysis of the source, to recover the presence of blacks as subjects of their history; it can also problematize and understand some of the political, economic and social determinations of the past that allow understanding the exclusion / inclusion of the black population in Brazilian public education to the present day.

**Keywords:** Imprensa Negra Paulistana, Education, Black Movement, “A Voz da Raça”, 1930.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 - CORREIO PAULISTANO, 17 de março de 1874 (nº 5252).....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 2 - CORREIO PAULISTANO, 3 de janeiro de 1874 (nº 5194) .....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 3 - A REDEMPÇÃO, 2 de janeiro de 1887 .....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 4 - A VOZ DA RAÇA, 10 de junho de 1933 .....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 5 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 01) .....</b>	<b>95</b>
<b>Figura 6 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 01) .....</b>	<b>96</b>
<b>Figura 7 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 01) .....</b>	<b>98</b>
<b>Figura 8 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 04) .....</b>	<b>99</b>
<b>Figura 9 - VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 04) .....</b>	<b>99</b>
<b>Figura 10 - A VOZ DA RAÇA, 29 de abril de 1933 (página 03).....</b>	<b>104</b>
<b>Figura 11 - A VOZ DA RAÇA, 08 de julho de 1933 .....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 12 - A VOZ DA RAÇA, 05 de agosto de 1933, (página 01) .....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 13 - A VOZ DA RAÇA, 17 de junho de 1933 .....</b>	<b>108</b>
<b>Figura 14 - A VOZ DA RAÇA, 25 de março de 1933 (página 02) .....</b>	<b>110</b>
<b>Figura 15 - A VOZ DA RAÇA, 28 de abril de 1934 (página 04).....</b>	<b>111</b>
<b>Figura 16 - A VOZ DA RAÇA, 08 de abril de 1933 (página 01).....</b>	<b>114</b>
<b>Figura 17 - A VOZ DA RAÇA, 09 de dezembro de 1933 (página 04) .....</b>	<b>115</b>
<b>Figura 18 - A VOZ DA RAÇA, 08 de abril de 1933 (página 01).....</b>	<b>116</b>
<b>Figura 19 - A VOZ DA RAÇA, 08 de julho de 1933 .....</b>	<b>117</b>
<b>Figura 20 - A VOZ DA RAÇA, 14 de abril de 1934 (página 4).....</b>	<b>118</b>
<b>Figura 21 - CHIBATA, fevereiro de 1932 (página 01).....</b>	<b>121</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
– Frente Negra Brasileira - FNB (1931-1937).....	41
– O jornal “A VOZ DA RAÇA” .....	42
<b>CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>47</b>
1.1 O recorte de tempo-espaço: a década de 1930 na sociedade paulista.....	47
1.2 Os Grupos Escolares e as reformas educacionais do governo republicano ...	53
1.3 O negro na História da Educação Brasileira .....	64
1.4 A Imprensa Negra como fonte da História da Educação .....	72
<b>CAPÍTULO II - O CONTEXTO DA LUTA DOS NEGROS POR EDUCAÇÃO PÚBLICA NA DÉCADA DE 1930.....</b>	<b>76</b>
2.1 Escravidão, abolição e pós-abolição .....	76
2.2 As teorias raciais e o projeto de branqueamento.....	79
2.3 O negro no contexto de São Paulo nos anos iniciais do século XX.....	88
2.4 Organização do Movimento Negro paulista no pós-abolição .....	92
2.4.1 Associações Sociais e Recreativas dos negros.....	92
<b>CAPÍTULO III: A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO POR EDUCAÇÃO NA IMPRENSA NEGRA PAULISTA: UMA ANÁLISE DO “A VOZ DA RAÇA” ....</b>	<b>95</b>
3.1 Sobre a primeira edição.....	95
3.2 Sobre a organização do jornal “A Voz da Raça” .....	101
3.3 Sobre as questões históricas e ideológicas .....	104
3.4 “A Voz da raça” e a questão da educação.....	106
3.5 A voz dos oponentes .....	119

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo de pesquisa analisar o movimento de luta dos negros por educação representado nas publicações da chamada “Imprensa Negra” paulista na década de 1930<sup>1</sup>, mais especificamente, os escritos sobre a luta pela educação pública nessas fontes, dando destaque aos impressos do jornal intitulado “A Voz da Raça”<sup>2</sup>. Esse primeiro olhar amplo à Imprensa Negra dá-se, pois, no início do século XX, com seu surgimento, a Imprensa Negra tornou-se um instrumento de resistência e de afirmação marcado, até a atualidade, pela luta da população negra por espaços e por oportunidades na sociedade, sendo importante, então, não perder de vista o conjunto antes de qualquer recorte.

Para alcançar tais compreensões, neste trabalho, pretendemos traçar a relação entre a luta por uma integração social efetiva dos negros e a reivindicação, desse mesmo grupo, por acesso à educação escolar e, assim, pensarmos a relação da imprensa com o movimento negro, com as lutas populares pela educação e com as configurações tomadas pela educação na década de 1930.

A origem desta pesquisa, na reflexão das justificativas pessoais de realização do próprio estudo, está na trama de razões objetivas e subjetivas.

Do ponto de vista objetivo, parece-me que a investigação dos aspectos históricos do próprio ofício seja um caminho nada simples, porém, imprescindível para qualquer profissional, sobretudo quando se trata de um professor. Nesse sentido, as indagações sobre as questões do passado, que me colocam nas atuais conjecturas, sempre existiram. Porém, poder chegar a elaborar essas questões como forma de pesquisa acadêmica, foi um longo percurso, mas foi essa a trajetória que me levou da formação em Letras (com estudos na Análise do Discurso) para a História da Educação (à luz do materialismo histórico dialético).

Assim que entrei na graduação em Letras, comecei a lecionar em um cursinho popular. Desde então, nunca mais saí da sala de aula, sobretudo das escolas públicas. Ainda assim, permanecia com estudos acadêmicos sempre sob a abordagem dos textos. E, aqui, não pretendo me estender legitimando, ou não, qualquer linha de pesquisa (até

---

<sup>1</sup> A lista de todos os impressos dessa imprensa consultados ao longo da pesquisa encontra-se no **ANEXO A**.

<sup>2</sup> Publicado de 1933 ao ano de 1937.

porque me faltava, e ainda falta, maturidade dentro de qualquer área que fosse), mas efetivamente eu carecia de instrumentos e de métodos com os quais eu conseguiria, na pesquisa científica, me aproximar da minha prática e buscar melhores formas de compreensão da (minha) realidade.

Como anunciado, minha trajetória é construída de fatores objetivos e subjetivos (talvez como a de todos, mas há quem vá admitir isso mais ou menos). E é esse encontro de fatores que me faz chegar às fontes escolhidas para o estudo da História da Educação: a Imprensa Negra.

Na mesma medida em que meus estudos me permitiam compreender a importância da consideração de aspectos da totalidade e permitiam desenhar uma base filosófica para meus trabalhos de pesquisa, alguns recortes da realidade começavam a me chamar mais a atenção. Subjetivamente, minha vida sempre me fez, das mais diversas formas, ter proximidade com a análise da imprensa. Objetivamente, quando me coloco a pensar os fatores envolvidos na minha prática pedagógica, confronto-me com meus propósitos na educação, sobretudo como professora negra no ensino público. Nesse sentido, não há, para mim, outra possibilidade de compreensão do meu papel de professora se não pelo entendimento da História da educação brasileira com a investigação das presenças e das ausências da população negra ao longo desta mesma história.

E se essa apresentação começou justamente ressaltando os nós das nossas subjetividades, a empreitada de estudar o movimento negro por fontes não documentais (oficiais) se torna extremamente cara a mim por reforçar uma percepção que eu já tinha nos tempos de estudante de Letras. Essa jornada de estudo reitera, em mim, o quão valioso é o saber sobre a realidade que se compreende daquilo que há nas manifestações mais momentâneas e responsivas aos acontecimentos.

Esta pesquisa, por fim, está no movimento de compreensão do meu papel como professora em sociedade. Vivemos um momento de forte revisionismo histórico, de todos os âmbitos. Assim, foi como que formando uma equação na qual, quanto mais crescia a percepção da atualidade da pesquisa, potencializava a necessidade do rigor metodológico no trato com as fontes – atualidade e cuidado com as fontes, como se verá, são duas de outras tantas variantes da lógica deste trabalho.

Para tanto, fez-se urgente a necessidade de se levar em conta e retomar algumas considerações sobre o uso da imprensa (em geral) como fonte de pesquisa. Fonte esta,

que muitas vezes, no movimento de pesquisa deste e de outros trabalhos, confunde-se com o objeto.

A imprensa periódica tem o seu grande desenvolvimento a partir dos séculos XVI e XVII. Acompanhando as grandes transformações do mundo moderno, esses impressos são formados por diversas “[...] *folhas volantes impressas, como libelos, os pasquins, os almanaques, além das occasionnels francesas, dos zeitungen alemães e das gazetas italianas, atividades que tiveram longa sobrevivência*”. (ALVES, 1998, p. 7).

No Brasil, a imprensa começa a se expandir a partir de 1822, buscando adquirir características próprias e com participações e influências políticas, trazendo sempre a expressão dos interesses de cada época – em seu início, então, era marcada pelo período em que o país sofreu transformações resultantes das contradições na relação da classe dominante colonial com a nascente burguesia.

Cabe também registrar que, a partir da segunda metade do século XX, as mudanças, de alguma maneira, tributárias das proposições da Escola dos *Annales*<sup>3</sup>, significaram uma ampliação do campo de estudo dos historiadores, inclusive com a adoção de novos aportes analíticos como: a psicanálise, a linguística e a semiótica. Estas modificações não são relativas apenas aos partidários da chamada História Nova, mas, também passou pela renovação da tradição marxista. Intelectuais como Raymond Williams, Perry Anderson, Eric Hobsbawm e Edward Thompson, articulados ao redor da *New Left Review*<sup>4</sup>(1960), diferenciaram-se pela metodologia que, para além das questões referentes à economia política, ocupava-se dos elementos culturais, entendendo-os como dotados de lógica específica. (LUCA, 2006). Aqui, nos é caro retomar a proposta de Castanho (2010) na busca de uma história cultural que ele chama de “contextualista”, no qual a cultura é indissociável de sua materialidade, o que seria não perder de vista que “*a luta de classes permanece no mundo cultural*” (CASTANHO, 2010, p.60).

A imprensa, como jornais e revistas, enquanto fonte, traz em seus registros a história de um período do desenvolvimento da sociedade capitalista e, neste sentido, precisamos aprender a ler as ideias por ela divulgadas que “[...] *é uma luta em que*

---

<sup>3</sup> Mais do que a própria criação da Escola dos *Annales* na França nos anos de 1970, o movimento da *Nouvelle Histoire* tornou-se um complexo conjunto de interpretações da História que influenciou a historiografia ocidental.

<sup>4</sup> “*Considerada uma das revistas de esquerda mais respeitadas do mundo, a New Left Review (NLR), fundada em 1960, teve entre seus editores nomes como Edward Thompson, Perry Anderson e Robin Blackburn. A revista conseguiu implementar o que desejou, nomeadamente, a criação de um espaço para o que se convencionou chamar, em determinado momento, de “nova esquerda”, para se diferenciar tanto dos partidos comunistas quanto dos socialdemocratas*”. (TUPINAMBÁ, p.377)

*aparecem organizações e pessoas nas mais diversas situações social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações”*. (SODRÉ, 1998, p. 1).

Os jornais são as fontes primárias desta pesquisa e foram selecionadas, sobretudo, no *A voz da raça* no período de 1933 a 1937. Todas as fontes selecionadas buscaram fazer a articulação do singular para o universal na dedicação “[...] *em encontrar a justa relação entre o local, nacional e o internacional*” (SAVIANI, 2010, p.40), pois, só posso compreender o presente se compreender as suas origens, isso significa afirmar que “[...] *a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender*” (SAVIANI, 2010, p. 28).

Os jornais, em nossas pesquisas, constituem-se elementos importantes na composição da nossa escrita, porém não podemos deixar de registrar que são fontes que resultam das produções humanas e, assim, cabe ao historiador, ao selecioná-las, também questionar as verdades por ela veiculadas. As fontes, elas estão situadas num determinado tempo e espaço que é histórico, por intermédio de sujeitos que são historicamente situados e estabelecidos num dado contexto social determinado, por isso estamos buscando estudar as fontes, em nossa pesquisa, nas possíveis complexidades da história.

Na história da educação, a utilização da imprensa como fonte vem sendo usada como referência por diversos estudos, ampliando, assim, as análises para além dos documentos oficiais, realizando “[...] *uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época*”. (VIDAL, CAMARGO, 1992, p. 408).

As fontes colaboram para montarmos o quebra cabeça, para entender o mundo e a vida dos homens. Como já colocado, elas são frutos da ação do homem e, “[...] *mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu modo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida*”. (LOMBARDI, 2004, p.155).

Neste sentido, as fontes ajudaram a fazer parte da compreensão do concreto, da realidade histórica da época, para compreendermos, das abstrações a partir dela (com respaldo metodológico), o concreto pensado, revelado, isto é, a totalidade, como uma categoria do método de análise. “*O concreto é concreto porque é a síntese de numerosas determinações, ou seja, unidade na diversidade [...]. A totalidade, tal como aparece na mente, como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante [...]*”. (MARX, 1982, p. 14).

É dentro dessa diversidade que as fontes se apresentam, não de forma isolada ou falando por si só, mas, sim, como parte da pesquisa através de um olhar crítico sobre a realidade e seu entorno. Por isso, a elaboração de questionamentos que articulem os conhecimentos oriundos das fontes com o movimento da história é algo tão importante.

Por compreender que temos que articular o estudo de uma imprensa setorializada (caso da Imprensa Negra) com a totalidade na qual ela se inscreve e exprime, de partida, então, entendemos que a leitura dos jornais e folhetos da Imprensa Negra, fontes desta pesquisa, depende, em primeiro lugar, das perguntas que se faz a ela. Dessa forma, elaboramos indagações que visam à análise dos muitos sentidos que o próprio material suscita – e que nos possibilitam sistematizar a incursão à imprensa para, conseqüentemente, orientar a escolha de categorias de análise. Mas são, também, indagações, ainda que amplas, mas, que problematizam o objeto de pesquisa (aqui, luta dos negros por educação pública), para compreendê-lo no movimento histórico-social ao qual pertence – ou seja, articulando um conjunto amplo de particularidades e detalhes, que possibilitam captar o seu movimento o considerando em relação à totalidade. Portanto, seguem os primeiros questionamentos:

- Qual o valor real e o simbólico da Abolição e da Proclamação da República?
- O que significa ser livre para a população “liberta” no Brasil pós-abolição? E ser cidadão, em um contexto no qual predominam os ideários do racismo científico e as teorias do branqueamento da nação?
- O que significava a aposta da Imprensa Negra (logo, do movimento negro) na educação formal? Por que a educação é apontada como a principal política pública para a promoção da igualdade racial? Como foi discutida, problematizada, tratada a questão da educação na Imprensa Negra do período? Logo, quais as concepções de educação, de escola, de escolarização, de instrução, de professor que aparecem nos jornais?
- E, conseqüentemente, como essas informações nos permitem rever criticamente a historiografia da educação brasileira?

No caminho de elaboração e elucidação de tais questões, tivemos como referência o importante trabalho de Miriam Nicolau Ferrara (1985), que tem a Imprensa Negra paulista como objeto de pesquisa e cuja investigação nos proporciona, como resultado, uma base de dados da imprensa em questão – hoje, organizada e disponibilizada na

plataforma digital da Universidade de São Paulo (USP)<sup>5</sup>. Ao traçar um histórico para a Imprensa Negra paulista, Ferrara aponta:

Os jornais feitos por negros para negros, no período de 1915 a 1963, no Brasil, esboçam uma **camada social descendente de escravos** e que, após três décadas de liberdade, consegue articular-se socialmente imprimindo suas ideias e reivindicações. (FERRARA, 1985, p. 198. *Grifo nosso*).

Logo, ao trazermos aqui a Imprensa Negra como fonte para o estudo das lutas do movimento negro pela educação, devemos entender as determinações históricas<sup>6</sup> que esse objeto suscita. Devemos, de alguma forma, perguntar-nos, mesmo quando escreviam de assuntos triviais, o porquê de o ato de escrever em imprensa (ou seja, coletivamente e com divulgação) e o porquê de esse ato em si já se configurar como um ato de luta.

Cabe observar que a análise que aqui estamos propondo é sobre a luta dos negros pela educação e que, nesse sentido, a Imprensa Negra é uma fonte fundamental para compreender essa luta nesse período histórico; em outros termos, esse tipo de fonte é extremamente importante para compreender o objeto (luta dos negros por educação pública). Retomando a lógica de construção da pesquisa, evidencia-se, assim, que há uma relação dialética entre perguntas e respostas, e, nesta relação, o ser humano não se coloca questões que não há condições de respondê-las, por isso, inclusive, as condições de respostas e as fontes destas são importantes, mas na relação são as perguntas que guiam o processo investigativo (atividade consciente e intencional).

Como já foi dito, no Brasil, a Imprensa Negra surge quase que paralelamente ao início da imprensa comum, ou seja, no início do século XIX. Sua criação, em si já marcada pela resistência, toca no cerne da esfera pública quando eclode a discussão abolicionista.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e com isso os jornais negros brasileiros coexistiram com o sistema escravocrata. Em 1833 surge o primeiro periódico negro, *O Homem de Cor*, que tem a sua primeira edição catalogada no acervo da Biblioteca Nacional. Segundo Pinto (2010), outros três periódicos negros surgiram antes de 1888 – ano da abolição: *Brasileiro Pardo* e *O Cabrito/Lafuente*, também criados em 1833, no Rio de Janeiro, e jornal *O Homem: Realidade Constitucional*, criado em 1876 em Recife. (ARAUJO, 2019, p. 219).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>. Último acesso em 26/02/2020.

<sup>6</sup> Aqui, a diferenciação entre “determinações históricas” e “determinismo histórico” nos é cara, pois nos possibilitará rever as críticas feitas às abordagens marxistas da História da Educação no Brasil (sobretudo ao que tange os estudos da luta dos negros).

A pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto, no seu trabalho intitulado “*De Pele Escura e Tinta Preta*” (2006), disserta sobre a constituição da imprensa negra e a relação desta com a imprensa comum. Ao mostrar a imprensa negra como peça do jornalismo brasileiro, Pinto reitera que, diferentemente de outras colônias das Américas, o Brasil só pode contar com a imprensa pouco antes de sua independência política. Pinto lembra que, em colônias como Peru, México e Estados Unidos, a imprensa escrita e a educação eram instrumentos da dominação colonial, pois asseguravam a disseminação das ideias dominantes (PINTO, 2006, p. 23)<sup>7</sup>.

O período que tomamos para esta pesquisa (a década de 1930) é um recorte um pouco posterior a criação da imprensa (da brasileira e da tipificada como Imprensa Negra) e é, também, um intervalo de tempo relativamente próximo à abolição da escravatura (1888). Essa primeira parte do século XX ainda apresenta traços da transição do período escravista à abolição – passagem cuja libertação dos escravos se deu legalmente, mas que não foi verificada na prática, por falta de ação do Estado na promoção da inserção dos escravos na sociedade.

O fato de serem libertados por força da lei não garantia aos negros os mesmos direitos de fato e todas as oportunidades dadas aos brancos em nosso país, sobretudo, às camadas mais ricas da população. [...] após a abolição tiveram que implementar um longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais. (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 107).

Do ponto de vista da luta dos negros, então, as publicações desta primeira metade do século XX, em comparação às do século anterior, estão ainda em si marcadas pela resistência à escravidão, mas agora se colocam em oposição à intensa divisão das atividades produtivas que configuravam a divisão social marcada pelo racismo e pela exclusão dos negros no mercado de trabalho e outras instâncias da sociedade, como a educação. Por isso, o recorte de 1930 para esta pesquisa nos é caro, por ser o período em que vemos a mão de obra escrava tornar-se mão de obra livre possibilita, logo, vemos as mudanças nas relações de trabalho – mudanças que não significam emancipação alguma na lógica de exploração e marginalização do povo afro-descendente.

As relações de trabalho têm relação direta com as demandas da educação pública brasileira. Saviani (2007), ao mostrar que a divisão dos homens em classes acarreta uma divisão na educação, lembra que

---

<sup>7</sup> Nelson Werneck Sodré, em “*História da Imprensa no Brasil*”, sintetiza bem o cenário e as tensões políticas que envolvem a criação de uma imprensa brasileira (SODRÉ, 1998).

“o processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho (...) O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a idéia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes” (SAVIANI, 2007, p. 155-157).

A História do Brasil é marcada pelo longo período de mais de três séculos<sup>8</sup> de escravidão dos negros africanos (de meados do século XVI ao final do século XIX). Ou seja, quando falamos da imprensa como um dos movimentos de tentativa dos negros de inserção na sociedade, estamos falando do esforço de um grupo relativamente pequeno (negros letrados) que, no ato de escrita, tentavam se colocar – e tentavam representar toda a grande parcela da população negra segregada (retomando a ideia de coletividade) – pela primeira vez como cidadão em um país que, até então, só os submetiam à força à condição de propriedade de um senhor.

Não ignoramos a existência importante de negros livres e/ou de negros letrados no período anterior à abolição (como Luiz Gama e José do Patrocínio). Porém, compreendemos que eles o são em resistência à situação hegemônica, logo, suas existências também estão marcadas pelas condições dadas pelo sistema escravocrata.

Dessa forma, se pensarmos em uma história da imprensa geral no Brasil, o negro, até então, figurava majoritariamente em jornais na seção que correspondia a algo como “classificados”, na condição de mercadoria, em registros como os seguintes (verificáveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional<sup>9</sup>):

---

<sup>8</sup> O recurso à categoria “século” para datar e demarcar os acontecimentos e os fatos históricos é uma prática recorrente entre os historiadores especialmente quando o objeto de estudo incide sobre as épocas modernas e contemporâneas. Assim, é, também, no campo da história da educação (SAVIANI, 2014, p. 9). Assim, podemos compreender as configurações históricas como processo de construção política, econômica e social; e não compreender os acontecimentos históricos como fatos estanques às datas de início e fim. No que diz respeito à questão própria da luta dos movimentos negros, esse é um apontamento extremamente válido, pois não podemos perder de vista, jamais, que a data da assinatura da Lei Áurea não foi o fim absoluto de toda uma sociedade construída nos alicerces escravocratas e não podemos, assim, crer na ilusória ideia de que em 13 de maio de 1888 acabou a divisão racial no país (e suas consequências).

<sup>9</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>. (último acesso feito em 26/02/2020).

Figura 1 - CORREIO PAULISTANO, 17 de março de 1874 (nº 5252)

**Escravo Fugido**  
 Do abaixo assignado fugiu d'esde 28 de Dezembro do anno passado o escravo Izahias, de 16 para 17 annos de idade e não representa ter mais do que 12, é bem ladino, preto e amante de conversar, tem uma ferida no coucavo do pé esquerdo, proveniente de um golpe que soffreu em Julho do anno passado e a ferida mostra ser antiga. Anda sempre com o pé amarrado e pisa para o lado de fora por não poder firmar sobre a coucavidade do pé, levou somente a roupa do corpo ; a saber : calça azul desbotada e com remendos mais novos, camisa de chita amarela tambem desbotada.  
 Gratifica-se a quem o pegar ou der noticia certa.  
 Sorocaba, 10 de Março de 1874.  
 Antonio Augusto de Padua Fleury. 4-3

**Escravo Fugido**

Do abaixo assignado fugiu d'esde 28 de Dezembro do anno passado o escravo Izahias, de 16 para 17 annos de idade e não representa ter mais do que 12, é bem ladino, preto e amante de conversa, tem uma ferida no coucavo do pé esquerdo, proveniente de um golpe que soffreu em Julho do anno passado e a ferida mostra ser antiga. Anda sempre com o pé amarrado e pisa para o lado de fora por não poder firmar sobre a coucavidade do pé, levou somente a roupa do corpo; a saber: calça azul desbotada e com remendos mais novos, camisa de chita amarela tambem desbotada.

Gratifica-se a quem o pegar ou der noticia certa.

Sorocaba, 10 de Março de 1874.

Antonio Augusto de Padua Fleury.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional)

Figura 2 - CORREIO PAULISTANO, 3 de janeiro de 1874 (nº 5194)

**VENDA DE ESCRAVOS**  
 Vende-se alguns escravos moços, sadios, e praticos de todo serviço de roça e de olaria. Para ver e tratar na chacara dô Pacaembú de cima.  
 5-3

**VENDA DE ESCRAVOS**

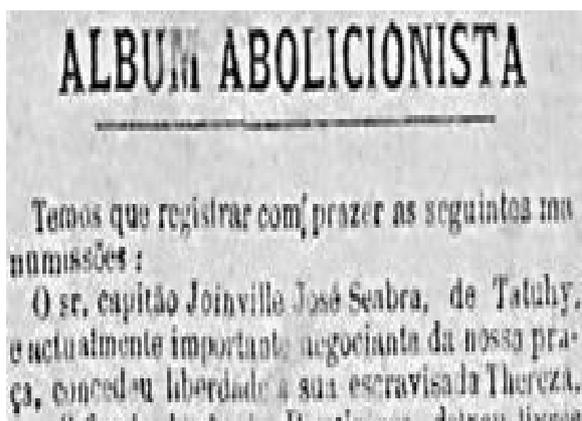
Vende-se alguns escravos moços, sadios e praticos de todo serviço de roça e de olaria. Para ver e tratar na chacara dô Pacaembú de cima.<sup>10</sup>

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional)

Ainda sob a condição de um bem material, em textos que tratavam da abolição, o negro só vem a aparecer na imprensa geral frequentemente pela escrita dos brancos. Como podemos conferir no trecho a seguir:

<sup>10</sup> Todas as transcrições realizadas neste trabalho respeitaram a ortografia e gramática original.

**Figura 3 - A REDEMPÇÃO, 2 de janeiro de 1887**



ALBUM ABOLICIONISTA

Temos que registrar com prazer as seguintes manumissões<sup>11</sup>:

O Sr. Capitão Joinville José Seabra, de Tatuhy, e actualmente importante negociante da nossa praça, concedeu liberdade a sua escravizada Thereza. (...)

Fonte: [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br)

A Imprensa Negra, em sua criação, toma forma de reivindicação dos negros pelo papel de cidadãos e de sujeitos de sua história. Nesse sentido, a Imprensa Negra foi mais um dos movimentos de recriação da própria humanidade. Movimento este que os negros tiveram (nas mais diversas estratégias) que fazer, como luta, desde o início da escravidão no Brasil. Assim,

[...] uma imprensa que tem circulação restrita e penetração limitada à comunidade a que se destina, irá exercer uma função social, política e catártica durante sua trajetória, mudando de conotação ideológica com a passagem do tempo”. (MOURA, 2002, p. 6).

Vale retomar, para melhor entendermos o papel da Imprensa Negra no início do século XX, que a grande força econômica do Brasil, em sua história e formação, não foi somente o açúcar, o café e a mineração – como é ressaltado na historiografia oficial –, foi, em grande proporção, o tráfico negreiro. Como bem nos apresentam Roger Bastide e Florestan Fernandes, São Paulo tem a particularidade da escravidão atrelada à produção de café:

A evolução da escravidão em São Paulo apresenta algumas peculiaridades, porque a expansão da grande lavoura nesta província coincide com o período em que se inicia e se processa o colapso do sistema escravo no Brasil. A renovação ilimitada do “braço negro” torna-se praticamente impossível desde a cessação do tráfico” não há dúvida, portanto, que o escravo negro assumiu importância fundamental como elemento propulsor da economia paulista em sua transição de um modelo agrícola de subsistência para um dos polos econômicos mais desenvolvidos do país. Isto porque, apesar da cessação do tráfico externo, São Paulo começa a importar vorazmente

<sup>11</sup> Alforria concedida a um escravo. (ETIMOLOGIA *lat manumissio*.) In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Nyv1N>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

os cativos de áreas em dificuldades econômicas. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p.38).

Na leitura da *Imprensa Negra*, há que se levar em conta que já no início do século XX, São Paulo é considerado, na realidade brasileira, como um centro industrial de destaque, em ampla ascensão, com desdobramentos para toda a sociedade brasileira.

O estudo da luta dos negros pela educação, tendo a *Imprensa Negra* como fonte documental, trata-se da tentativa de realizar um movimento crítico de revisão de uma historiografia que leva mais em conta a elite branca e o imigrante europeu, o que nos leva à determinadas problematizações, afinal, todo esse movimento de pesquisa e análise contribui de alguma forma para a História da Educação brasileira.

Nessa linha de raciocínio, a *Imprensa Negra* se torna fonte privilegiada, pois nos permite “ouvir” do próprio negro letrado, o que a experiência isolada de formação significa em termo de segregação social – reiterando que esse trabalho com a fonte é um ponto chave da pesquisa e que se tornará cada vez mais explícito à medida em que problematizamos o objeto. Além disso, a *Imprensa Negra* nos permite perceber a distância entre discurso e realidade no que tange à educação – entre o que é proclamado e o que é realizado, como identifica Saviani (2010) em suas análises sobre a História da Educação brasileira –, pois, como veremos numa contextualização da História da Educação do período, mesmo que o governo levantasse pela primeira como bandeira a ideia de uma escola popular, para a massa, a *Imprensa Negra* denuncia quais foram os reais limites do alcance desse plano de educação junto à população livre. Nos jornais aqui apresentados, podemos conferir essa enorme distância entre os discursos e as ações efetivas para consolidar a instrução sobretudo do povo negro.

Refletindo, então, nas limitações que o problema de pesquisa aqui nos impõe, há de se considerar que a análise da *Imprensa Negra* como construção de uma história coletiva acerca da luta dos negros pela educação formal no Brasil, toca em problematizações já colocadas em outros trabalhos acerca da mesma temática. Dentre essas problematizações, está a maneira como é entendido o período de escravidão dos negros no Brasil e o de pós-abolição. Pois, na válida e necessária tentativa de trazer novos sujeitos à historiografia da educação no Brasil, alguns pesquisadores acabam por relativizar o sentido de escravidão ao resgatarem exclusivamente histórias individuais de instrução de negros (escravos ou livres).

Aqui, defendemos que não basta apenas, no sentido da compreensão do real, recuperar fontes e narrativas que resgatem uma história sobre o negro no Brasil, que a segmento ao seguir no movimento de particularizar – é preciso voltar à historiografia dita tradicional reconhecendo a exclusão, mostrando a ausência e a invisibilidade do negro na discriminação e na segregação estrutural, como registra Florestan Fernandes:

A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. (1989, p. 24).

É nesse sentido que questionamos qual a contribuição real de análises que discutem discursos estereotipados como a feita pela pesquisadora Adriana Maria Paulo da Silva (2002) sobre a experiência de Pretextado Souza e Silva<sup>12</sup>. A autora faz um trabalho muito importante e cuidadoso de levantamento da experiência de um professor negro na tentativa de lecionar a negros e pardos, e estuda, assim, questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista, mas o realiza, em suas palavras: discutindo *“a utilização de discursos estereotipados a respeito da trajetória histórica da população afro-descendente no país – em geral, considerada vítima do tráfico intercontinental e da escravidão –, partindo do pressuposto de que, para a primeira metade do século XIX e antes, faz-se necessário considerar a enorme presença de escravistas não-brancos atuando na sociedade brasileira e legitimando, por conseguinte, a própria instituição da escravidão”*. Logo, ao fazer isso para discutir a utilização de discursos que ela considera estereotipados a respeito da trajetória histórica da população afrodescendente no país, ela problematiza, assim como tantos outros pesquisadores, a compreensão, por exemplo, do negro como escravo.

Consideramos extremamente pertinente olhar com cuidado às particularidades. Até porquê, a rigor, a imprensa negra paulista representa uma particularidade na população de negros brasileiros do período. Eram negros letrados (ou com práticas letradas) que continham situações mínimas de formar associações e/ou agremiações num estado em plena ascensão da industrialização e urbanização (que é São Paulo). Além disso, não se ignora aqui (pelo risco de massificar os discursos contidos nos jornais), que cada impresso contém seu posicionamento ideológico que, por ora coincidem, por ora

---

<sup>12</sup> O Professor Pretextato regia, no século XIX, a primeira escola oficial exclusiva para “pretos e pardos”. (vide: GOMES, 2005. MOURA, 2000. ROMÃO, 2005.)

divergem. Logo, não tomemos a imprensa negra como fonte que “fala” igualmente e de forma total dos negros brasileiros. Mas, ao abordar certas especificidades, não podemos perder de vista que o negro está, sob a ótica das determinações históricas, socialmente colocado na condição de não-branco, está colocado economicamente sob a condição de escravo ou não-escravo, está colocado politicamente sob a condição de “coisa” ou letrado num processo de resistência e luta. Rever ou reelaborar o passado é, sim, propor um projeto social e se comprometer com as configurações do presente e futuro. Por isso, cuidamos, ao propormos o resgate importante de luta e resistência dos negros (individuais ou coletivas), em não relativizarmos os quatro séculos em que se edificou, em meio às relações étnico-raciais, a segregação social.

No mesmo sentido, Cynthia Greive Veiga (2008), em importante trabalho, traz novos sujeitos à história, que devem ser considerados na reflexão do projeto que seguimos para a leitura da Imprensa Negra:

Contudo, na origem da implementação da escola pública elementar para todo cidadão brasileiro a partir da Constituição de 1824, na vigência da monarquia imperial, houve um crescente apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo. Como uma invenção imperial, em grande parte dos discursos a aprendizagem da leitura, da escrita, das contas, bem como a frequência à escola se apresentava como fator condicional de edificação de uma nova sociedade. Mas ressalte-se o impedimento legal de frequência dos escravos às aulas públicas em várias províncias do Império. Esse fator tem sido interpretado também como impedimento da frequência dos negros, gerando uma série de equívocos na história da escola. Portanto, observa-se na historiografia mais geral e na historiografia da educação em particular a permanência de um registro que invariavelmente associa os negros aos escravos e vice-versa, inclusive com ausência de ressalvas importantes, como o aumento significativo da população negra livre e a crescente diminuição da população escrava a partir de metade do século XIX (MATTOS, 2006). Por isso, a sinonímia entre negros e escravos precisa ser problematizada no sentido de ampliarmos os estudos sobre a história do negro no Brasil e aqui avançarmos especialmente na investigação sobre os negros na história da educação e da própria história da educação brasileira. (VEIGA, 2008. p. 502).

Contudo, questionamos se estudar a luta dos negros não seja reconhecer que há a presença da população negra (seja por participação ou pela exclusão) em todos os pontos colocados pela historiografia? Se metodologicamente, o caminho não seja encontrarmos efetivamente na história da implementação do sistema público de ensino a participação e a exclusão da população negra. E não, necessariamente, trabalhar no sentido da criação de uma história do afro-brasileiro que o desarticule da totalidade. Não reconhecer que o

negro está (na exclusão) também na experiência educativa da elite branca (que o é na discriminação por raça) ou dos imigrantes (que o são por uma política de branqueamento) para nós não é fazer do negro um sujeito da história (no sentido amplo do que isso significaria), é correr o risco de relativizar o peso histórico da escravidão no Brasil e relativizar, conseqüentemente, a força da luta já travada e minimizar a dívida histórica para com esta grande parcela da população.

A respeito de fontes e métodos, Demerval Saviani (2000), na apresentação do livro *“Pesquisa em Educação: História, Filosofia e Temas Transversais”*, expõe as problematizações sobre o estudo de “novos problemas”, “novas contribuições”, e “novos objetos” que põem em causa a história ao mesmo tempo em que a enriquece e a transforma. Coloca em jogo a valorização de novas fontes (sobretudo oral) e aponta a questão da subjetividade no trato com o objeto histórico, numa concepção histórica na qual

[...] a teoria é a mediação que introduz o pesquisador na rede de significados construídos pelo sujeito-objeto de estudo; a teoria é, portanto, um instrumental que possibilita ao pesquisador interpretar” (2000, p. 20).

Saviani ainda retoma o debate em outra obra e aponta:

[...] os objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido. (SAVIANI, 2017, p. 30).

O recorte estabelecido neste trabalho, de analisar a luta dos negros por educação (expressa nos jornais e impressos da “Imprensa Negra paulista”), é um recurso teórico-metodológico. Pois consideramos que, para conhecermos um determinado objeto, torna-se necessário fazermos uma cisão no todo, isolando alguns fatos particulares. Como também já foi considerado neste texto, levamos em conta que há no “fazer história” a defesa de um projeto social, o que justifica, aqui, o fato de privilegiarmos a discussão acerca da fonte. Por isso – pelo comprometimento com o passado, o presente e o futuro – que o ato de escrever sobre a história traz consigo a questão das fontes.

Assim sendo, por tudo que foi considerado até o momento, retomamos, para este trabalho, os princípios teóricos-metodológicos pautados por Saviani (2010):

- Olhar analítico–sintético no trato com as fontes;

- Articulação do singular e do universal;
- Atualidade da pesquisa histórica;
- Relação educação e trabalho.

A partir destes princípios, considerando também as particularidades da *Imprensa Negra*, acreditamos contribuir à historiografia da história da educação no país com a compreensão das questões educacionais (por exemplo, o entendimento dos sucessos e fracassos do sistema público de ensino) pelo entendimento da relação da história da escravidão e história da educação – seguindo novas formas de entendimento da escravidão no Brasil.

O trabalho com a fonte impõe um estudo de revisão historiográfica que segue no sentido de tentar contribuir para um “preenchimento” das histórias dos negros no Brasil. Ao trabalharmos a década de 1930, destacamos um movimento de intelectuais que se debruçam no estudo desta época para melhor elaborar um conhecimento acerca da formação do país, logo, de uma identidade nacional. Destacamos, já de início, Caio Prado Jr.<sup>13</sup> e Florestan Fernandes<sup>14</sup> dentre os mais importantes intelectuais marxistas brasileiros que seguem nesse sentido de entendimento da formação do país. E essa tendência de busca pelo entendimento da própria formação, também pode ser verificado na *Imprensa Negra* (inclusive com indicativo de uma necessidade de revisão historiográfica que fizesse jus a esta parcela da população).

Assim, num período estratégico para o campo acadêmico, período-chave para compreender a formação do povo brasileiro, nas páginas da *Imprensa Negra*, grafava-se a mesma necessidade: a leitura de Caio Prado Júnior, do ponto de vista de uma explicação estrutural da sociedade colonial – feita as devidas ponderações quanto ao âmbito de uma leitura da sociedade – ajuda-nos ao discutir a polarização na sociedade colonial entre senhores e escravos. A sua abordagem, no que tange aos aspectos econômicos, propondo interpretações dos ciclos econômicos, apresentando um modelo de leitura que procurava compreender as diferentes dinâmicas e dimensões da produção colonial, fazendo análises das variações econômicas das regiões.

---

<sup>13</sup> Caio Prado Junior (1907-1990) foi um importante historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro.

<sup>14</sup> Florestan Fernandes (1920-1995) foi um importante sociólogo e político brasileiro.

Por tudo que foi apresentado, à luz do materialismo histórico (que opera com a assimilação de novos conceitos), a Imprensa Negra como fonte à história da educação nos permitirá perceber os movimentos e mecanismos de formação hegemônica e contra-hegemônica<sup>15</sup> que se reproduzirá nos discursos de reivindicação da formação escolar e nas tentativas de organização e oferta de instrução aos negros. Assim, percebe-se o processo dicotômico de inclusão e exclusão, via educação, dos negros, em relação à própria cidadania brasileira. Isso, pois, a imprensa materializa, naquele momento, os processos de construção identitárias de pessoas negras livres (e de seus descendentes) e os desdobramentos imediatos.

Nesse movimento de análise, para entendermos quais são as circunstâncias do passado que nos permitem entender as particularidades do capitalismo brasileiro, coloca-se um desafio teórico lançado ao pensamento científico sobre a história da educação no país. É preciso, então, retomar os desafios teóricos e políticos, para se propor a árdua e constante tarefa de, dialeticamente, entender a particularidade que o olhar à realidade brasileira nos impõe e tentarmos, de forma não mecanicista, entendermos (nos termos de Caio Prado Jr.) o “sentido da colonização”.

Para entendermos o negro nos quadros do pensamento educacional brasileiro, passamos obrigatoriamente pelo entendimento da relação “educação” e “escravidão”. Logo, isso posto, analisar a Imprensa Negra sob o recorte do que tange a educação, é, de alguma forma, entender que os rumos que tomam a escola pública no Brasil, no século XX, respondem, de início, a seguinte questão posta naquele momento pela elite: o que fazer com essa parcela de habitantes do Brasil que deixa de ser considerada ferramenta viva de trabalho e passa a fazer parte da população brasileira?

Nesse sentido, é que se justifica a tendência de modernização conservadora do país (há um processo de transição entre o colonialismo e a nacionalidade que se estabelece

---

<sup>15</sup> Conforme o conceito de hegemonia em Gramsci, que a define como “*a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. [...] A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas.*” (GRAMSCI, p.78, 2001). Aqui, no sentido de uma formação hegemônica que caminha no sentido da conservação da ordem social já estabelecida (ordem vigente), e contra-hegemônica sendo aquela que busca a transformação da sociedade (posicionando-se contra a ordem existente). (SAVIANI, 2010).

em relação de dependência), e o movimento de apogeu da Escola Nova<sup>16</sup> que marca o período. Assim, também podemos conferir nas publicações que a libertação dos escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar os ingênuos e os homens livres em trabalhadores submetidos às regras do capital (SAVIANI, 2010).

Assim, a revolução burguesa<sup>17</sup>, feita aos moldes brasileiros, na verdade cristaliza as características de um capitalismo dependente. A política de imigração (além de ser uma política de branqueamento da população), e o próprio populismo de Vargas<sup>18</sup>, são, nesse cenário a dita “solução do grande capital” à realidade brasileira, maneira conservadora de, de alguma forma, ir mudando as formas de produção – “resolvendo” uma crise criando outra maior ainda, fazendo mudanças no sentido do desenvolvimento, mas sem deixar de ser uma país de latifundiários, de grande desigualdade social, dependente internacionalmente. Seria o processo do grande capital de destruir forças produtivas anacrônicas (diluir a digestão desse capital velho – padrão de asfixia – com estagnação de inovação tecnológica e com recessão), mas que, na realidade brasileira, preserva-se o arcaico no processo próprio de modernização.

Na ditadura Vargas, isso se concretiza com a contenção do povo e a negociação com o imperialismo<sup>19</sup>. A tomada “de baixo para cima” (contenção do povo) é constada

---

<sup>16</sup> Movimento de renovação da educação – iniciado no século XIX, mas que ganha força no início do século XX. Forte na Europa e na América. No Brasil, após o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, Vargas reconhece, em gesto político, a necessidade social da educação. Aqui, o escolanovismo propagou-se junto ao pensamento liberal (SAVIANI, 2010).

<sup>17</sup> Em suma, a “Revolução Burguesa” não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico- social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado. (FERNANDES, 1975, p. 21).

<sup>18</sup> Populismo e Era Vargas - Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) foi presidente do Brasil em dois momentos. Primeiro, de 1930 até 1945, período em que o Brasil passava de Governo Provisório a Governo Constitucional e só então à República Federativa. Segundo, assume a presidência como ditador no que ficou conhecido como Estado Novo. Sobre seu governo ser considerado populista, “*No caso da história brasileira, importa lembrar que a política populista de Vargas tinha natureza massista e que por essa razão não era possível uma ditadura ferrenha e declarada do Estado contra os grandes contingentes sociais, sobretudo dos trabalhadores, tal como se verificou mais tarde durante o Regime Militar. Assim, o Estado mantinha abertura e diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores. (...) Na perspectiva de Weffort e Ianni, a principal característica do Populismo seria a construção de uma aliança policlassista - entre governos de líderes carismáticos e a massa urbana - sob a égide da classe dominante, elaborando-se uma tríade de relações entre o Estado, a burguesia nacional e as massas populares*”. (GANDRA; SILVA; NASCIMENTO; 2005).

<sup>19</sup> Sobre o imperialismo, nas palavras de FREITAS (2009), é importante não perdemos de vista que: “*O imperialismo sob o ponto de vista político e econômico da tradição marxista, fase superior do capitalismo, tem seus passos iniciais cravados no crepúsculo do século XIX e primórdios do século XX, desenvolvendo-*

nas matérias que no início dos anos 1930 mostram o Vargas (em gestos populistas) apoiando a

**Frente Negra Brasileira (FNB)**<sup>20</sup> para, logo em seguida, fechar essa mesma associação; e a tomada “de fora para dentro” se dá na negociação com o imperialismo (num movimento de negociar os termos de redenção ao grande capital).

Agora, sim, podendo voltar-nos ao recorte da Imprensa Negra. Pois, dada a contextualização, pode-se compreender e retomar que, com a necessidade de criar canais de informação e mobilização da comunidade negra, diante do isolamento e do pouco ou nenhum interesse da sociedade paulista pelas questões que afligiam a população negra no pós-Abolição, alguns representantes da comunidade negra iniciaram a publicação de folhetos e anúncios.

A criação de folhetos e pequenos jornais para divulgar casamentos, festas religiosas e sociais foram os primeiros passos dados no final do século XIX. Denotavam principalmente a existência de personalidades esclarecidas entre os negros recém-libertos. Havia homens e mulheres que sabiam ler e escrever; manifestavam discernimento sobre como enfrentar pragmática e politicamente as adversidades que a sociedade excludente e racista colocava ante os esforços do grupo liberto e jogado nas cidades sem emprego, sem preparo para o trabalho livre e sem estímulo para ocupar postos no mercado de trabalho. [...] Além de letrados, esses cidadãos e cidadãs esclarecidos conheciam os procedimentos de convivência em sociedade, bem como eram instruídos a respeito do trabalho no comércio, nos portos e na construção de ferrovias. Sobretudo, tinham percepção de que a educação poderia contribuir para a afirmação do negro e sua integração na sociedade. [...] O jornal O Menelick, lançado na cidade de São Paulo, em 1915, acentua o cotidiano dessa época em que a população negra participava do processo de urbanização da cidade e precisava de emprego e de prestígio social, de aceitação. [...] Assim, o jornal defendia a educação como forma de o negro sobreviver em ambiente

---

*se de forma absoluta e incontida no alvorecer do século XXI. É inquestionável que o capitalismo alcançou sua forma superior de desenvolvimento e agora já não exporta apenas mercadorias, mas também capital e mais mercadorias. Reprimido em suas próprias fronteiras, para sobreviver e exercitar-se de forma imperial, o capitalismo precisa se expandir e para isto é preciso quebrar seu casulo nacional, lutar e abocanhar outras regiões e países do globo terrestre. O imperialismo é a marca decisiva e absoluta que diferencia os séculos XX e XXI dos demais séculos antecedentes. (...) Se o imperialismo nos séculos XIX e XX representava a subordinação das populações das Nações oprimidas ao capital financeiro e à repartição do mundo entre cinco ou seis grandes potências, contemporaneamente representa a subordinação dos países “pobres” às demandas esfaimadas dos sete países mais “ricos” que participaram de todas as guerras imperialistas do século XX. Esta repartição significa que todos os nababos das grandes potências, o banditismo financeiro e a indústria da guerra de extermínio estão interessados na posse de neocolônias, esferas de influência estratégica, no subjugo de outras Nações. O imperialismo, movimentando-se mais claramente desde a primeira grande guerra imperialista (1914-1918), é a fase superior do capitalismo onde o desenvolvimento das forças produtivas e o consequente crescimento do capital rebaixa os estreitos limites dos diferentes Estados nacionais”.* (p. 43-45)

<sup>20</sup> A maior e mais respeitada entidade negra da época, da qual falaremos mais detalhadamente neste trabalho.

hostil que não se mostrava afeito à sua incorporação como mão de obra vinculada ao processo de industrialização e crescimento de serviços. (FREITAS, 2009).

O Jornal “Menelick” (1915), cujo título homenageava um imperador etíope, foi um dos pioneiros, tendo outros como subsequentes. Tais como: A “Rua” e “O Xauter” (1916); “O Alfinete” (1918); “O Bandeirante” e “A Liberdade” (1919); “A Sentinela” (1920); “O Kosmos” (1922); “O Getulino” (1923); “O Clarim da Alvorada” e “Elite” (1924); “Auriverde”, “O Patrocínio” e “O Progresso” (1928); “Chibata” (1932); “A Evolução” e “A Voz da Raça” (1933); “O Clarim”, “O Estimulo”, “A Raça e Tribuna Negra” (1935); “A Alvorada” (1936); “Senzala” (1946); “Quilombo” (1948); “Mundo Novo” (1950); “O Novo Horizonte” (1954); “Notícias de Ébano” (1957); “O Mutirão” (1958); “Hífen” e “Niger” (1960); “Nosso Jornal” (1961) e “Correio d’Ébano” (1963).

Assim, a Imprensa Negra visava ampliar a participação efetiva na sociedade da qual estavam excluídos. No intuito de mudança da própria realidade, a coletividade ganha força dada a necessidade de luta por direitos. Na urgência de se reivindicar reconhecimento, participação política, projetos, empregos, terra e outras demandas que concederiam uma cidadania plena aos negros, a educação se torna a bandeira central de luta do movimento. (DOMINGUES, 2008, p. 518).

O estudo que aqui se configura, tem um contexto histórico muito marcado ainda pelo momento pós-abolição, o que impõe novas exigências produtivas, o que, por sua vez, está diretamente relacionado às mudanças no modo de instrução. A substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre faz com que a missão atribuída à educação seja a de formar o novo tipo de trabalhador (SAVIANI, 2013). A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado; a imigração europeia para substituir a mão-de-obra escrava; o projeto de branqueamento; as transformações econômicas e sociais no mercado de trabalho e nas relações trabalhistas impulsionadas pelo processo imigratório; e o desenvolvimento de uma consciência de classe do operariado urbano podem ser observados na Imprensa Negra do período.

E, é nesse processo de compreensão do que move nosso objeto de pesquisa (a luta do movimento negro por educação), que poderemos melhor analisar o fato de, na imprensa em questão, a escolarização ser tida como vetor de civilização.

Nessa linha de raciocínio, a imprensa negra se torna fonte privilegiada, pois nos permite “ouvir” do próprio negro letrado, o que a experiência isolada de formação significa em termo de segregação social. Além disso, a Imprensa Negra nos permite

perceber a distância entre discurso e realidade no que tange à educação, pois, apesar de a escola elementar pública apresentar-se como instituição de característica essencialmente popular, ela (a Imprensa Negra) denuncia quais foram os limites de sua efetivação junto à população livre. Nos jornais investigados, observa-se uma imensa dissonância entre os discursos do Estado e as ações efetivas para consolidar a instrução.

Além disso, sobre a dinâmica própria dos jornais da chamada “Imprensa Negra”, sobretudo a do estado de São Paulo, cabe reiterar o que foi colocado por Clóvis Moura em estudo sobre a mesma:

[...] há uma particularidade na imprensa negra: ela não reproduz nas suas páginas esta dinâmica da sociedade abrangente. Muito raramente há referências a esses fatos. Ela é fundamentalmente uma imprensa setorizada, ou, como a caracteriza Bastide, apoiado nos norte-americanos, uma imprensa adicional. Queremos dizer com isto que os leitores dos jornais dos negros, para se informarem dos acontecimentos nacionais e/ou internacionais que não se referem ao problema do negro, tinham de recorrer à imprensa branca, ou seja, à denominada grande imprensa. É um fenômeno singular, especialmente em São Paulo. [...] a imprensa negra da época não reproduz o fato., não enfatiza, não o apóia. É como se o acontecimento não tivesse existido. Esta posição de pequeno universo é uma constante nesses jornais. A sua tônica é a integração do negro brasileiro (mais negro brasileiro do que afro-brasileiro) na nossa sociedade como cidadãos. E isso deveria acontecer através da cultura e da educação, das boas maneiras, do bom comportamento do negro. (MOURA, 2002, p.8-10).

Ainda assim, “setorizada”, a Imprensa Negra não deixa de ter sua relação com a totalidade. E, nessa relação, ainda que resgatada por um fio (ou mesmo no que não é enunciado), é que reside nosso movimento de pesquisa.

Já de início, neste trabalho, foi pontuado que, ao trazermos, aqui, a Imprensa Negra como fonte para o estudo das lutas do movimento negro pela educação, deveríamos, logo, entender as determinações históricas que esse objeto suscita. E, assim, colocou-se que deveríamos, de alguma forma, perguntar-nos, mesmo quando escreviam de assuntos triviais, o porquê de o ato de escrever em imprensa (ou seja, coletivamente e com divulgação), o ato em si, já se configurar como um ato de luta.

Foi dito de início, aqui, também, que A Imprensa Negra, em sua criação, dá forma às reivindicações dos negros pelo papel de cidadãos e de sujeitos de sua história – e, que nesse sentido, a Imprensa Negra foi mais um dos movimentos de recriação da própria humanidade do negro.

Agora, um pouco mais próximos às fontes e iniciada as devidas contextualizações que o objeto provoca, podemos retomar tais reflexões para avançar no sentido da compreensão de que o espaço de escrita que a Imprensa Negra simboliza:

[...] fundia-se à necessidade de demonstrar uma certa condição moral para a sociedade. É como se o fato de produzir jornais e escrever neles, de uma certa maneira, pudesse argumentar contra a ideologia da vadiagem fortemente identificada para com o negro. Os jornais dos homens de cor mostraram aquilo que eles acreditaram ser de fato: uma outra classe específica de homens e mulheres que eram negros, a classe dos homens de cor, mas que não se identificava com aquilo que a sociedade atribuía aos negros em geral [...]. (TIEDE, 2006, p. 41).

Vale retomar que, ao propor uma divisão, como recurso metodológico, do acervo da Imprensa Negra paulista, Miriam Nicolau Ferrara (1981) organizou os impressos em três períodos.

No **primeiro período**, de 1915 a 1923, a população negra tenta integrar-se na sociedade de classes brasileira, procurando identificar-se com os grupos dominantes dos brancos, assimilando ou copiando seus valores. Os jornais da imprensa negra neste período têm uma característica comum, *“as matérias de conteúdo reivindicatório são em número reduzido; contudo, neste período começa a formação de uma consciência de grupo que mais tarde irá ganhar força.”* (FERRARA, 1985, p.200).

O **segundo período**, de 1924 a 1937, inicia com a criação do jornal “O Clarim d’Alvorada”, quando as reivindicações ganham força e a imprensa negra atinge seu ápice. *“Agora, o problema do negro é abordado de modo mais direto e objetivo. Revela-se o sentimento maior de união para, com mais força, o negro reivindicar seus direitos e reclamar sua participação na sociedade.”* (FERRARA, 1985, p.201).

Por sua vez, entre 1937 e 1945, a ditadura do Estado Novo atingiu todos os partidos e movimentos sociais, provocando a interrupção de suas atividades.

Dessa forma, apenas de 1945 a 1963 temos o **terceiro período** da imprensa negra, que ressurgiu no contexto de transição e de reestruturação da sociedade brasileira. Os jornais negros do período passaram a focar nas reivindicações e promover esforços para a união dos negros em torno de uma causa comum. (FERRARA, 1985, p.204).

Compreendemos que essa é uma escolha metodológica de Ferrara e que, no propósito de pesquisa dela (de organização do acervo) é uma escolha extremamente útil e coerente. Contudo, consideramos também válidas as pesquisas tais como de Tiede

(2006), que critica a historiografia proposta por Ferrara entendendo que esta traça uma “evolução” do discurso combativo.

Seguindo uma linha evolutiva organizada pela "intensificação" de um "discurso reivindicatório", este modelo analítico valorizou prioritariamente os jornais que expressavam conteúdos claramente reivindicatórios e documentavam o "caráter associativo do negro", para usar a expressão de Clóvis Moura. Para este último autor, assim como Maria Isaura de Queiróz e Mirian Ferrara, os grupos que participavam desses jornais haviam nascido de um "antagonismo entre classes sociais" numa "sociedade competitiva", diferenciando-se dos grupos ligados aos jornais da primeira fase que pretendiam apenas o "aburguesamento" dos negros, sem medir suas conseqüências sociais. (TIEDE, 2006, p. 23).

Ainda pondera que:

A leitura destes jornais do início do século, no entanto, revela que essa periodização em três fases, visando o caráter reivindicatório, é inadequada, sobretudo quando se considera o conteúdo dos próprios jornais. Como veremos mais adiante, os "artigos inexpressivos" (segundo Mirian Ferrara) tinham cunho político bastante significativo, que incluíam debates internos à própria produção jornalística. Além disso, muitas das pessoas que participaram ativamente dos primeiros jornais negros continuaram suas atividades no que a autora classificou como "segundo período", e mantiveram seus mesmos modelos de combate ao racismo e de preocupação com o desenvolvimento da população negra. Os clubes e associações não serviam apenas para recreação e divertimento, como veremos. Não se trata apenas de "fazer justiça" aos jornais dos "homens de cor" do início do século. O que pretendemos aqui é observar que eles deixam entrever experiências que não foram descritas ou consideradas pelos militantes que viveram, em especial, a década de 1930. Podemos ler neles uma forma de luta contra o racismo que está bem longe da apatia afirmada pela bibliografia. (TIEDE, 2006, p. 24).

De qualquer forma, aqui, cabe-nos destacar (na compreensão de como esse processo se dá) o fato de que na década de 1930 (nosso recorte) as reivindicações jornalísticas vão se associando diretamente ao movimento político do período. E, assim, nesse período, é que a instrução (alfabetização e escolarização regular) passa a ser entendida, de maneira geral, como um dever do Estado Republicano. E é dessa forma que a Imprensa Negra se coloca diante do fato desse movimento, em relação à escola pública, não contemplar a população negra.

Nesse sentido, ter a Imprensa Negra como fonte à história da educação é perceber e trazer à história da educação do Brasil as seguintes concepções:

- a identidade coletiva - a Imprensa Negra, de maneira geral, foi uma das maneiras para a integração desta população (e instrumento de articulação enquanto grupo)

na sociedade republicana. A educação (escolar e não-escolar), em muitas das publicações, é apresentada como estratégia para que os negros ascendessem socialmente. Era comum a invocação de Luiz Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, dentre outros, como símbolos e exemplos de negros que atingiram alto grau de formação. Mas para além dessa tendência de ressaltar as figuras (individualmente) que tiveram relevância na história deste grupo, a Imprensa Negra nos proporciona a reconstrução de uma história cuja força é do grupo (da organização enquanto tal).

- a escolarização social dos negros – iniciativas das próprias associações de oferecer instrução aos negros (a exemplo da Escola da Frente Negra Brasileira).
- a diversidade de posições e posturas – ao tratar esse momento de início de articulação dos negros pós-abolição, a imprensa se torna um documento em que se formaliza as contradições de posicionamentos (ora hegemônico, ora contra-hegemônico).
- o descortinamento das condições do negro – nos estudos no interior da temática das relações étnico-raciais, os problemas aumentam à medida que se observa escassez em materiais oficiais que traga, informações sobre negros, descoladas de sua condição de escravo ou de grupo social submetido a todo tipo de discriminação e preconceito. As imprensas, especialmente os jornais da imprensa negra, apresentam-se para este trabalho como fontes e objetos bastante profícuos para descortinamento das condições do negro na sociedade paulistana no início do século XX, afastando esse grupo social da representação apresentada anteriormente. Segundo Martins (2011), trabalhos como este “permitem, também, a reconstituição crítica do processo histórico de sucessivos suportes de comunicação” (p.14). (SOUZA, p. 24).
- a "modernidade negra" – assim como na imprensa comum, a Imprensa Negra refletia as tendências de “modernidade” importada da Europa e da América do Norte.

Nesse sentido, a educação tida como via de resistência marca que, no início do século XX, apesar da educação pública de preceito nacionalista e patriótica do ideário republicano forjar os moldes de homem brasileiro e da identidade nacional, a população negra ficou a margem desse projeto. Além disso, na prática, a escola pública não atendeu

essa população e o Estado não só foi omissivo como foi excludente. Mas, tudo isso, não significa que os negros não lutaram contra a discriminação e exclusão social. (FELIPE; FRANÇA; TERUYA, 2007, p.10).

Com a leitura da imprensa negra, transparece-nos que a educação escolar sempre esteve atrelada às exigências da elite. A mesma impressão é confirmada por Saviani, ao afirmar que:

[...] o Estado não quer, nem nunca quis, resolver o problema educacional brasileiro [...] As elites forjavam, e forjam, a educação para reproduzir as elites, ignorando a qualificação e a participação do povo [...]. O ensino mascara o saber para subsidiar o poder [...] Se o “desengrossamento” do povo, até a limpidez, é tão dispendioso e “incerto”, por que não admitirmos a meia educação? [...]” (SAVIANI, 1985, páginas 50, 56 e 58).

Compreendemos que toda educação deve ser uma atividade mediadora no seio da prática social global, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade - “[...] à educação compete também a tarefa de ajudar o homem a situar-se no meio físico e a tirar maior proveito possível das condições que este lhe oferece [...]” (SAVIANI, 1996, p. 36). Mas a educação no Brasil, vem caminhando sempre um passo atrás do seu desenvolvimento. Por isso, é preciso manter na perspectiva dessa pesquisa a reflexão sobre o que isso significa enquanto projeto social e projeto de Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa sobre a imprensa tendo a educação como tema de recorte permite uma compreensão da contemporaneidade, não em uma direção linear de causas e efeitos, mas, sim, no movimento dialético da totalidade, da contradição, afinal, quando falamos de história estamos falando também do presente.

Cabe observar, que a apresentação dos impressos se dará seguindo uma sequência que busca demonstrar a análise crítica do material. Logo, a sequência a seguir respeita mais uma historicidade apresentada pela própria fonte do que uma sequência alfabética, por data ou por qualquer outro item de ordenação externo ao trabalho crítico com a fonte.

É importante não perdermos de vista que a imprensa de maneira geral (negra ou não-negra, do passado ou do presente), tem acompanhado o movimento da história, seja a serviço da manutenção do *status quo*, ou na resistência deste. Logo, retomando, essa Imprensa Negra, como luta do movimento negro paulista no início do século XX, ora proferia um discurso contra hegemônico, ora reproduzia o discurso hegemônico. Neste sentido, a aposta na escola formal também revelaria em algum grau a reprodução do discurso de que a emancipação se dá pelo embranquecimento. Desta forma, os afro-

paulistanos encontraram, nesse período, nas entidades e jornais negros, uma alternativa para pressionar e tentar alcançar a igualdade plena dentro da sociedade dominante. Dando espaço à anúncio das festividades e eventos, bem como às denúncias e protestos, pela imprensa própria, os negros conseguiram incrementar, do ponto de vista associativo, cultural, social e político, sua comunidade em São Paulo. E, nesse sentido de buscar a integração social, como já dito aqui, acreditando que ela se daria a partir do momento que eles se comportassem tal qual era valorizado pela elite, não é difícil encontrar páginas com discursos moralizantes e até que recriminasse comportamentos de outros negros. O samba e o candomblé, por exemplo, por diversas vezes foram criticados como manifestações incivilizadas (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 261).

Aqui, no desejo proferido pela própria Imprensa Negra de “*ascensão moral e progresso material da raça negra*”<sup>21</sup>, é importante compreendermos a ideia de modernidade atrelada a de branqueamento. Compreender a teia que amarra o ideal branco às ideias de desenvolvimento e de ideal de homem brasileiro. Na pista desta articulação é que podemos retomar o ideal republicano e os caminhos tomados pela implementação do sistema nacional de ensino para compreender o que está na natureza do (não) acesso dos negros ao ensino formal. Será necessário, então, compreendermos o pensamento sistematizado sobre educação pública no Brasil na natureza dos problemas de acesso dos negros à educação formal.

Um ponto de análise importante para a compreensão da imprensa negra no início do século XX consiste nas formas como se dão as teorias no Brasil. Não podemos perder de vista que, em Portugal (e em suas colônias), até os meados do século XIX a noção de raça estava imbricada à religiosidade e à descendência (na ideia de “pureza de sangue”). A modernização da compreensão do que era raça, já na segunda parte do século XIX, passou a incorporar certos aspectos de cientificidade, trazendo classificações do que se entendia como estágios civilizatórios (Europa ocidental como modelo de sociedades mais adiantada e os povos africanos e indígenas como os mais atrasados e “bárbaros”). É importante compreender que, nesse contexto, até quem defendia posicionamentos emancipatórios carregava, em mais ou menos intensidade, novas formas de articulações sustentadas nessa mesma noção determinista de raça. Até porque, o que ocorria na prática, eram tentativas de adequar a sociedade pós-abolição às estruturas hierárquicas estabelecidas durante o período da escravidão. “*Pensar o mundo republicano e sem*

---

<sup>21</sup> Um dos lemas declarados pela Frente Negra Brasileira (FNB).

*escravidão não queria dizer pensar uma sociedade de oportunidades iguais; muito pelo contrário, a preocupação estava em garantir que brancos e negros continuariam sendo não só diferentes, mas desiguais”* (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 205).

Logo, a sociedade brasileira, convenientemente, ficava na negação do racismo. Assim, podiam manter os privilégios e eximia o Estado de qualquer responsabilidade com a segregação da população negra.

Por isso que, ao abordarem o problema da discriminação racial, os jornais negros recorriam a diversos artifícios de linguagem. Em 1926, O Clarim da Alvorada publicou o seguinte texto: *“Há muitos pretos que afirmam a existência de um pequeno preconceito de cor em nossa terra! Não é verdade, meus patrícios decor. Existem uns incultos e invejosos que sempre procuram obstruirá ascensão de alguns dos nossos de cor [...]. Não se pode falar no Brasil de preconceito de raças”*. Ou seja, o racismo que dificultava a ascensão de alguns negros seria atitude de uma pequena minoria branca, segundo o jornal. As páginas dos jornais negros frequentemente estampavam denúncias de discriminação racial contra pessoas de cor negra. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 267).

No mesmo sentido, Albuquerque e Fraga também citam que,

Ao reivindicar um lugar de destaque na nacionalidade brasileira, a intelectualidade negra apostava na possibilidade de conquistar direitos e posições de poder no processo de modernização do Brasil. O Brasil era de todos, diziam os opositores, mas os negros sabiam que não era e lutavam para que realmente fosse. Na verdade, negar a existência do racismo e desconhecer suas consequências nefastas para a população negra eram maneiras de manifestar o racismo. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 263).

Desta forma, desde antes do período de recorte deste trabalho, a preocupação com a educação é constante nesses jornais, assim como a missão de combate ao analfabetismo, como podemos conferir no seguinte trecho de um texto publicado na coluna “Aos leitores” do jornal “**O Alfinete**”:

Aos leitores

[...] Nós precisamos unirmo-nos, porque é da união que nasce a força. Empunhando o nosso estandarte em pról d’um idéal elevado, como seja: o combate ao Analphabetismo, essa praga que nos fazem mais escravos, do que quando o Brazil era uma feitoria; é que não recuamos perante os ataques e zombarias dos pessimistas e dos que vivem somente para lanças a desharmonia no seio da nossa classe. [...]. Vamos, meus amigos um pouco de bôa vontade, porque “combater o Analphabetismo” é dever de honra de todo brasileiro. Nós, homens de côm, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada pátria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira. (*O Alfinete*, 09 de março de 1919, p. 1)

Ao lado da preocupação com o combate ao analfabetismo (já que, no período, ser alfabetizado garantia o direito ao voto), estava a necessidade de lutar contra tudo aquilo que era considerado imoral para o negro. Nessa perspectiva, inúmeras matérias de diversos jornais criaram um código moral e divulgaram uma série de comportamentos que consideravam modelares para o negro, e, ao mesmo tempo, condenavam aqueles outros tidos como potencialmente perniciosos. (SANTOS, 2006):

A preguiça

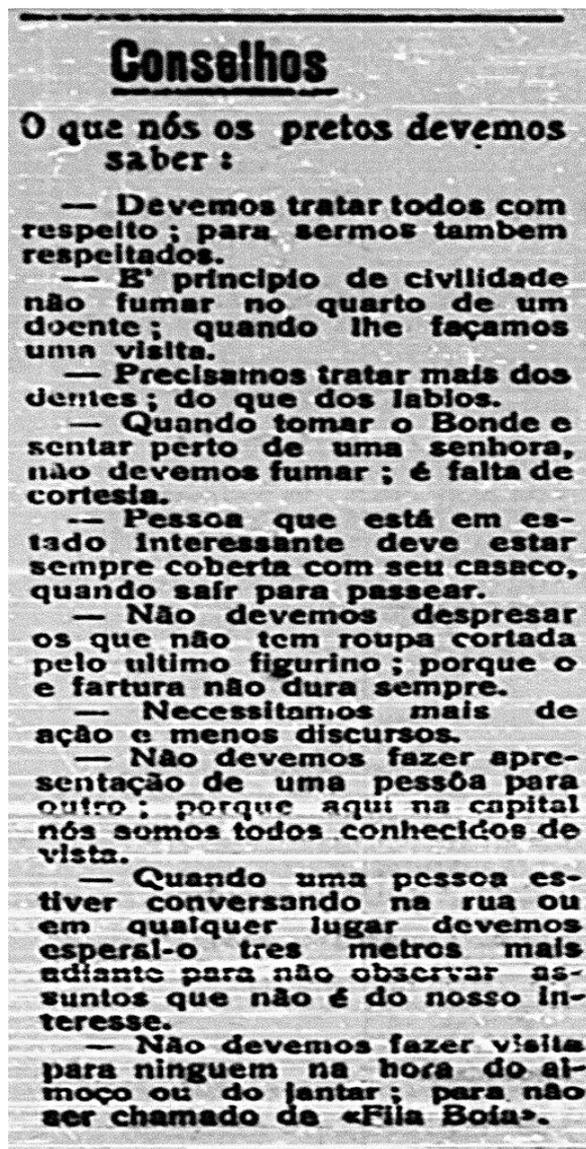
Segundo uma antiga máxima em que está contida uma verdade profunda, é a preguiça a mãe de todos os vícios. [...]. O homem que trabalha, é uma verdade corriqueira não tem tempo disponível para engendrar cousas que prejudiquem a outrem. [...]. Onde se encontram os preguiçosos? Nos botequins, nas esquinas, pelas ruas, a esmo ou junto nas mesas de jogo, completamente esquecido de tudo. (FREITAS, **O Progresso**, 1932, p. 2).

Temos sempre que retomar e compreender, já na introdução deste trabalho, que, uma vez que falar de preconceito não era possível, já que o racismo não era reconhecido pela sociedade brasileira de forma geral, muitas vezes encontramos textos escritos por negros nessa Imprensa Negra que podemos considerar, com a leitura de hoje, como moralistas e até preconceituosos. Há textos, como já dito, que desprezem o samba e o candomblé, associando-os à falta de civilidade e ordem, mas cabe a nós perceber que esta é a reprodução das ideias que se propagava nos jornais de grande circulação (do que podemos chamar, aqui, de “imprensa comum”, a imprensa hegemônica), por ser a compreensão hegemônica do que era ser civilizado.

Contudo, reconhecida essa reprodução do discurso hegemônico, há que se ter cuidado em perceber a particularidade desse discurso replicado pela intelectualidade negra nas páginas de seus jornais. Para o movimento negro que materializava nas páginas de seus impressos suas lutas, a ideia de se encaixar aos padrões tidos como civilizados (logo, de referência da cultura branca), era a forma de se conquistar colocação social, era um instrumento de resistência possível no sentido de se configurar a sua maneira uma luta pelo pertencimento aos espaços sociais.

Nesse sentido, compreendemos as inúmeras linhas dedicadas nas páginas da Imprensa Negra a tratar do comportamento daquele grupo, pois fugir do estereótipo de primitivo, preguiçoso, desordeiro, vadios, bêbados (e tantos outros comumente associados aos negros no período) era, por eles, entendido como uma estratégia. Assim, como podemos conferir no seguinte recorte:

Figura 4 - A VOZ DA RAÇA, 10 de junho de 1933



### Conselhos

O que nós os pretos devemos saber:

- Devemos tratar todos com respeito; para sermos também respeitados.
- É princípio de civilidade não fumar no quarto de um doente; quando lhe façamos uma visita.
- Precisamos tratar mais dos dentes; do que dos lábios.
- Quando tomar o Bonde e sentar perto de uma senhora, não devemos fumar; é falta de cortesia.
- Pessoa que está em estado interessante deve estar sempre coberta com seu casaco, quando sair para passear.
- Não devemos desprezar os que não tem roupa cortada pelo ultimo figurino; porque o e fartura não dura sempre.
- Necessitamos mais de ação e menos discursos.
- Não devemos fazer apresentação de uma pessoa para outro; porque aqui na capital nós somos todos conhecidos de vista.
- Quando uma pessoa estiver conversando na rua ou em qualquer lugar devemos esperá-lo tres metros mais adiante para não observar assuntos que não é do nosso interesse.
- Não devemos fazer visita para ninguem na hora do almoço ou do jantar; para não ser chamado de “Fila Boia”.

FONTE: Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Também não podemos nos tornar menos sensíveis ao fato de que a Imprensa Negra representa um grupo muito heterogêneo:

A existência de vários jornais negros reflete as diferentes formas de percepção e enfrentamento da discriminação racial pela militância negra de então. Muitos dos intelectuais que atuavam nesses periódicos defendiam, ardorosamente, o reconhecimento da contribuição civilizadora dos negros na construção do país. Esse argumento tinha lógica e força num contexto em que o nacionalismo formulado pelas elites não reconhecia e mesmo repudiava a porção africana do país. O máximo que faziam era reduzir a folclore a imensa contribuição cultural dos negros à formação do Brasil. [...] Ao reivindicar um lugar de destaque na nacionalidade brasileira, a intelectualidade negra apostava na possibilidade de conquistar direitos e posições de poder no processo de modernização do Brasil. [...] O Brasil era de todos, diziam os opositores, mas os negros sabiam que não era e lutavam para que

realmente fosse. Na verdade, negar a existência do racismo e desconhecer suas consequências nefastas para a população negra eram maneiras de manifestar o racismo. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 262-263).

Assim, compreendendo que os jornais da Imprensa Negra surgem da organização de grupos em agremiações e, pensando que alguns textos da Imprensa Negra podem vir a reproduzir ideias hegemônicas, podemos, então, destacarmos a organização da Frente Negra Brasileira (da qual se articulará o impresso a que damos maior destaque neste trabalho: *A Voz da Raça*).

#### – Frente Negra Brasileira - FNB (1931-1937)

Logo, a FNB, formada pelos remanescentes do Centro Cívico Palmares, reflete tanto as mudanças e os anseios dos trabalhadores dos anos 1930, como as heranças e anseios dos trabalhadores escravos, por isso é um instrumento rico e que muito auxilia na análise da identidade da classe trabalhadora brasileira. A experiência acumulada pelos negros nas associações sociais e recreativas e na Imprensa Negra levaram os negros paulistas a criar, no dia 16 de setembro de 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB) com o objetivo de protestar contra a discriminação racial que alijava o negro do emprego e do sistema de ensino, assim como o segregava em vários espaços públicos, como no cinema, teatro, barbearia, hotel, restaurante, entre outros.

Criada em 1931, nos contextos político e social agitados da revolução de 1930 e da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, logo ela passou ao papel de partido político, porém, com curtíssima duração, pois foi extinto na imposição da ditadura de Vargas em 1937.

A Frente Negra atuou pela inclusão do negro no mercado de trabalho, conforme o depoimento do militante José Correia Leite (1968). Vale lembrar que:

Na indústria paulista, até 1945 não entrava negro, como na tecelagem, por exemplo. Em todas as indústrias, [...] os teares da tecelagem eram só para os filhos de italianos e, em outras fábricas, indústria de calçado por exemplo, [...]. O negro não entrava em jardins públicos. (LEITE *apud* NASCIMENTO, 2008, p. 103).

A Frente Negra dedicou-se, evoluindo sua luta política, a atividades que envolviam aspectos educacionais, culturais, esportivas, entre outros. O grupo, assim, tinha como algumas de suas pautas de reivindicações a tentativa de garantir vagas

melhores aos negros no mercado de trabalho e a exigência ao governo Vargas da ruptura do incentivo à imigração de europeus.

A Frente Negra sempre achou que a luta do negro deveria partir da educação, então ela se preocupou muito em criar os departamentos esportivo, educacional, social, assistencial, e tinha também o departamento de imprensa e biblioteca. Todos giravam em torno da Frente Negra, inclusive as escolas de alfabetização [...], conseguimos do estado quatro professoras [...]. Depois, mais tarde foi que enveredou para a política”. Depoimento do Sr. Francisco Lucrécio, um dos fundadores da FNB. Enquanto reivindicavam do governo brasileiro implementação de políticas de inclusão, as lideranças da FNB afirmavam que caberia ao próprio negro cuidar de sua integração na sociedade da época, adequando-se às exigências do mundo moderno. (DOMINGUES, 2006, p. 153).

Em 1936, a Frente Negra Brasileira conseguiu realizar um dos seus objetivos, que era se tornar um partido político, que pudesse eleger negros para representá-la nas esferas do poder. A FNB conseguiu o registro como partido político para concorrer com candidatos negros em algumas cidades do país, porém, no ano seguinte Getúlio Vargas estabeleceu a ditadura do Estado Novo que acabou com a liberdade de organização política e sindical, de imprensa, de palavra e de manifestação pública. A FNB foi colocada na ilegalidade junto aos demais partidos e movimentos sociais.

A FNB foi um importante centro de referência aos negros e ao próprio movimento negro. Suas articulações fizeram com os negros ficassem melhor colocados com os princípios de modernização do período, modificou a percepção de consciência racial e representou um impacto na educação de negros. Mas não podemos perder de vista o fato de que, mesmo assim, na década de 1930, apesar do rápido desenvolvimento da sociedade brasileira, em particular, a paulista, ainda era muito forte o ranço do escravismo, com a prática rotineira da segregação e discriminação dos negros.

#### – O jornal “A VOZ DA RAÇA”

É extremamente significativa a análise dos periódicos disponíveis pelo jornal intitulado “A voz da raça”. Vale constar, antes da apresentação propriamente do periódico, uma justificativa sobre o enfoque dado.

Na compreensão do nosso objeto de pesquisa, tomamos o que se compreende como o conjunto amplo daquilo que é tomado como Imprensa Negra. Aqui, em uma breve elaboração do que poderia ser tomado como uma crítica das fontes, tem-se que ponderar,

primeiramente, que ao ser intitulada como Imprensa, para além de determinar gênero textual, dá-se, muitas vezes, a subentender que haja grande amparo institucional, tanto durante a elaboração do jornal quanto no arquivamento (documentação) dos mesmos e isso não necessariamente se confere, sobretudo quando diz respeito ao povo negro.

Hoje, graças ao trabalho de resgate em arquivos pessoais por alguns pesquisadores, contamos com arquivos públicos digitalizados do que literalmente sobrou do que os negros conseguiram produzir, nas condições mais adversas, em suas associações. Nesse cenário, não ignorando as demais publicações disponíveis, o “A Voz da Raça” destacou-se dada a maior quantidade de exemplares publicados. Diferentemente dos demais, esse periódico contará, pelo menos nos anos iniciais, com apoio, ainda que limitado, do governo nacional.

Assim, o “A Voz da Raça” é oriundo da organização da Frente Negra Brasileira e, na contramão da crítica pela ausência de fonte (comum a quem pretende estudar a Imprensa Negra), é o jornal com o maior número de impressos disponíveis, o mais rotineiramente publicado e (provavelmente não por coincidência) o que mais possui trabalhos acadêmicos a respeito (ARAÚJO, 2008; DOMINGUES, 2008). Sobre o volume expressivo de publicações, em relação aos demais periódicos da mesma imprensa, talvez, a justificativa mais plausível seja a de que este era um jornal com vínculo e apoio do governo nacional.

Durante o período entre meados da primeira década do século XX e o fim da década de 1930, desenvolveu-se uma imprensa bastante específica na cidade de São Paulo. Nesse mesmo período, as colônias de imigrantes da cidade imprimiam jornais que buscavam atender às necessidades dos recém-chegados, e, também, parte dos negros que moravam em São Paulo ou que haviam se mudado para capital recentemente, vindos do interior do estado, produziam um tipo especial de imprensa. Eram os "jornais negros", mais comumente chamados de a "imprensa negra". Nessa lógica dos acontecimentos nenhum outro jornal tenha seguido mais os modelos hegemônicos de elaboração de periódicos como o “A voz da Raça”.

Com discurso forte em defesa do que acredita ser a verdadeira “*Gente Negra*” (sempre em maiúsculo, marcando essa ideia de legitimidade, de um substantivo próprio), mas que, ao mesmo tempo, tenta conciliar o que parece inconciliável: patriotismo, militarismo e religiosidade cristã. Esse é o “A Voz da Raça”, um jornal que se configura como a primeira articulação política oficial do movimento negro paulistano e que se apoia em algo que acreditavam ser uma política “*orgânico-sindicalista*”, como se referem na edição de 29 de abril de 1933.

O primeiro exemplar do periódico aparece em 18 de março de 1933, tendo, como redator, Deocleciano Nascimento; secretário, Pedro Paulo Barbosa; Gerente, A. de Campos. O registro é de uma sociedade anônima ainda em organização. O expediente do jornal sofreu algumas modificações ao longo dos anos. Em junho de 1933, teve como gerente Ismael Amaral, e redator Mario Campos. Em agosto de 1933, a gerência passa a R. A. Santos. Em dezembro de 1933, Deocleciano Nascimento assume a direção do jornal, que seria compartilhada, em abril de 1934, com Raul Joviano Amaral<sup>22</sup>. Em maio de 1935, o Gerente passa a ser João de Souza. Em dezembro de 1935, nova mudança na direção, agora Antonio Martins dos Santos<sup>23</sup> ocupa o lugar de Raul Joviano Amaral. Por fim, Antonio Martins dos Santos ocupa o cargo de redator, em março de 1936. Ao longo de sua trajetória, então, “A Voz da Raça” teve como seus principais colaboradores: Arlindo V. dos Santos, Colú Barbosa, Leão Peixoto, Olavo Xavier e Joaquim Pedro Kiel.

Sobre o trabalho de leitura e análise deste periódico, não podemos perder de vista o que fomos anunciando nessa introdução. Precisamos compreender, em articulação sempre com as determinações históricas, políticas, econômicas e sociais, aquilo que alguns podem até compreender como fracasso de uma associação tão forte e, em 1937, e a consequente ordem de fechamento das associações de movimentos sociais). Além disso, ainda sob as mesmas determinações, devemos pensar cuidadosamente a maneira como encaramos a presença incômoda (sobretudo hoje) do fascismo nesta organização. (OLIVEIRA, 2006, p. 12).

Como já dito, mesmo quem propusesse novas ordens, a vazia, muitas vezes, com a noção de raça do determinismo. Bem como, numa leitura da Imprensa Negra nunca se pode ignorar a heterogeneidade da mesma, vide o caso de Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. A Frente Negra trazia ideias de construção social e tinha potencial político, logo, sempre teve intensos debates entre seus líderes. Porém, na defesa que

---

<sup>22</sup> Raul Joviano do Amaral (1914-1988), nascido em Campinas-SP, foi formado em Direito, em 1937, pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (RJ). Também se formou em Sociologia, Economia e Estatística. Iniciou sua carreira de jornalista em 1933, atuando como redator no São Paulo Jornal. Foi membro da União Brasileira de Escritores. Em 1931, foi um dos fundadores do “A Voz da Raça” e, em 1945, do periódico “Alvorada”. Ao longo da vida, teve inúmeras e importantes participações em associações e organizações do movimento negro, sobretudo em São Paulo. Deixando contribuições em diversas áreas do conhecimento e da arte literária (OLIVEIRA, p. 240, 1998).

<sup>23</sup> Antonio Martins dos Santos (1911-1937), mineiro e tendo uma morte precoce, pouco se sabe sobre ele. Há relatos de que indicam que, apesar de bastante pobre, conseguiu instruir-se no “meio mackenzista”, formou-se posteriormente em Engenharia, chegando a se especializar em eletricidade e defender tese. Nas páginas do “A Voz da Raça” há breves relatos dizendo que: “*Em 1935, juntamente com outros elementos, fundou o curso de formação social, e aí foi um dos mais brilhantes professores*” (SOUZA, A Voz da Raça, 1937, p. 4). Foi membro do conselho da Frente Negra e redator chefe deste jornal. (SANTOS, 2019).

encampava Santos de um nacionalismo de cunho nazifascista, Leite fazia-se adversário com posicionamentos que se declarava em discurso como nacionalista, mas que simpatizava com o socialismo. Assim, Leite foi considerado um “traidor da raça”, nos tons diversas vezes proferidos nas páginas do “A Voz da Raça”,

Contudo, entranhada às particularidades de “A Voz da Raça”, assim como os demais jornais de toda a Imprensa Negra, nele também se estampa a compreensão do processo histórico brasileiro da passagem do trabalho escravo para o livre e a maneira pela qual os negros são entendidos nesse processo.

Assim, compreendida as características da Imprensa Negra, sem generalizá-la (dados os muitos embates dentro do próprio movimento negro, mas dando enfoque ao “A Voz da Raça”), para então compreender as características do meu objeto de pesquisa e as metodologias e as limitações da minha pesquisa. Para que pudéssemos compor uma síntese das múltiplas determinações do nosso objeto de análise e das relações que estabelece na sociedade. Buscando, assim, compreender a gênese do objeto de análise a partir da totalidade para que pudéssemos, ao máximo, não ficar em uma interpretação pontual ou superficial.

Assim, após o primeiro contato para (re)conhecimento do acervo organizado por Ferrara, partimos para a análise desse material na perspectiva teórica do materialismo histórico. Buscando uma análise que articulasse a realidade material da época com seu contexto maior (articulando fatores econômicos, sociais, políticos e educacionais). Assim, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa seguiram as seguintes etapas:

- a. Revisão bibliográfica: nesta etapa da pesquisa, a partir das revisões constantes do projeto inicial foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as principais categorias trabalhadas na pesquisa;
- b. Pesquisa documental: nesta etapa, foram realizadas leituras de todo material da Imprensa Negra disponível para se fazer uma seleção dos recortes relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, para que, então, pudéssemos prosseguir com as transcrições, análises e discussões.
- c. Organização e análise das fontes: foram realizadas abstrações, discussões e interpretações dos recortes selecionados da Imprensa Negra, mas buscando manter o necessário diálogo com a produção acadêmica relativa ao tema pesquisado.

À luz de tudo que levantamos como ponto(s) de partida, para a apresentação dos resultados obtidos a partir desta investigação, temos, então, uma dissertação organizada em três capítulos. A saber:

- no **primeiro capítulo**, intitulado **A educação da população negra na História da Educação brasileira**, buscaremos construir uma contextualização do recorte no tempo histórico (década de 1930) trabalhando com questões relacionadas à escolarização da população negra no período da Primeira República e no primeiro governo de Getúlio Vargas, podendo compreender como se deu o trato do Estado quanto a população negra em meio ao advento dos Grupos Escolares, a democratização do ensino (ao menos em discurso, nas reformas educacionais);
- no **segundo capítulo**, chamado **Contexto da luta dos negros por educação pública na década de 1930**, realizamos uma contextualização da luta dos negros pela educação e a iniciamos a apresentação da organização da Imprensa Negra paulista no início do século XX – buscando compreender o processo da lenta inserção do negro na emergente sociedade de classes, no contexto de desenvolvimento econômico e social da sociedade paulista nas décadas iniciais do século XX;
- no **terceiro capítulo**, intitulado **A luta do movimento negro por educação na Imprensa Negra paulista**: apresenta-se uma análise do a “**Voz da Raça**”. Pode-se, a partir das fontes e das análises críticas delas, e dadas as devidas contextualizações, desenvolver as problematizações envolvidas com o objeto de pesquisa, a luta dos negros por educação.

## **CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Neste capítulo, faremos uma contextualização que nos aproxime do objeto de pesquisa (luta dos negros por educação pública). Para isso, pretendemos discutir questões relacionadas à escolarização da população negra no período da Primeira República (1889 a 1930) e do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1934), abordando três aspectos, sendo:

- o primeiro, as configurações que nos permite tomar a década de 1930 como um período de análise pertinente à compreensão dos rumos tomados na educação (e na própria formação) brasileira.
- o segundo, o advento dos Grupos Escolares em São Paulo na última década do século XIX e as reformas educacionais (destacando que, apesar de neste período se proclamar a democratização do ensino público, na prática, o acesso à educação formal foi negado para a grande maioria dos negros);
- e o último, o escasso registro, na História da Educação Brasileira, do processo de escolarização da população negra (procurando problematizar os motivos da baixa produção de estudos sobre a população negra nesta área do conhecimento).

Isso, para que possamos, então, tomar a Imprensa Negra paulista como fonte para a História da Educação (analisando-a como um canal de expressão da população negra na reivindicação e na luta por acesso à escola pública). Acreditamos que ao buscar compreender a realidade territorial e econômica, o desenvolvimento científico e as demandas sociais, concepções ideológicas dos sujeitos poderemos construir um saber histórico sobre o passado que nos auxilie com nossos compromissos com o presente e futuro.

### **1.1 O recorte de tempo-espaço: a década de 1930 na sociedade paulista**

A década de 1930, recorte deste trabalho, é um período, em um aspecto global, de recuperação econômica pós quebra da bolsa de Nova York (1929). Para muitos que se

empenham em descrever o período, ele seria, por começar com uma resseção e terminar com a II Guerra Mundial (1939-1945), a pior década do século XX. O desejo ávido de modernização refletia-se na moda, nos costumes, nos novos meios de transportes. Isso, ao mesmo tempo em que, não contraditoriamente para um período de avanço do capitalismo, governos totalitários começam a emergir pelo mundo.

No Brasil, o espírito da década que se iniciava era muito bem representado pelo poema de Oswald de Andrade (importante expoente da efervescência cultural do Modernismo brasileiro), “*Verbo Crackar*” (OSWALD, 1971). Poema que compõe o livro “*Memórias sentimentais de João Miramar. Serafim Ponte Grande*”:

#### VERBO CRACKAR

Eu empobreço de repente  
 Tu enriqueces por minha causa  
 Ele azula para o sertão  
 Nós entramos em concordata  
 Vós protestais por preferência  
 Eles escafedem a massa.  
 Sê pirata  
 Sede trouxas  
 Abrindo o pala  
 Pessoal sarado  
 Oxalá eu tivesse sabido que esse verbo era irregular.

(OSWALD, 1971, p. 84)

Em poucos versos, partindo do tema da quebra da bolsa e da desestruturação econômica, o poeta concilia forças que, fora da complexidade brasileira, parecem incompatíveis. Sendo o próprio Oswald um ícone dos movimentos culturais da época e o poema sendo um tanto autorreferenciado, permiti-nos entender que a cultura, para além de sua dimensão simbólica, discursiva e subjetiva, está sob as bases das condições materiais, nas conjunturas econômicas, políticas e sociais. E, se estas últimas abalam suas estruturas, certas rupturas são inevitáveis. Em um país com histórico de mudanças conservadoras, moderadas, conciliatórias com as velhas estruturas, talvez seja pelo entendimento desses momentos que poderemos compreender nossas conjunturas atuais. De forma cômica, Andrade consegue desenhar o jeito bem brasileiro de naturalizar os processos históricos.

Muito por isso, Andrade constrói uma estética que conjuga um verbo novo (neologismo) com as formas tradicionais da língua, assim como todo âmbito cultural da

época conciliava suas tradições coloniais com o fervor por modernização levantado na década de 20. Oswald de Andrade antecipa ali, por estar em consonância com sua época, que a década de 1930 seria oriunda de uma quebra econômica que exporia o Brasil que se pretendia nacional, original e miscigenado, mas permanecia com o Estado amparando a elite, marginalizando a massa (seja ela do campo ou operária) e seguindo pelo grande capital em nome do lucro.

A década de 1930, como um marco dessa modernização brasileira que nasce de alguma forma quebrada, “*crackeada*” (nas figuras de Andrade), representou um momento de definições sobre o encaminhamento do desenvolvimento capitalista industrial no país. Isso fez com que, nesse período, ocorressem movimentos políticos tais como a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo (1937). Mesmo que, vale observar, na historiografia, esses movimentos ainda provoquem discussões sobre quais forças políticas e interesses que predominaram nas mudanças ocorridas e possam até pôr em xeque o uso do termo “revolução”.

A chamada “Revolução de 1930” se desenha a partir das insatisfações com as políticas ruralistas, por parte das elites urbanas industriais e do exército, e, também, por conta do tenso cenário político e econômico delineado na década de 1920. A crise da Primeira República é oriunda da quebra da predominância da elite cafeeicultora no poder (a chamada República Oligárquica). É um momento de ruptura com as estruturas coloniais, revoltas sociais (apesar da Revolução de 30 ter sido liderada por uma política pública nacional) expunha as fragilidades e as ineficácias das políticas ruralistas – dentre estas revoltas, destaca-se, aqui, a de marinheiros negros.

É importante compreendermos as articulações entre as lutas da elite e certa adesão das camadas populares a essas mesmas pautas. No mais conhecido movimento de resistência paulista, o MMDC (acrônimo formado pelos nomes dos mártires do Movimento Constitucionalista de 1932, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), chega a ser formada uma comissão para arrecadar apoio material e humano entre a comunidade negra paulista. A “Legião Negra”<sup>24</sup>, que teve papel relevante na Revolução de 1932, surge

---

<sup>24</sup> O governo e a elite paulistana alistaram um grupo de homens e mulheres negros que representavam um quarto de todo o contingente paulista para a Revolução Constitucionalista de 1932 para que isso gerasse uma mobilização maior nas camadas populares da sociedade. Dentre esses soldados é que se formou o grupo conhecido como “Legião Negra”, ou “Pérola Negra”. Eram liderados pelo Chefe Civil e Capitão da Força Pública, Joaquim Guaraná, contavam com o Chefe Militar, Gastão Goulart, e eram apoiados pelos Tenente Arlindo, do Corpo de Bombeiros, e o Tenente Ivo. (vide: DOMINGUES, 2003)

neste contexto. Porém, não houve, por parte dos negros integrantes da Frente Negra Brasileira, o apoio integral.

Cabe pontuar que as organizações como a Frente Negra Brasileira são o berço do que chamamos Imprensa Negra. E elas, para além da compreensão das próprias articulações dos movimentos negros, de maneira dialética, permitem-nos compreender as configurações do próprio período que as circunscreve.

Aqui – num ponto de vista mais amplo das condições políticas, econômicas e sociais –, não podemos perder de vista que os negros daquele período passavam apenas por 40 anos de liberdade após 350 anos de relações escravistas. Há que se olhar a relação do governo Vargas com a classe trabalhadora junto e para além das organizações anarquistas, comunistas e socialistas que adentravam no Brasil neste início do século. Pensamentos políticos que sempre são tão marcados na historiografia tradicional brasileira e que chegavam com os imigrantes europeus que eram aqui recebidos e acolhidos pelo governo com políticas cujo propósito também era promover o branqueamento da população.

Por isso, retomo que nem todos os negros aderiram ao movimento constitucionalista. Tendo a liberdade recentemente admitida, e sendo um forte contingente sem amparo de políticas sociais naquele momento, os negros representavam uma massa de operários para São Paulo e Vargas dedicou fortemente sua propaganda a essa mesma massa.

O grupo “Legião Negra” (também conhecido como os “Perolas Negras”) surge, então, sem o apoio integral da Frente Negra, mas, ainda assim, faz forte e marcante presença na revolução. O que deve ser destacado aqui, já que a historiografia oficial costuma minimizar ou ocultar a participação de negros nos acontecimentos nacionais. Vale constar também que o mesmo apagamento na historiografia oficial acontece com a participação de mulheres, indígenas e demais minorias nos eventos tomados como marcos históricos.

A contextualização da década de 1930 que aqui se propõe faz mesmo, como já dito dialeticamente, esse movimento de olhar ao micro e ao macro dos acontecimentos. Ora partimos das configurações dadas ao período para localizar os textos recortados da Imprensa Negra, ora partimos do interior do próprio movimento negro para compreender o todo que o circunscreve. Esse movimento constante de pesquisa e estudo reflete-se na escrita e apresentação deste trabalho. Como bem retoma Castanho, a unidade epistemológica que podemos obter das leituras de Marx está na noção de totalidade. E,

com isso, cabe ao historiador fazer “*a integração das múltiplas determinações do real com base na produção material da existência*” (CASTANHO, 2010, p.8).

Assim, na compreensão da década de 1930, deve-se entender que, do ponto de vista da elite dominante, não está só se configurando uma reorganização do capital das elites agrícolas para a elite industrial nesse rearranjo do Estado Nacional. No campo ideológico, essas mudanças configuram a transição das teorias deterministas de branqueamento e de racismo científico para o mito da democracia racial. Esses fatores de ordem políticas, econômicas e ideológicas fazem articular-se, no campo cultural, novas relações com a noção de raça. Numa valorização da “raça mestiça” temos, por exemplo a publicação, em 1933, de “Casa-Grande e Senzala” de Gilberto Freyre (FREYRE, 1998).

O que, não ao acaso, conjuga-se aos princípios republicanos, que trará a instrução como um dos pilares para o progresso e a cidadania, como parte de um projeto civilizatório – já que começa a descartar fatores deterministas. Na década de 1930, um novo conceito de cidadania, diferente do início da República se anunciava: cidadania regulada pela estratificação ocupacional do trabalho, que passa a ocupar o lugar da cidadania abstrata, pautada no liberalismo clássico (NORONHA, 2004, p. 16), fundada no direito natural.

Voltando a observar o que isso acarreta à organização do movimento negro que se articulava como base à Imprensa Negra, vemos que a Revolução de 1930, de fato, será uma grande mudança ao movimento, pois o levará a um maior grau de consolidação, pois coloca em pauta a participação política dos negros. Não se pode negar que a Revolução de 30 mudou a relação entre sociedade e Estado. E é na leitura da Imprensa Negra também que podemos ver elementos oriundos dessa transformação de um Brasil pré-capitalista para uma sociedade capitalista.

Pegando essa recomposição da elite política no Brasil para compreender a década de 1930 e os condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais que caracterizam esse período, percebemos que este é o período da reordenação das relações de trabalhos. Mas ao jeito brasileiro de conduzir sempre mudanças ponderadas pela elite, será um capitalismo diretamente ligado ao Estado e uma modernização conduzida pela elite agrária (mesmo que não mais totalmente hegemônica). E essa “Estado de compromisso” vai se estender também, por exemplo, ao campo educacional, no qual pode-se conferir as tentativas de políticas que abarcasse (conciliasse) as tensões entre uma modernização e as forças da igreja. Nesse contexto, é elaborada a Constituição de 1934. Nela, materializa-se o período (1931-1933) de extremas disputas em relação às participações políticas.

Nesse processo, o governo de Getúlio Vargas é algo de extrema relevância para o cenário político. Com um governo categorizado como populista, configurava a centralização do Estado e o intervencionismo. Vargas representava, ao mesmo tempo, um governo nacionalista, empenhado no desenvolvimento nacional. Consolidava, por meio de propaganda doutrinária e repressão, a figura do “pai do povo”, de alguém que defenderia os trabalhadores da elite. De fato, a política trabalhista de Vargas é importante, haja visto os avanços na legislação, porém, isso ocorre na construção de uma imagem de que os direitos foram dados por este herói nacional.

Não perdendo o movimento de olhar para o contexto maior da década de 1930 e o cerne do movimento negro, vale, aqui, a lembrança de que, para o movimento negro, todos esses acontecimentos contribuirão para o seu próprio amadurecimento político. Sendo essas mudanças trabalhistas vistas dentro dos próprios movimentos como um momento por eles compreendidos como uma “segunda abolição”.

Após a abolição da escravidão (1888), com o fim da I Guerra Mundial (1918), com a forte imigração de europeus ao Brasil e com os movimentos sociais da década de 1920, com a aumento da pobreza, quebra da bolsa em 1929 e as mudanças desencadeadas pela Revolução de 30 é que os movimentos negros começam a tomar participação política e institucional. E nesse fortalecimento dos movimentos, a educação assume papel central. Veremos no próximo tópico deste trabalho que a educação foi bandeira de política nacional, com propostas de oferecimento à população em geral, mas que, na prática, continuou a segregar a parcela negra.

Em uma década que será repleta de “soluções políticas” por parte dos governantes, como foi a década de 1930, o que notamos é a real falta de políticas que de fato se compromettesse com a população negra. Tanto as reformas propostas já na década anterior (como a reforma paulista de 1920), com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (fazendo da educação uma questão nacional) nada foi diretamente realizado para o atendimento das necessidades do povo negro. Assim, permaneciam marginalizados socialmente (tendo impedimentos de frequentar espaços públicos, dentre eles a escola, por conta da questão racial) como marginalizados institucionalmente por políticas e reformas que se diziam abrangentes, mas ignoravam (também como parte deste mesmo projeto político) as reivindicações da enorme população negra.

## 1.2 Os Grupos Escolares e as reformas educacionais do governo republicano

Nesta parte do capítulo, então, discutimos, mais especificamente, a História da Educação brasileira, em especial de São Paulo, no período da Primeira República (1889 a 1930) e do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1934). O objetivo é mostrar que, apesar do avanço da educação pública nesse período, a partir das reformas educacionais e da expansão na oferta de vagas com a criação dos grupos escolares, a população negra não foi contemplada nesse avanço educacional, mantendo-se excluída do acesso à educação pública.

A República, assim, é referência para a história da educação como o período em que o poder público assume a tarefa de organizar integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino para toda a população. (Saviani, 2004, p. 18). Mesmo que, como veremos, na prática, a questão da educação das massas só tomará os debates de fato a partir da década de 1920.

É importante compreendermos que, as décadas iniciais após a abolição, contando também com a implantação do regime republicano, foram um período de intensa ação do Estado no sentido de promover a modernização do país e construir a nação brasileira com base num conjunto de ideias, que ficou conhecido como o ideário republicano. Com o fim do trabalho escravo, adotou-se o regime de trabalho assalariado, porém com preocupações em reduzir ao máximo, para a elite, as consequências do regime escravista que vigorou nos três séculos anteriores. Para suprir a demanda por mão-de-obra, em especial nas lavouras de café, o Estado brasileiro patrocinou a introdução acelerada de trabalhadores europeus, também, visando restringir a participação dos negros na sociedade, por considerá-los inferiores – trata-se de um período no qual era predominante a ideia e desejo de branqueamento da população brasileira. (ANDRÉ, 2008).

Os governos republicanos implantaram reformas na educação brasileira com o objetivo geral de promover a formação do cidadão e formá-lo para o trabalho, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social do país – vale observar que a educação era um fator importante nos ideários republicanos e a imprensa em geral era estratégica na articulação destes mesmos ideários. Essas reformas educacionais, assim, ampliaram as oportunidades de escolarização, mas, apesar de serem políticas educacionais de cunho universalista (coerente com as ideias liberais que permeavam as reformas do Estado e da educação), mantiveram-se restritas a uma pequena parcela da

população brasileira – pois não tinham, sobretudo, a intenção real de atender às reivindicações da população negra.

Vale considerar ainda que o novo regime federativo implantado a partir de 1889 manteve a instrução popular sob a responsabilidade dos estados, que a partir da reforma dos ensinos primário e secundário no Distrito Federal, instituída por Benjamin Constant em 1890, passou a ser adotada como referência para a organização do ensino nos estados. Para Saviani (2007), a reforma que apresenta uma proposta avançada de criação de um sistema orgânico de educação, aconteceu no estado de São Paulo.

Ali se procurou preencher dois requisitos básicos implicados na organização dos serviços educacionais na forma de sistema: a) a organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; b) a organização das escolas na forma de grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo, assim, a questão da coordenação dessas atividades também no âmbito das unidades escolares. (SAVIANI, 2010, p. 165).

A reforma da instrução pública paulista, iniciada em 1892, teve como grande inovação a instituição dos grupos escolares “*criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, pois a estrutura anterior haviam classes isoladas ou avulsas e unidocentes*” (REIS FILHO, 1981, p. 119).

Na última década do século XIX, no processo de desenvolvimento dos centros urbanos do estado de São Paulo, foi adotado um novo modelo de organização escolar, que agrupava as escolas isoladas, segundo a proximidade entre elas, em unidades chamadas de “grupos escolares”.

Os grupos escolares também ficaram conhecidos como escolas graduadas, por estarem organizados em turmas seriadas de acordo com a faixa etária e a introdução da aprendizagem progressiva. Classificando os alunos por níveis de conhecimento, a escola graduada trazia ao ensino a simultaneidade, a racionalização curricular, controle curricular, sistematização das avaliações, divisão do trabalho docente. “*O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.*” (SOUZA, 2004, p. 106).

O grupo escolar oferecia o ensino primário com duração de quatro anos, adotando o método intuitivo<sup>25</sup> como método de ensino. Outra característica do grupo escolar era a exigência da disciplina rígida dos estudantes, como assiduidade, asseio, ordem, obediência, entre outros. *O tempo escolar passou a ser controlado através do calendário, com práticas “ritualizadas” e “simbólicas”, como os exames finais, as exposições escolares, as datas cívicas.* (SOUZA, 2004, p. 114).

O projeto de grupo escolar de São Paulo se expandiu rapidamente para outros estados do Brasil, como um modelo de modernização educacional. Assim, os grupos escolares foram implantados no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo em 1908, no Mato Grosso em 1910, em Santa Catarina e em Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916, no Piauí em 1920, etc.

**Logo, no terreno educacional, São Paulo abrigava estrategicamente a expansão da rede de ensino pública – a 1ª República é marcada por uma ideia de “Bandeirismo” na educação. São Paulo era ponto estratégico deste pensamento. Desde as últimas décadas do século XIX, São Paulo tornou-se um centro de progresso agrícola e industrial. No tempo, tornou-se frequente associar a imagem social de São Paulo à imagem de potência e modernidade e, conseqüentemente, à heroicidade dos bandeirantes, imagem cantada por literatos, intelectuais, publicistas e políticos. E mesmo que os negros muitas vezes reproduziram esse discurso hegemônico em seus impressos, vale registrar que a expansão dos grupos escolares e o sucesso (como novo modelo de organização escolar) não mudou a situação de exclusão da rede escolar vivida pelos negros.**

**Para Saviani (2007), o grupo escolar era uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação das elites, sem preocupações em promover a educação das massas populares. Assim, a preocupação com a educação popular aparece na reforma paulista de 1920 de Sampaio Dória, que, movidos por determinados interesses, procurou enfrentar o problema do analfabetismo.**

Algumas obras de História da Educação têm registrado que, apesar dos avanços educacionais na Primeira República, a questão da educação popular direcionada aos

---

<sup>25</sup> O método de ensino intuitivo ou as lições de coisas “tem os objetos como suporte didático e os sentidos como os atributos humanos que possibilitam a produção de ideias – a princípio concretas e que ascendem à abstração – e que a educação deve focalizar elementos presentes no dia a dia, próximos à criança, para leva-la à compreensão das coisas comuns, unindo-se, na mesma definição, proposições sobre o que ensinar e como ensinar.” (VALDEMARIN, 2014, p. 163)

trabalhadores pobres, incluindo aí principalmente os negros, não estava no centro das preocupações da elite governante. **A questão da educação das massas populares emergirá, então, somente a partir de 1920 com a Reforma Paulista da educação que, como dito, procurou enfrentar o problema do analfabetismo – enfrentamento esse movido pelos interesses de manter posição hegemônica de São Paulo na Federação<sup>26</sup> num momento de instabilidade na política nacional; e movido pela preocupação com a unidade nacional e com o controle social (momento de crescente chegada de imigrantes em São Paulo e de crescimento da industrialização).**

**A pesquisadora Ana Maria Cavaliere (2003), em seu trabalho, redesenha as conjecturas da Reforma Paulista de 1920 compreendendo esse período como um momento simultaneamente de pioneirismo e de impasse. Cavaliere retoma que:**

A reforma do ensino paulista de 1920 [...] foi emblemática e prenunciadora de um conjunto de problemas que vieram a enfrentar administradores e sistemas educacionais do país durante todo o século XX. Ela demonstra que a tendência à escola mínima se esboçou ainda no início daquele século, aos primeiros sinais de que a ampliação dos sistemas educacionais nos diversos estados brasileiros configurava-se como um fato inexorável. [...] A eleição do paraibano Epitácio Pessoa, em 1919, à Presidência da República significou uma mudança, ainda que relativa, no cenário político do país. A momentânea quebra no monopólio do poder político detido por São Paulo e Minas Gerais não chegou a romper a estrutura oligárquica de poder vigente, mas provocou uma renovação em seu sistema de sustentação. Em outras palavras, modificaram-se os métodos de manutenção do conservadorismo. [...] Iniciou-se um gradativo processo de centralização do poder e de fortalecimento do presidencialismo que culminaria com a revolução de 1930. Paralelamente a esse processo político verificava-se uma maior diversificação da estrutura social. (CAVALIERE, 2003, p. 29-31).

Essa maior divisão nas camadas populares precisa ser compreendida por diversos fatores em jogo no período. Esse é um momento, assim como na Europa, de crescimento e fortalecimento da classe operária, (que, como já dito, estabelece conflitos com a oligarquia). Não podemos perder de vista o agravamento do estado de pobreza de grande parte da população por conta das crises econômicas. Nesse cenário de desejo da elite por um maior controle social, até o estrangeiro, até então incentivado a vir para o país, representava agora um perigo. É por esses elementos que a afirmação da nacionalidade por parte da elite se torna tão forte, uma brasilidade que parte no sentido de homogeneizar

---

<sup>26</sup> Vale, aqui, lembrar que o colégio eleitoral era formado apenas por cidadãos alfabetizados.

o povo. É nesse contexto que o combate ao analfabetismo se coloca com política pública já na década de 1920.

**É importante resgatar ainda, da contextualização construída por Cavaliere (2003), que – nessa lógica de políticas que proclamam mudanças, mas as realizam de maneira conciliatória, parcial, sempre a manter os interesses de uma elite – na Reforma Paulista de 1920:**

Para a direção geral da Instrução Pública do Estado, Washington Luís convida, em abril de 1920, o professor Sampaio Dória, que passa a elaborar a reforma do ensino, a qual se efetivaria na lei nº1.750 [...] O analfabetismo, encarado como "doença", pela intelectualidade da época, como o "maior inimigo da Pátria", nas palavras de Sampaio Dória, deveria ser combatido heroicamente. Tratava-se de uma cruzada moral. [...] A convicção de Sampaio Dória no papel social da escola parecia vir ao encontro das necessidades e intenções do governo paulista. Essa identificação, entretanto, como ficou provado mais tarde, era bastante superficial. Os liberais de então, engajados num projeto anti-oligárquico de fortalecimento da nacionalidade e modernização da sociedade brasileira, estavam marcados pela proposta autoritária de higienização e regeneração física, moral e social da população brasileira, por meio da qual poderia ser alcançada a disciplina social necessária ao mundo moderno em construção. Para eles, a escola seria o elemento chave desse processo. Apesar do viés autoritário, o sentido geral de suas ações era reformista e progressista, ao contrário das forças oligárquicas no poder. [...] (CAVALIERE, 2003, p. 32).

**Assim, no que Cavaliere (2003) chama de “distribuindo a escassez”, é possível compreender que, na prática, no que tange seus aspectos administrativos, a reforma definitivamente não chegou a contemplar nem parte significativa das demandas da população negra do período. Segundo Cavaliere, na gestão de Sampaio Dória, assim que se constatou que cerca 70% das crianças estavam sem escola (e não 50% como supunham), além de propor reforma no sentido da obrigatoriedade e padronização das escolas, num projeto republicano de homogeneização cultural da população, houve também uma rejeição às escolas estrangeiras que surgiam em São Paulo. Mas, mesmo as tensões entre oligarquia, liberais e classes trabalhadores trazendo a necessidade da expansão da escolarização, as forças tradicionais pré-capitalistas prevaleciam. (CAVALIERE, 2003, p. 33).**

**Em 1920, como aponta o levantamento realizado como primeira medida da gestão Sampaio Dória, cerca de 70% da população em idade escolar era analfabeta (ANTUNHA, 1976), sendo a maioria composta pela população negra – percentual longe dos 50% que Sampaio Dória supunha antes de assumir o cargo.**

**No mesmo sentido, Souza (1998) observa que**

A institucionalização dessa modalidade de escola primária representou uma das faces do projeto republicano de modernização da sociedade e de civilização das massas, portanto, uma expressão do processo de desenvolvimento do capitalismo no Estado de São Paulo e dos processos de urbanização e industrialização dele decorrentes. Criar uma escola mais racionalizada e padronizada atendia às necessidades de um projeto de integração social e política julgado fundamental para a consolidação da República. Por isso, a escola primária foi concebida como fator de ordem e moralização pública e a democratização e a renovação do ensino consideradas condições imprescindíveis para a consecução do imaginário republicano de progresso e reforma social. (SOUZA, 1998, p. 279).

Apesar da expansão dos grupos escolares, o negro continuou à margem da oportunidade de ingresso na rede de ensino pública. Havia o favorecimento de grupos em detrimento dos negros. Os primeiros governos republicanos iniciaram renovações das escolas primárias, num contexto mais amplo, essas reformulações significaram muito política, social e culturalmente (fortalecendo a ideia de democratização da leitura e das ideias republicanas de modernização do país). Mas, tudo isso, “(...) *ainda afirma que em uma análise dos alunos integrantes da escola pública entre 1989 e 1932 revela o favorecimento de determinados grupos sociais e a exclusão de outros grupos. Este fato indica que o projeto de escola pública no Brasil não tinha a finalidade de oferecer o ensino público para toda sociedade.*” (FELIPE; FRANÇA; TERUYA; 2007, p. 10).

Corroborando também com a afirmação de Saviani (2010), de que o grupo escolar atendia o objetivo de seleção e formação das elites, sem promover a educação das massas populares, D’avila (2006) registra a utilização da escola com a finalidade de "aperfeiçoar a raça”:

Os dirigentes da educação pública no Brasil na primeira metade do século XX não impediram alunos de cor de frequentarem suas escolas. Ao contrário, entre 1917 e 1945, eles se empenharam em uma série de expansões do sistema escolar e em projetos de reforma que visavam a tornar as escolas públicas acessíveis aos brasileiros pobres e não-brancos que, na virada do século, eram, em sua ampla maioria, excluídos da escola. Esses educadores buscavam "aperfeiçoar a raça” criar uma “raça brasileira” saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista. As elites brasileiras da primeira metade do século XX tendiam a acreditar que os pobres e não-brancos eram, em sua grande maioria, degenerados. (D’AVILA, 2006, p. 21).

Para D’avila (2006), a elite branca médica, científico-social e intelectual emergente transformou suas suposições sobre raça em políticas educacionais. Moldando um ideal de educação, traziam a ideia de uma escola análoga a uma clínica, na qual a

miscigenação era tida como algo a ser curado. A concepção das políticas revestidas por uma lógica médica e científico-social garantiam a manutenção da aparência de que eram voltadas a todos (sem exclusões). Porém, essa concepção da elite sobre o que era a degeneração, no fim, dava conta de segregar brasileiros pobres e não-brancos das oportunidades de participarem dos programas educacionais do governo. *“Em consequência, essas políticas não só colocavam novos obstáculos no caminho da integração social e racial no Brasil como deixavam apenas pálidos sinais de seus efeitos, limitando a capacidade dos afro-brasileiros de desafiar sua injustiça inerente.”* (D’AVILA, 2006, p. 22).

No período da Primeira República foram instituídas reformas educacionais de caráter universalista, que no discurso oficial proclamavam o atendimento de toda a população na oferta de educação escolar pública, no entanto, mais uma vez, o discurso não se concretizou, mantendo a população negra fora das escolas.

A primeira reforma educacional do período republicano foi dirigida por Benjamin Constant (1891), que tem como principais itens de mudanças a criação do ministério da instrução; a reorganização do ensino secundário, primário e a escola normal; a divisão da escola primária em dois graus: o 1º para crianças de 7 a 13 anos e o 2º para as de 13 a 15 e passou a exigir o diploma da Escola Normal para o exercício do magistério em escolas públicas.

Em 1911, o governo federal instituiu a reforma de Rivadávia Correia, concedendo total liberdade aos estabelecimentos escolares e desoficializando o ensino. A presença dos alunos na escola era facultativa.

A Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, anulou os efeitos da reforma de Rivadávia Correia (1911), reoficializando o ensino e introduzindo o exame vestibular para o ensino superior. A Reforma João Luís Alves / Rocha Vaz (1925) organizou o ensino oferecido pelo Estado e pela União, assim como organizou o ensino secundário, tornando seriado e com frequência obrigatória.

O governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, atuou na educação criando inicialmente o Ministério da Educação e Saúde Pública, que realizou reformas na educação, sem, no entanto, promover a inclusão da população negra nas escolas públicas.

Em 1932, um grupo de intelectuais liberais, educadores e outros profissionais, insatisfeitos com os rumos da educação brasileira, publicaram o “Manifesto de 1932”, com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, expressando os desejos da construção de um país em bases urbano-industriais democráticas. Os

educadores propunham: reconstrução educacional com bases pedagógicas renovadas; reformulação da política educacional; defesa da escola pública, laica, gratuita e obrigatória, em contraposição aos católicos conservadores defensores da pedagogia tradicional com a Educação Nova. (SAVIANI, 2010, p. 239).

A Constituição de 1934, produzida pela assembleia constituinte, proclamou o princípio da universalidade do direito à educação (que já constava na Constituição de 1824 e ficou ausente na de 1891), assim como ter atribuído a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família para sua realização. Porém, sabe-se que não houve preocupação em garantir plenamente a realização dessa intenção.

Na Constituição Federal de 1934, em seu artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Nesse sentido, Marilena Chauí observa que,

A prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político. (CHAUÍ, 2006, p. 20).

Marlos Bessa M. Rocha (2005), analisando a educação na Constituição de 1934, destaca o seu caráter inovador e observa que *“apesar dos renovadores conseguirem finalmente aprovar na Constituição o direito à educação, ele sai suficientemente mutilado para que nada obrigue o Estado a um investimento maciço em educação pública”*. (p.126)

Ao longo da década de 1930, os embates travados na defesa dos interesses dos grupos dos renovadores imbuídos dos ideais liberais e dos conservadores liderados pelos intelectuais católicos, não mudaram a situação da população negra, que continuou tendo pouco acesso ao sistema de ensino público.

A Constituição de 1937, promulgada pelo Presidente Getúlio Vargas por meio do golpe de Estado, implantou o Estado Novo, com uma nova constituição de caráter autoritário, que tratou a educação de forma restrita, sem a abrangência da Constituição de

1934. Ao suprimir o princípio da universalidade do direito à educação, limitando o acesso à escola, e ao oficializar o ensino profissional destinado aos pobres, o Estado Brasileiro instituiu oficialmente a discriminação social, através da escola. (ROMANELLI, 1993). Cabe ressaltar que a referência aos pobres abarcava a maioria da população negra do país.

No entanto, a história da sociedade brasileira, nos seus diferentes processos e momentos de desenvolvimento, revela que o acesso aos recursos produzidos pelo conjunto da sociedade não ocorre de forma igualitária que contemple a todos os seus membros, conforme demonstram os históricos índices de desigualdades sociais e raciais. Na área da educação não tem sido diferente, isto é, o bem educacional também é distribuído de maneira desigual entre os membros da sociedade.

Assim, as políticas públicas para a educação, adotadas no início do século XX, apesar de terem caráter universalista, de fato privilegiaram os grupos vinculados às “elites dominantes”. Durante boa parte do século XX, as camadas mais pobres da sociedade brasileira, aí incluída a população negra, foram alijadas do processo produtivo, bem como do acesso à escola.

Muitos trabalhos em História da Educação têm mostrado a primeira metade do século XX com as várias reformas educacionais realizadas pelo Estado Brasileiro, que não alcançaram o objetivo de prover o acesso à educação para a população em geral. As políticas educacionais que têm primado pelo atendimento preferencial de uma parte da população que, em geral, é composta pelos grupos que apoiam e/ou estão próximos da elite dominante, representando uma pequena parcela da população.

Esta constatação revela a divisão da sociedade em grupos com direitos educacionais de acesso à escola diferenciados, conforme oficializado na Constituição de 1937 e consubstanciado nas Leis Orgânicas do Ensino de 1942, que reconhecem uma pequena parcela da população com direitos de acesso privilegiado às poucas escolas oferecidas pelo governo, enquanto a maioria da população brasileira vivia sem condições e sem vagas nas escolas. Há assim uma divisão nas oportunidades de acesso à escola, que tem origem nas condições socioeconômicas da população. Essa forma de configuração do mercado de trabalho no Brasil foi pensada para a exclusão da população negra principalmente, pois *“Grupos considerados racialmente inferiores foram classificados como inviáveis para o país moderno. O mesmo braço que foi fundamental durante séculos de escravidão passou a ser visto como um entrave para a nova ordem social”*. (LIMA, 2001, p. 55). E, nesse sentido, a comparação entre a escolaridade de brancos e a da população negra escancara esse padrão de discriminação social. Apesar de constatarmos

uma melhora no nível de escolaridade de ambos ao longo do século XX, o padrão de discriminação se mantém estável entre as gerações (HENRIQUES, 2002, p.93).

Ainda mantendo a lógica de discriminação (e longe de qualquer resolução), podemos observar uma melhora substancial a partir da década de 1950, quando o avanço da industrialização no Brasil criou a necessidade de um maior contingente de operários, possibilitando assim às camadas mais pobres, incluindo a população negra, o acesso à escola.

A partir dos anos 50, o Brasil iniciou uma série de modificações que afetaram profundamente a estrutura do seu mercado de trabalho. O principal gerador dessas transformações foi o intenso processo de industrialização e urbanização que marcou profundamente a participação da população brasileira na força de trabalho. (LIMA, 2001, p. 64).

Naquele momento histórico em que se acelerava a industrialização do país e que se implantavam reformas educacionais que ampliaram as oportunidades de os filhos dos trabalhadores acessarem a escola pública, a população negra passou a ser aceita no sistema produtivo industrial, que até então impossibilitava a sua participação. Assim, começa um processo lento de escolarização da população negra no final da primeira metade do século XX, processo esse que se dá atrelado à exclusão dos negros na sociedade após a abolição, quando foram jogados para a periferia das cidades, participando apenas em funções e atividades periféricas de menor importância. Não podemos perder de vista, aqui, o fato de que a imigração europeia (incentivada pelo governo no início do século XX como política de branqueamento) fez com que à população negra, majoritariamente formada por ex-escravos, ficasse as vagas de trabalhos mais desvalorizadas. *“Os biscates, o serviço doméstico, o emprego informal foi onde mais se concentrou a mão-de-obra negra, lugar em que permanece maciçamente até hoje”*. (LIMA, 2001, p. 60).

A escolarização da população negra avançou a partir da década de 1960, com a ampliação da rede de ensino público, no processo de massificação da educação escolar, que se consolidou no final do século XX com a universalização do ensino fundamental, conforme indicam os dados estatísticos do Ministério da Educação (MEC), bem como, com os efeitos da universalização do ingresso de jovens no ensino médio, apesar dos problemas de evasão ao longo do curso.

A educação para o negro se torna necessária como adestradora e garantia da manutenção da força de trabalho. Importante ressaltar que a

preocupação para com a educação do escravo centrava-se sobre as consequências para com as relações de produção e não necessariamente com a integração do negro na sociedade brasileira. Em outras palavras, a preocupação não era para com o futuro dos africanos a serem libertos, mas, com a manutenção da ordem produtiva. (ROMÃO, 2005, p. 341-342).

Vale não perder de vista que no período imperial, ainda sob a escravidão, apesar do registro de algumas experiências da presença de negros nas escolas, havia restrições, em particular na legislação que impedia a presença dos negros nas poucas escolas, como cita Matilde Ribeiro (2004).

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (2004, p.7).

Neste período, a educação brasileira sofreu reformas que tinham por objetivo em geral promover o desenvolvimento econômico-social do país e a criação da ideia de nação. Foram reformas que ampliaram as oportunidades de escolarização da população brasileira, porém ainda restritas, apesar de serem políticas educacionais de cunho universalista, coerente com as ideias liberais que permearam as muitas reformas do governo e da educação.

Rosa Fátima de Souza (1998a) relata que entre 1894 e 1910 foram instalados 101 grupos escolares, no estado de São Paulo, e que o movimento de renovação da escola primária empreendida pelos primeiros governos republicanos teve profundo significado político, social e cultural, não só pela difusão para o meio popular da democratização da leitura, mas pelo seu comprometimento dos ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira. [No entanto] ainda afirma que em uma análise dos alunos integrantes da escola pública entre 1889 e 1932 revela o favorecimento de determinados grupos sociais e a exclusão de outros grupos. Este fato indica que o projeto de escola pública no Brasil não tinha a finalidade de oferecer o ensino público para toda sociedade. Esta citação expressa o pensamento ideológico do branqueamento e perpassa a política de imigração europeia para o Brasil, evidenciando a exclusão do negro na nova identidade nacional após a Proclamação da República, sendo impossibilitados de conquistar sua cidadania pós-abolição da escravidão. Ou seja, só poderiam ser cidadãos as gerações futuras de mestiços que não tivessem as características étnicas do negro africano. Se a escola pública no ideário republicano de teor nacionalista e patriótico tinha o objetivo de forjar o ideal de homem brasileiro e

formar uma identidade nacional, o ex-escravo ficou a margem desse processo de constituição da identidade nacional brasileira no início do século XX. A escola pública em sua gênese não contemplou o negro brasileiro e o Estado não viabilizou a sua inclusão durante o período de 1889 a 1930. Isso não significa que o ex-escravo não encontrou alguma forma de lutar contra a discriminação e exclusão social. (FELIPE, FRANÇA, TERUYA. 2007, p. 10).

Souza (2014) observa que a expansão dos grupos escolares, no estado de São Paulo, não provocou mudanças na absorção dos estudantes negros nas escolas públicas. Assim, apesar dos grupos escolares atenderem as camadas populares, ainda se mantinha a vantagem aos que estavam mais integrados ao trabalho urbano (excluindo os mais pobres e negros). Souza (2014) até nos chama a atenção para contarmos as péssimas condições sociais em que se encontravam a população negra observando os registros fotográficos do período, nos quais podemos notar que pouco aparecem crianças negras nas fotos das classes dos grupos escolares. Desta forma,

Atendiam, pois, uma população heterogênea que incluía setores da classe média, profissionais liberais e das camadas populares – filhos de trabalhadores urbanos mais bem inseridos no mercado de trabalho. Fora dessas escolas estavam os negros, os pobres e os miseráveis. Em muitas cidades, atendiam um número significativo de filhos de pais estrangeiros, o que assinala a participação dessas instituições educativas no processo de nacionalização do imigrante. (SOUZA, 2014, p.284).

### **1.3 O negro na História da Educação Brasileira**

Esta parte do trabalho, então, trata da invisibilidade dos negros na História da Educação Brasileira, a partir da constatação de existir poucos trabalhos nesse âmbito sobre a educação escolar da população afrodescendente.

Há ainda uma discussão sobre a exclusão de temas relativos à história e à cultura negra nos currículos, assim como a maneira estereotipada e preconceituosa como a história e a cultura do negro são retratadas nos livros didáticos e no cotidiano escolar.

Ainda que compondo um importante segmento da população brasileira, e sendo objeto de pesquisas em diversas áreas das ciências humanas, a população negra, durante muito tempo, não fez parte dos sujeitos pesquisados pela história da educação. Em 1992, a pesquisadora Regina Pahim Pinto, ao realizar um balanço das pesquisas que tratavam da questão racial e educação, denunciava a ausência da categoria raça entre os trabalhos de história da educação. (BARROS, 2016, p. 54).

Sobre a produção da história da educação envolvendo os negros, no artigo “*Sob(re) o silêncio das fontes. A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais*” publicado na Revista Brasileira de História da Educação (em jul./dez. de 2002), a pesquisadora Eliane Peres chama a atenção para as dificuldades que encontrou na localização de fontes sobre a escolarização do negro, quando realizou nos anos 1990 a pesquisa denominada “Templo de Luz”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense – 1875-1915”. Sobre o escasso interesse sobre a educação dos negros, Eliane Peres observa:

Os/as pesquisadores/as que vêm se dedicando ao estudo das experiências educativas dos grupos negros no Brasil argumentam que a história desse segmento da população tem sido pouco considerada. [...] O tema “não conseguiu sensibilizar pesquisadores da área de Educação, que raramente incluem a dimensão raça/cor em suas investigações e chama a atenção para o fato de que a história da educação também negligenciou essa perspectiva de análise. A História da Educação, por sua vez, também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando a população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado. (PERES, 2002, p. 82).

Marcus Vinícius Fonseca (2016) no texto “*A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil*” analisa os manuais utilizados para o ensino da disciplina de história da educação, visando demonstrar a forma recorrente de manifestação das ideias que excluíram os negros de uma relação com os processos formais de educação. Identifica a ausência dos negros nos manuais de história da educação e quando estes são mencionados, os negros aparecem como sinônimos de escravos. O autor observa que há uma “[...] crítica a um modelo de escrita da história que teve sua origem nas interpretações relativas à sociedade escravista, cuja principal característica era a negação dos negros como sujeitos. [...] Desta forma, a condição de sujeito foi negada, cedendo lugar a narrativas que delimitaram lugares sociais específicos para os membros desse grupo racial.” (p. 23).

Essa constatação da baixa produção de trabalhos sobre a escolarização da população negra no âmbito da história da educação não é de se estranhar, dada as inúmeras desigualdades sofridas por esta parte da população brasileira.

A respeito das possíveis explicações para os poucos trabalhos sobre a educação escolar da população negra, cabe registrar a observação de Elisa Larkin Nascimento, quando analisa o surgimento do movimento negro no início do século XX.

O registro documental dos movimentos negros da primeira metade do século que se seguiu à Abolição da Escravatura é bastante precário. [...] Como consequência da parca documentação e pesquisa sobre o tema surgem o reforço e a reprodução do discurso que escamoteia o processo histórico afro-brasileiro. (NASCIMENTO, 2003, p.222).

Marcus Vinícius Fonseca (2016) observa que, agora, na mesma medida em que surgem maior interesse na pesquisa da educação dos negros, encontra-se, também, trabalhos que trazem modelos explicativos e reducionistas acerca da escravidão.

Nas últimas décadas, estas abordagens enfrentaram um forte movimento de contestação no interior da historiografia, que passou a investir na construção de interpretações que procuram recuperar a subjetividade dos negros – seja na condição de livres ou de escravos. Tal mudança de postura possibilitou a descrição de um quadro diferente da ação dos membros deste grupo e de suas formas de inserção no processo de constituição da sociedade brasileira. (FONSECA, 2016, p. 24).

Nesse movimento de mudança de abordagens na história da educação, Surya A. Pombo de Barros em trabalho intitulado “*História da Educação da População Negra no Brasil: estado da arte (1989-2010)*”, constata que há um crescimento recente de trabalhos sobre a população negra, porém aquém do desejável e do necessário para este período histórico da educação da população negra.

Apesar da existência de alguns poucos trabalhos anteriores, a inserção da população negra como sujeito nas pesquisas em história da educação ocorreu especialmente a partir do final da década de 1990. Mariléia dos Santos Cruz (2005) caracteriza este período como aquele em que se teria inserido a temática sobre os negros na história da educação. Além disso, o paulatino ingresso de pesquisadores negros na academia teria ampliado o interesse nessa temática. (BARROS, 2016, p. 56).

Ao propor um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil, Surya Aaronovich Pombo de Barros (2016) aponta sobre as mudanças no campo da história da educação: “*Tal fortalecimento significou profundas transformações no campo. Dentre elas, a emergência de diferentes sujeitos históricos analisados no que se refere ao acesso (ou não) à cultura escolar*” (p. 54). Não negamos jamais a importância da diversidade de sujeitos à historiografia, pois é justamente o que propomos ao revisitar

a Imprensa Negra como fonte à história da educação, mas sob o entendimento de que sejam “novos sujeitos”. O que colocamos em pauta aqui é a possibilidade de fazermos isso numa reconstrução crítica do processo histórico (não desconsiderando ou desmerecendo, por exemplo, a importância de um trabalho no sentido de síntese de um longo período retomando a história das ideias pedagógicas, podendo, então, revisitá-la apontando no que nela falta ou silencia) e não fazendo uma “nova história”.

Assim, compreendemos o historiador que aponta, por exemplo, que, do ponto de vista da historiografia, negar que havia escravos letrados é estratégia para negar sua humanidade. Mas é preciso problematizar a categoria “escravidão” no entendimento da história brasileira para não enfraquecermos o poder de luta dos negros enquanto classe.

Negar que havia africanos escravizados letrados é uma das estratégias, deliberada ou ingenuamente utilizadas, para negar sua humanidade. É bom lembrar que, para muitos, a história da humanidade começaria com a invenção da escrita. Ora, para esses, povos e pessoas que não escrevessem, seriam povos e pessoas sem história. Como se vê, durante a escravidão e ainda hoje, ler e escrever bem é instrumento de poder. É inegável, pois, de um lado, a contribuição da presente obra para emancipação da mentalidade brasileira que infelizmente ainda expressa avaliações, atitudes e gestos, com base em conhecimentos sobre os escravizados e seus descendentes, falhos, construídos a partir de preconceitos persistentes. De outro lado, poderá contribuir para fortalecer o sentimento de negritude dos negros brasileiros. Negritude, nos termos expressos pelo Movimento Negro, ao longo do século XX, notadamente nos anos 1980, 1990, ou seja, reconhecimento, cheio de orgulho, expresso por crianças, adolescentes, jovens, adultos negros, de pertencer ao Mundo Africano, não só como dele herdeiros, mas como dele integrantes, ligados por rede alimentada por conhecimentos e políticas, expressos em atitudes e ações que vêm construindo o Pan-Africanismo. (SILVA; 2016, p. 10).

Entendemos que muitas das buscas das particularidades no processo de escolarização dos indivíduos negros vêm da tentativa de dar fim ao que a Regina Pahim Pinto (1987) chamava de “articulação incipiente” ao se referir à relação raça e educação.

Mas acreditamos que dadas as determinações históricas – do ponto de vista do materialismo dialético, compreendendo os sujeitos e suas relações sociais partindo, para além de suas experiências individuais, de determinadas bases econômicas – o negro brasileiro, nesse sentido do que tange a ordem das divisões de trabalho, para além de sua particularidade, sob o olhar hegemônico, ele é o ex-escravo – nessa linha de raciocínio é que podemos, como proposto como diretriz deste trabalho, problematizar o objeto o compreendendo no movimento histórico-social ao qual pertence:

Se a escola pública no ideário republicano de teor nacionalista e patriótico tinha o objetivo de forjar o ideal de homem brasileiro e formar uma identidade nacional, o ex-escravo ficou a margem desse processo de constituição da identidade nacional brasileira no início do século XX. A escola pública em sua gênese não contemplou o negro brasileiro e o Estado não viabilizou a sua inclusão durante o período de 1889 a 1930. (FELIPE; FRANÇA; TERUYA, 2007, p.20)

Assim, como síntese desta problematização, temos que: *“a historiografia brasileira vem problematizando suas formas de abordagem em relação à população negra promovendo, com isso, uma contestação do padrão de tratamento deste segmento em suas narrativas. Esse processo foi construído a partir da crítica a um modelo de escrita da história que teve sua origem nas interpretações relativas à sociedade escravista, cuja principal característica era a negação dos negros como sujeitos”*. (FONSECA, 2016, p. 22).

Nesta construção de interpretações que procura recuperar uma parte da luta dos negros por educação, o desafio é fazê-lo sem comprometer ou ignorar a compreensão da totalidade. O desafio de pesquisa se torna manter clara a diferença entre:

- trabalhar a questão da história da educação dos negros delimitando lugares sociais, o que levaria ou a uma síntese que reduza o negro ao escravo (como sendo sinônimos) ou a uma “diluição” da população negra às classes populares – o que é bastante apontado nas críticas feitas às abordagens tradicional e marxista; ou
- alcançar uma síntese histórica que dê conta das multiplicidades, de reconhecer multiplicidades (o negro como sujeito da história) sem perder de vista que mesmo o negro livre letrado está sob as marcas de uma sociedade escravocrata e isso diz, sim, sobre sua condição de existência.

Nesta segunda possibilidade, vale observarmos que há trabalhos que vão no sentido de recuperar historiograficamente, por exemplo, a Guerra de Canudos<sup>27</sup>, a Revolta

---

<sup>27</sup> Conflito armado em Canudos (BA), em 1896-1897, entre a comunidade socioreligiosa liderada por Antônio Conselheiro (1830-1897) e o exército brasileiro. Referência de trabalho que visa recuperar a participação dos negros, vide: COSTA, 2006.

da Vacina<sup>28</sup>, a Revolta da Chibata<sup>29</sup>, como movimento negro e não (somente) popular. Compreendendo estes momentos também como reação da população negra e pobre à efetivação desses projetos sociais e políticos que os excluía (de ideias de branqueamento), reações essas que ganharam expressão já nos primeiros anos da Primeira República. Nesta reformulação historiográfica, entende-se que a ação negra movimentou a cena política em todo o país, promovendo revoltas urbanas e rurais, a população negra reivindicava as mudanças que o novo regime havia prometido e os ganhos sociais que a Abolição deveria ter-lhes assegurado. Trata-se de desnudar outras experiências e outras visões que também não deverão servir simplesmente para compartimentar a história, mas sim acrescentar outros elementos à sua compreensão. E a *Imprensa Negra* é assim compreendida como mais um dos resultados dessa organização que as mudanças da Primeira República impunham – a *Imprensa Negra* é fruto, por exemplo, da forte urbanização do período.

A distribuição dos jornais era feita em pontos da cidade já demarcados como territórios negros, a exemplo da praça João Mendes, nas proximidades da igreja dos Remédios, no centro de São Paulo. Passear aos domingos, comentar sobre os últimos acontecimentos da política, ir aos bailes promovidos pelas associações e jornais eram coisas compartilhadas pelos negros residentes em São Paulo nas três primeiras décadas do século XX. Era o “meio negro”, como designava José Correia Leite, um dos responsáveis pelo *Clarim d’Alvorada*. Ele próprio conta que foi frequentando os bailes, o “meio negro”, que se convenceu da importância de uma imprensa feita por “negros para negros”. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p.261).

Há que se rebater, também, a crítica que toma a história da educação marxista como prolongamento de uma tradição – primeiro reconhecendo quais são de fato as limitações do marxismo e quais as possibilidades teóricas metodológicas que ele oferece para avanço na própria área. Segundo, reconhecendo quando estas críticas confundem “os muitos marxismos”, tomando inclusive uma vulgarização do marxismo como base.

---

<sup>28</sup> Episódio, no Rio de Janeiro (RJ), de revolta popular que ocorreu entre 10 e 16 de novembro de 1904. O estopim se deu no momento em que se juntaram várias insatisfações da população, como a reforma urbana de Peres Passos (1836-1913) e a reforma sanitária de Oswaldo Cruz (1872-1917), à obrigatoriedade da vacina e à truculência policial. Referência de trabalho que visa recuperar a participação dos negros e a relação dessa parcela da população com questões de saneamento básico, vide: MATTOS, 2008; PEREIRA, 2002.

<sup>29</sup> Dado ao uso de chibatas por oficiais navais para a punição de marinheiros negros, em novembro de 1910, no Rio de Janeiro (RJ), ocorreu o motim que ficara conhecido como “Revolta da Chibata”. (vide: GRANATO, 2000; GRANATO, 2010)

E, mais uma vez, sobre a abordagem marxista, a crítica aponta que não há uma abordagem específica sobre as questões relativas aos negros, pois eles se encontram integrados no tratamento dado às classes dominadas e, como em Azevedo (1963), somente foram registrados quando se fazia referências à escravidão, ou ao mundo do trabalho – reforçamos, então, que talvez a chave de pesquisa esteja em refletir a concepção/dimensão da categoria escravidão.

Vale observar que, do ponto de vista dos críticos às abordagens dos temas que envolvem as relações étnico-raciais e a educação, o negro, nas abordagens da história da educação tradicional passa por generalização – acreditamos, por mais que haja críticas às duas abordagens (tradicional e marxista), sejamos justos, os limites e equívocos são outros/distintos. Nesse sentido, vale retomar a trajetória do marxismo no Brasil e as dificuldades de pensar a realidade brasileira (não só a questão racial). E sejamos ainda mais justos, ao reconhecer essas lacunas, e de trazer, sim, contribuições para a construção do conhecimento acerca de particularidades da escolarização de negros, a Nova História não deixa de ter seus limites, generalizações e equívocos também.

A pesquisa da história da educação deve superar os limites tanto dos paradigmas tradicionais, que tendem a analisar os processos educacionais de forma autônoma em relação ao desenrolar da ação educativa, quanto da chamada história das mentalidades ou nova história cultural, que pretende acabar com a velha história da pedagogia. Ao se deslocar o foco para as expressões cotidianas do imaginário dos agentes educativos, dá-se origem a múltiplas histórias dos saberes pedagógicos, histórias essas diferentes, divergentes e até mesmo contrapostas entre si, impedindo sua articulação numa história unificada (SAVIANI, 1999). Embora a intenção seja superar a visão tradicional, não implica necessariamente a renúncia à compreensão articulada e racional do movimento objetivo em favor de uma abordagem relativista e fragmentada (RODRIGUEZ, p. 36, 2010).

A interferência da história cultural traz elementos importantes para o estudo das questões étnico raciais no Brasil e interfere fortemente no processo de construção das narrativas históricas. A crítica, porém, a tal abordagem segue menos na linha de rebate da compreensão do que essa corrente segue em sua tomada de posição contra as demais, mas, mais por não haver análise a partir de uma unidade nas formas de tratamento da narrativa (não há padrão na construção historiográfica). Nesse sentido, acreditamos que seja preciso de alguma forma:

- rebater a compreensão dessas novas abordagens, pois elas problematizam o caráter utilitário das abordagens históricas, recusam a construção de abordagens centradas na longa duração ao traçarem críticas à ênfase que a história da educação marxista e a tradicional conferiram às ideias pedagógicas (o que, do ponto de vista desta nova abordagem, teria possibilitado “ir além dos limites de uma história das ideias”);
- repensar o porquê de, apesar de, na defesa da nova história, tais historiografias (com novos sujeitos) terem possibilitado um aprofundamento em vários aspectos do processo educacional, é verificável que pouco se alterou as interpretações tradicionalmente construídas em relação aos negros.

Segundo historiadores dessa nova abordagem:

Na verdade, encontramos uma relação dúbia com as suas formas de tratamento em relação aos negros. Ao mesmo tempo em que cresce a produção que passou a reinterpretar a relação dos negros com os processos educacionais, encontramos também a reativação das ideias tradicionais sobre esse segmento da população. Esta atitude mantém vivo um imaginário que pressupõe a escola como espaço ocupado apenas pela população branca. [...] Warde e Carvalho (2000) chamam a atenção para algumas características do processo de renovação da historiografia educacional, destacando suas relações com os paradigmas anteriores. Para elas, a transformação vem ocorrendo às margens da produção anterior, deixando intocado velhos objetos, temas e problemas. Este pode ser um caminho para justificar a atitude de alguns historiadores que têm reativado modelos explicativos que mantêm uma visão tradicional da população negra na história da educação. (FONSECA, 2016, p.39).

Seria mesmo este o cerne do problema das limitações historiográficas no que tange à questão da luta por educação dos negros no Brasil?

Toda a problematização sobre o referencial teórico vem da preocupação legítima de entendermos que tratar a Imprensa Negra, ou seja, termos como fonte algo que toque no tema da luta dos negros pela educação não garante de imediato a contribuição para a compreensão das relações étnico-raciais com a educação e, muito menos, garante contribuição à própria luta. Não basta ao historiador da educação escolher o tema e compreender o seu contexto histórico pois, como afirmou Marx “se aparência e essência fossem a mesma coisa, a ciência não seria necessária”, ou seja, é necessário ter um método científico de abordagem tanto da temática como de análise da conjuntura.

Assim, falar da articulação de negros no pós-abolição, sobretudo da educação como construção da cidadania, é reconhecer que nesse sentido, sim, a abolição é simbólica e é importante, porque o processo de escolarização sem abolição era outra coisa (e a distinção não pode ser ignorada). Tudo isso, então, é uma renovação histórica sobre a escravidão, pois é preciso remontar todo esse processo para compreender, por exemplo, problemas da escola pública desde sua popularização em 1960. Logo, não se trata, aqui, de diminuir o papel das individualidades, mas de compreendê-las como individualidades sociais.

#### **1.4 A Imprensa Negra como fonte da História da Educação**

O tema a que propomos nos dedicar nesta parte trás, como demanda teórica, o estudo da relação da imprensa como fonte à História da Educação do Brasil, para construirmos o conhecimento acerca da relação da Imprensa Negra com as configurações da educação.

Sobre termos a imprensa como fonte à história da educação, ressalta-se que:

Os periódicos de tal imprensa negra constituíram-se em instrumentos de comunicação de inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras, tanto com seu público específico – o chamado “meio negro”, procuravam estimular, através dos editoriais e da publicação de determinados artigos, temas que abordassem a autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação. Os jornais se propunham, por meio de seus editores, a serem instrumentos de educação e de formação. [...] Outra importante característica desses periódicos foi a falta de regularidade e o curto período de sua existência. A justificativa para tal fato encontra-se na incipiente estrutura montada para sua publicação, na falta de uma política de distribuição e na ausência de recursos; (GOMES, 2005, p. 31-33).

Se compreendemos que a imprensa negra nos revela muito da dinâmica social e dos processos de produção da própria existência de um grupo significativo e representante da população negra, ela pode, e muito, contribuir para compreendemos a educação dos negros. *“Nesse sentido, é que a concepção de história da educação se amplia. Não se trata apenas de uma história da escola, ou do ensino, ou da aprendizagem, ou mesmo das ideias pedagógicas ou da educação escolar. Se a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, a imprensa tem seu lugar na educação dos homens em sociedade”*. (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p, 5).

Logo, é importante a compreensão dessa fonte como uma das possibilidades para os estudos e aprofundamentos da história, dentre muitos pontos silenciados. No que diz respeito à particularidade da Imprensa Negra:

Nos jornais da imprensa negra paulista do começo do século, no período fecundo de sua divulgação, que vai dos anos 20 ao final dos anos 30, encontram-se artigos que incentivam o estudo, salientam a importância de instrumentar-se para o trabalho, divulgam escolas ligadas a entidades negras, dando-se destaque àquelas mantidas por professores negros. Encontram-se mensagens contendo exortações aos pais para que encaminhem seus filhos à escola e aos adultos para que completem ou iniciem cursos, sobretudo os de alfabetização. O saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável, e, ainda, para ler e interpretar leis e assim *poder fazer valer seus direitos*. (GONÇALVES; SILVA, p. 140, 2001).

Na obra “A integração do negro na sociedade de classes”, Florestan Fernandes (1978) se dedica a entender a mobilização negra no pós-abolição. O autor também lança mão da Imprensa Negra para seu estudo social. Para ele, o surgimento de uma Imprensa Negra se dá num contexto de inquietações e esperanças políticas, que culminaram com a Revolução de 1930. Tal mobilização, então, seria consequência, pela análise feita por Florestan, da exclusão do negro do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista industrial que ocorria em São Paulo. Nesse contexto, a mobilização articula-se como uma “vanguarda intransigente do radicalismo liberal”, pois se concentrava na exigência do fim das barreiras raciais que impossibilitavam a mobilidade social.

Ter a Imprensa Negra como material de pesquisa para a história da educação implica em constatar a situação de abandono da população negra no contexto da pós-abolição, para, assim, entendermos o que a força da luta e da resistência negra significaram para as questões de educação e ensino no Brasil. Nesse sentido, é que vislumbramos, pela análise da imprensa, a possibilidade de um trabalho no campo da história da educação mais comprometido com as lutas sociais.

Rosângela Ferreira de Souza (2013) na sua tese “Pelos páginas dos jornais: recortes identitários e escolarização do social do negro em São Paulo (1920-1940)” discute a obra de Nelson Werneck Sodré sobre a “História da Imprensa no Brasil” (1998), na qual realiza um estudo historiográfico da imprensa brasileira, “*do período colonial ao republicano, retratando as origens e constituição dos jornais e revistas brasileiros, as influências políticas e sociais sofridas por seus editores a cada mudança na ordem política do país*” (SODRÉ, 1998, p. 24).

Clóvis Moura observa que a obra “História da Imprensa no Brasil” (SODRÉ, 1998) não aborda a existência da Imprensa Negra desde o início do século XX. Moura (1998) explica que o fato de a Imprensa Negra ser ignorada deve-se a uma:

Visão branca da imprensa, que marginalizou os jornais negros impressos na época. Assim como o negro foi marginalizado social, econômica e psicologicamente, também foi marginalizado culturalmente, sendo, por isso, toda a sua produção cultural considerada subproduto de uma etnia inferior ou inferiorizada (MOURA, 1998, p. 205).

Antônio Sérgio A. Guimarães (2002) explica que: “*No Brasil, em 1915, aparece o Menelick, primeiro jornal negro brasileiro, “orgam mensal, noticioso, literário e crítico, dedicado aos homens de cor”. Essa imprensa ganha força, principalmente em São Paulo, influenciada, nos anos seguintes, pelas emergentes ideologias políticas racialistas europeias, assim como pela militância negra norte americana, culminando com a criação da Frente Negra Brasileira, em 1931*”. Sobre os motivos do surgimento da Imprensa Negra paulistas, então, vale considerar as grandes desigualdades em que os negros viviam confirmando que a abolição se forjava em termos legais, porém a liberdade civil não se realizava na prática se não por luta. Considerar que, ao mesmo tempo em que o Estado se fazia omissivo à população até então escravizada, dava (desde o fim do século XIX) incentivo e amparo aos imigrantes europeus. Considerar o recrudescimento do racismo europeu entre 1920 e 1939. Logo, sobretudo em São Paulo (local de forte imigração e referência das transformações políticas-econômicas), a compreensão de luta pela raça e a própria ideia de nacionalismo, será constante e permanentemente imbricada a todos essas variáveis. (GUIMARÃES, 2002, p. 10-14).

Sobre a identidade negra e as diferentes formas de reação dos negros de acordo com o poder econômico e o *status* social, tem-se que, nas formas subjetivas de autodenominar (“negros”, “pretos”, “pardos” etc.), são muitas as estratégias para se forjar e se incluir no que seria uma nacionalidade brasileira. Assim,

Para o período que nos interessa, por exemplo, poderíamos dizer, grosso modo, que aqueles mais bem aquinhoados pela fortuna, por terem tido acesso à educação e experimentado uma socialização mais próxima das classes médias, enfatizaram a igualdade de direitos e a superação de diferenças raciais e culturais como principal meta a ser atingida pelo grupo; enquanto aqueles outros que se viram excluídos desses espaços mínimos de socialização (como o da educação formal) viram-se tentados a ter na valorização de sua própria “cultura” um dos poucos caminhos de integração. Desse modo, podemos acrescentar que em São Paulo, em grande parte pela vontade política de seus dirigentes, formou-

se mais cedo uma classe operária com identidade e cultura próprias, que suplantou numérica e politicamente as antigas classes de escravos, libertos e ingênuos, deslocando e marginalizando as suas expressões culturais. Na Bahia, ao contrário, a fraca industrialização, a força demográfica dos descendentes de africanos, assim como a precariedade do sistema público de ensino, parecem ter servido para manter a opção de muitos negros pela preservação de sua tradição cultural como via de integração. (GUIMARÃES, 2002, p. 19).

Por fim, destaco o registro de Clovis Moura sobre a importância da Imprensa Negra para a comunidade negra por ser um dos principais canais de expressão de suas reivindicações, com destaque para a luta por educação.

Durante todo o tempo em que a imprensa negra circulou, através de jornais de pequena tiragem e duração precária, as atividades da comunidade negra brasileira, principalmente a de São Paulo, ali se refletiam, dando-nos, por isso, esses jornais um painel ideológico do universo do negro [...]. A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para subir socialmente [...]. Em todas as publicações é visível a preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro de sua situação de marginalizado (MOURA, 2002, p. 6).

## **CAPÍTULO II - O CONTEXTO DA LUTA DOS NEGROS POR EDUCAÇÃO PÚBLICA NA DÉCADA DE 1930**

Neste capítulo, contextualizaremos a luta dos negros por educação e o surgimento da imprensa negra paulista como instrumento de comunicação com a comunidade negra. Faremos isso por meio de uma discussão sobre o processo da lenta inserção do negro na emergente sociedade de classes, no contexto de desenvolvimento econômico e social da sociedade paulista nas décadas iniciais do século XX.

### **2.1 Escravidão, abolição e pós-abolição**

Nesta parte do capítulo, busca-se discutir a escravidão dos negros africanos nas Américas como instrumento de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, sendo força motriz de produção local de produtos exportáveis pelos colonizadores, cujos resultados permaneciam nos países europeus. Discute-se também, a introdução das teorias raciais no Brasil junto ao projeto de branqueamento da população brasileira e à imigração europeia em massa no final do século XIX, quando o fim do escravismo se aproximava, com a finalidade de substituir a mão de obra escrava e a representação negativa dos escravos.

A discussão sobre a escravidão e o pós-abolição tem a ver com a origem e as finalidades do tráfico dos negros africanos para o Brasil desde o século XVI e como encerrou esse período terrível do escravismo, assim como ocorreu a transição para a chamada sociedade livre. Tendo em vista o objeto deste estudo, entendemos que a luta dos negros por educação, no início do século XX, tem ligação direta com os acontecimentos do longo período da escravidão e o pós-abolição.

A escravidão no Brasil persistiu por mais de três séculos como principal forma de trabalho, no período da Colonização Portuguesa com produção baseada na monocultura e no extrativismo, que teve o escravo (indígena e negro africano) como principal mão-de-obra.

A captura dos negros africanos na África e o transporte à força para as Américas estavam inseridos no comércio triangular estabelecido entre Europa-África-América, que envolvia a troca de manufaturas, metais preciosos, diamantes, produtos agrícolas e, especialmente, escravos negros. Era um comércio triangular que atendia aos interesses

dos colonizadores e seus sócios, em especial na exploração das colônias nas Américas, proporcionando uma grande acumulação de capital para o financiamento do capitalismo industrial que se desenvolvia nos países europeus centrais, particularmente na Inglaterra, como Karl Marx indicou no Capítulo 24 - *Assim Chamada Acumulação Primitiva*, na sua obra “O Capital” (MARX, 2013, p. 539).

Os negros africanos capturados nas guerras tribais da África foram escravizados e negociados com os traficantes europeus, que os transportavam para as Américas como animais nos porões dos navios negreiros, em péssimas condições de higiene, superlotação, fome, doenças e mortes durante a longa viagem.

Os negros africanos que conseguiam desembarcar com vida no Brasil eram, em seguida, negociados novamente e encaminhados para o trabalho em lavouras de cana de açúcar, engenhos, mineração, na casa grande e para trabalhos urbanos (barbeiro, doceiras, vendedores ambulantes, trabalhos domésticos, etc.).

Os negros cativos eram tratados como mercadorias ou animais, simplesmente como mão-de-obra - o escravo não era considerado como humano. A relação entre senhores e escravos era baseada na dominação e coação, sendo os castigos físicos a principal forma de punição. Os escravos eram violentamente separados de suas famílias e comunidades, sendo obrigados a se ajustar aos novos senhores e às exigências do trabalho forçado.

Os escravos eram a principal mão-de-obra disponível durante o longo período de colonização portuguesa, pela dependência das plantações, principalmente de cana-de-açúcar que necessitava de muitos braços para os serviços. Os escravos eram tratados como mercadorias negociáveis, como peças e equipamentos contabilizados como riquezas de seus proprietários (os senhores), o que lhes davam grande prestígio e cuja importância social era determinada pela quantidade de escravos que possuíam.

Durante trezentos anos, desde o final do século XVI até o final do século XIX, a agricultura de exportação e a escravidão africana compunham as bases da sociedade e da economia brasileiras. [...] À medida que o açúcar e o café disseminavam-se por São Paulo, levavam com eles a escravidão. [...] A escravidão veio para São Paulo, e com ela vieram também todas as pressões e tensões associadas ao trabalho forçado. Uma dessas tensões mais óbvias era a contradição opressiva entre os princípios cristãos nos quais a civilização brasileira professava estar baseada e as terríveis realidades da prática da escravidão. (ANDREWS, 1998, p. 53-55).

Temos que reconhecer que os escravos africanos, como um componente ativo e criador (a despeito de todo o processo de escravidão), transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura. Muitas das práticas de criação de gado e de mineração do ferro no Brasil tiveram origem na experiência africana. No caso da língua portuguesa, esta incorporou novas palavras e ganhou maior espontaneidade e leveza. (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 43).

É importante ressaltar que a história dos negros no Brasil escravista não significou passividade e apatia. Os escravos negros nunca desistiram de lutar por liberdade, por mudança da situação em que viviam e pelo reconhecimento como seres humanos. As reações coletivas foram as que mais se destacaram na repulsa à escravidão, como os quilombos, as guerrilhas, as insurreições, a Conjuração Baiana ou a Revolta dos Alfaiates (1798)<sup>30</sup>, as rebeliões dos Malês na Bahia (1835)<sup>31</sup>; a Cabanagem no Pará (1835-1840)<sup>32</sup>, Balaiada, a revolta popular no Maranhão (1838-1841)<sup>33</sup>.

No final do século XIX, após longo período de luta, a escravidão foi abolida apenas como um ato formal, sem qualquer projeto ou ação em favor da população negra, ex-cativa e agora livre. Os negros libertos do trabalho cativo foram alijados da sociedade, jogados na periferia das cidades, sem acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos básicos que a população branca tinha.

A população negra ficou livre dos grilhões do trabalho cativo, mas permaneceu sob o ranço do escravismo.

---

<sup>30</sup> Conjuração Baiana ou a Revolta dos Alfaiates (1798): conhecida como a primeira revolta social no Brasil, teve forte adesão das camadas mais populares da sociedade em comparação à Inconfidência Mineira. Por isso, haviam muito negros participando deste movimento. Dentre eles, normalmente relegados nos registros oficiais da história: Lucas Dantas, Manoel Faustino, Luiz Gonzaga e João de Deus. Assim como as mulheres negras Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento. (vide: TAVARES, 1994; ARAÚJO, 2004; AZEVEDO, 1987).

<sup>31</sup> Malês na Bahia (1835): o termo “malê” deriva de *imale*, que significa “islâmico. O acontecimento em questão foi uma revolta de escravos de maioria muçulmana. Negros islâmicos promoveram um grande levante na noite de 24 para 25 de janeiro, este foi um episódio de grande relevância política. Os negros muçulmanos de origem malê, aqui escravizados, deixaram forte influência na cultura, eles teriam dado origem ao turbante branco usado no candomblé e na umbanda (vide: REIS, 2003).

<sup>32</sup> Cabanagem no Pará (1835-1840): revolta ocorrida na então conhecida como Grão-Pará, contou, do início ao fim, com a participação de negro livres e escravizados (vide: SALLES, 2004).

<sup>33</sup> Balaiada (1838-1841), acontecendo nos agitados tempos entre a Independência do Brasil (1822) e a Proclamação da República (1889), foi um levante de escravos no Maranhão, na liderança do negro Cosme Bento das Chagas (1800-1842). Nas tensões envolvendo a Balaiada, o entendimento da elite sobre as questões envolvendo a noção de “raça” era central (vide: JESUS, 2015). A título de curiosidade, a partir de 2016, sancionada a lei nº 10.524/2016, o Maranhão celebra, em todo dia 17 de setembro, o Negro Cosme, como o chamam.

No Brasil que teve organizada e estruturada uma sociedade escravista de âmbito nacional funcional durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu ritmo de dinamismo. [...] O sistema escravista determinou em toda a extensão geográfica do Brasil o seu ritmo de desenvolvimento e o conteúdo fundamental das suas relações interétnicas. [...] Da necessidade do trabalho escravo subordinado ao sistema colonial, formou-se, no Brasil, uma sociedade poliétnica para produzir esse tipo de economia e ao mesmo tempo, uma ideologia capaz de amortecer a luta entre senhores e escravos. [...] A abolição no Brasil é feita conservando-se o latifúndio. As classes dominantes continuam praticamente as mesmas. .... Com a importação maciça de imigrantes europeus (brancos), vastos contingentes populacionais poliétnicos são marginalizados, especialmente em São Paulo e nas demais zonas urbanas em desenvolvimento. O imperialismo entra como o componente externo de dominação da mesma forma como o sistema colonial dominou o modelo escravista. (MOURA, 1988, p.15-24).

O ranço do regime escravista permaneceu por muito tempo, ao longo do século XX, com a população negra marginalizada pela política de embranquecimento fomentada pelo racismo científico e pela contínua segregação em todos os espaços da sociedade.

## 2.2 As teorias raciais e o projeto de branqueamento

Nas últimas décadas do século XIX, a proximidade da abolição da escravidão criava grandes preocupações à elite dominante, que se apressou para construir políticas públicas para combater a ameaça que se configurava a população de ascendência africana. A reação a esta ameaça se organizou em torno do discurso da unidade nacional, construído a partir das teorias raciais<sup>34</sup>, do projeto de embranquecimento da sociedade brasileira que

---

<sup>34</sup> Na segunda metade do Sec. XVIII surgiram algumas teorias sobre inferioridade dos povos do novo mundo, que identificavam na infantilidade, carência, debilidade dos animais e a terra. Entre os intelectuais criadores dessas teorias raciais temos: Buffon (1707-88), que lançou a tese sobre a debilidade ou imaturidade do continente americano e Abade Corneille de Pauw (1768) radicalizou as ideias de Buffon: Os americanos eram não só imaturos, mas decaídos, corrompidos. Introduziu a noção de degenerações, de espécies inferiores. A partir da publicação, em 1859, de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, sua teoria passou a constituir uma espécie de paradigma da época. As ideias de Darwin influenciaram os estudos das humanidades, dando origem à escola “evolucionista social”, também conhecido como ‘darwinismo social’. O conhecimento sobre as raças implicou no surgimento de um “ideal político” e num processo de avaliação da submissão ou até da eliminação das ‘raças inferiores’, que se converteu numa prática avançada do darwinismo social, a EUGENIA. O termo “eugenia” (eu = boa + genus = geração) foi criado por Francis Galton em 1869, quando publicou a obra *Hereditary Genius*, que é considerada fundadora da eugenia. Através de método estatístico e genealógico, Galton buscou provar que a capacidade humana é função da hereditariedade e não da educação. A eugenia transformou-se em um movimento científico e social a partir dos anos 1880, determinando políticas sociais, incentivando não mais a seleção natural, agora seleção social. A eugenia promovia a produção de “nascimentos desejáveis e controlados” desencorajando as uniões inter-raciais, consideradas nocivas à sociedade. O movimento de Eugênia incentivou, portanto, uma administração científica e racional da hereditariedade. (SCHWARCZ, 1993).

subsidiou a substituição da mão de obra negra por imigrantes europeus e a representação negativa dos ex-escravos.

O Brasil, em finais do século, vivia um ambiente conturbado. A escravidão acabara em 1888 e já em 1889 caía o Império, um regime bastante arraigado na lógica e nas instituições do país. Com essas mudanças iniciava-se, também, o debate sobre os critérios de cidadania e acerca da introdução dessa imensa mão-de-obra, agora oficialmente livre, no mercado de trabalho. (SCHWARCZ, 1996, p. 86).

A partir dos anos 1870, as teorias raciais passaram a ser largamente adotadas no Brasil – sobretudo nas instituições de pesquisa e de ensino brasileiras – em clara demonstração de que os critérios políticos estavam longe dos parâmetros científicos de análise. (SCHWARCZ, 1996, p. 86)

A teoria científica de raça então predominante condenava a miscigenação, classificando-a como um erro, como um processo que levava à degradação da espécie. Sendo o Brasil um país miscigenado, que não podia negar a sua principal característica, que fora analisada e representada por vários estudiosos europeus<sup>35</sup>, a solução brasileira foi criar uma nova teoria, exaltando a mistura de raças, como forma de diluir a base inferior do estoque racial brasileiro, de origem africana, simultaneamente fortalecendo e fazendo prevalecer o elemento superior, o branco, por meio do incentivo à miscigenação combinado à imigração em massa de europeus. O projeto de embranquecimento da sociedade brasileira era considerado como essencial para a construção de um Estado merecedor de aceitação na comunidade das nações civilizadas.

Assim, no processo de criação da nação e de constituição de uma identidade nacional, as políticas de embranquecimento tiveram como uma de suas principais ações a promoção da imigração europeia em massa, junto ao cultivo do ideal do branqueamento (de ordem moral e social), à segregação dos negros e à representação negativa dos ex-escravos.

No final do século XIX, os estudos realizados sobre o negro no Brasil pelo professor de medicina legal Raimundo Nina Rodrigues (famoso médico da escola baiana, que defendia que os homens não nascem iguais, que não há uma igualdade jurídica entre as raças), defendiam a existência de dois códigos penais no país: um para os negros e outro para os brancos. "*Para um povo de população heterogênea como o brasileiro, a*

---

<sup>35</sup> Dentre eles, em 1844, o naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868).

*identificação craniológica das raças adquire em medicina legal uma importância máxima*", dizia o artigo de Nina Rodrigues, publicado em 1902, na *Gazeta Medica da Bahia*.

Nesta perspectiva, a mestiçagem existente no Brasil era a pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação. Diante do conflito entre as teorias raciais condenatórias da miscigenação e a realidade do Brasil mestiço, a saída imaginada foi selecionar e digerir certas partes da teoria e ignorar outras. Essas leituras das teorias aqui conheceram seu momento de maior influência no período que vai de 1870 a 1930.

As teorias raciais chegaram ao Brasil, com uma entusiástica acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa, que na época congregavam boa parte da reduzida elite intelectual nacional. A questão racial brasileira foi tratada pelos estabelecimentos científicos, como as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e os museus Nacional (RJ), Ipiranga (SP) e Goeldi (PA).

Nos jornais comuns, nas pinturas, na visão de políticos e cientistas, “raça” aparecia como um argumento partilhado, uma interpretação interna bastante consensual. *"Formamos um paiz mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma"*, definia o crítico literário Silvio Romero (1888), da Escola de Recife, ao comentar "a composição étnica e anthropologica singular" da população brasileira.

No entanto, para defensores do branqueamento da população brasileira, esse era um processo que se alinhava ao que pensava o diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro João Batista Lacerda, que apresentou no I Congresso Universal das Raças (*First Universal Races Congress*), em julho de 1911, um ensaio com a defesa da ideia de que *"o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução"*.

De acordo com a teoria do branqueamento, a miscigenação produzia naturalmente uma população mais clara, em razão do branco ser biologicamente superior ao negro e as pessoas tendiam a procurar parceiros mais claros para se casar. (DOMINGUES, 2004).

Neste sentido, a imigração europeia integrava o projeto de branqueamento, uma vez que os imigrantes brancos europeus, considerados de raça superior, naturalmente iriam eliminar o contingente de negros, de raça inferior. A imigração do branco europeu cumpria o papel estratégico de purificar a raça, de civilizar o país.

**Na virada do século XIX para o XX, o ideal de branqueamento da população paulista era correspondido, aparentemente, de forma**

**muito notória pelo censo populacional, marcado justamente pela diminuição assustadora da população negra. Pelo menos esse era o caso da capital. (DOMINGUES, 2002, p. 566).**

O racismo se manteve e encontrou apoio nessas teorias que proclamavam a inferioridade racial do negro em relação ao branco e que viam nos mulatos a caracterização de uma nação doente, racial e socialmente. O caráter racista da ideologia do branqueamento passou a influenciar a própria comunidade dos negros. No início do século XX, em São Paulo, o ideal de branqueamento foi amplamente desenvolvido, conseguindo penetrar no meio negro. O branqueamento na sua dimensão ideológica, penetrou e foi compactuada ou absorvida por uma fração da comunidade negra, sob a forma de branqueamento: "estético", "biológico" e "social".

O branqueamento social estava fundado na aquisição pelos negros de atitudes e comportamentos “positivos” do branco. Ao assimilarem os valores sociais e morais da ideologia do branqueamento, os negros avaliavam-se pelas representações negativas construídas pelos brancos. Era necessário ser um negro da essência da brancura.

**O branqueamento moral e/ou social estava fundado na aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente "positivos" do branco. Para conquistar a "Segunda Abolição", por exemplo, um articulista que se apresentava como antigo militante negro escreveu um artigo no jornal da "imprensa branca", apregoando a necessidade de os negros se espelharem nas ações políticas dos brancos: “Seguir os brancos nas suas conquistas e iniciativas felizes [...] será o marco inicial da segunda redempção dos negros [...]. Salientamos que a sua liberdade não foram elles [negros] que conseguiram. As tentativas que emprehenderam malograram desastrosamente. E da mão do branco que odiavam receberam a liberdade dos seus sonhos! (Folha da Manhã, São Paulo, 12/1/1930). (DOMINGUES, 2002, p. 574),**

Os valores sociais e morais disseminados pela ideologia do branqueamento produziam, em alguns negros, a propensão a se avaliarem pelas representações negativas dos brancos e a rejeição da herança cultural africana e o isolamento do convívio social com os negros da "plebe".

Para se afirmar nos valores considerados nobres pela sociedade inclusiva, o negro não devia ingerir bebida alcoólica, assim como não devia jogar, drogar-se, frequentar o ambiente da malandragem. Pelo contrário, devia defender sem tréguas a moral e os bons costumes da classe dominante, ser religiosamente católico, honrado, regrado e cumpridor de seus deveres. Condenava-se a boêmia, a prostituição, as religiões de matriz africana, a prática da capoeira, o samba, enfim, o

negro devia possuir um comportamento puritano. É importante salientar que todas as prédicas moralistas supracitadas neste tópico foram extraídas dos jornais da denominada "imprensa negra". Pelo prisma de Roger Bastide, a imprensa negra vai ser no Brasil o principal instrumento do puritanismo "preto". (DOMINGUES, 2002, p. 577).

A forma de branqueamento no "estético" se expressava pela adoção do padrão de beleza branca europeia, que moldava o comportamento de muitos negros assimilados.

No entanto, o "branqueamento estético" não se restringia ao alisamento dos cabelos, atingia a principal marca definidora de raça no Brasil: a cor da pele. Alguns produtos prometiam a proeza de transformar negro em branco mediante a despigmentação, ou seja, através do "clareamento" da pele: (DOMINGUES, 2002, p. 580).

A ideologia do branqueamento também avançou no terreno biológico, com a lógica de que o clareamento da população seria um processo de melhoramento da espécie. É nesse contexto que se dá a valorização do casamento de pessoas negras com pessoas brancas, fazendo com que essa ideologia tomasse conta dos cotidianos familiares.

Alguns artigos da "imprensa negra" eram explicitamente favoráveis ao desaparecimento do negro. Apesar de reconhecerem a contribuição indígena e africana na formação da nacionalidade, o multirracialismo era concebido como obra do passado. No Brasil, em geral, e em São Paulo, especialmente, estaria forjando-se um sistema unirracional. A construção da unidade racial, sob o eufemismo de "fusão das raças", passaria pela diluição do sangue negro, ou seja, pela sua extinção. A vontade destes negros era expressa da seguinte maneira: "O que devemos fazer é [...] o seguinte: Não pretendemos perpetuar a nossa raça, mas, sim, infiltramo-nos no seio da raça privilegiada — a branca, pois, repetimos, não somos africanos, mas puramente brasileiros. (*O Bandeirante*, São Paulo, 9/1918:3)" (DOMINGUES, 2002, p. 588).

Iray Carone afirma que o branqueamento foi

**[...] uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a abolição da escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se integrar (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social. (CARONE; BENTO, 2002, p.14).**

É neste contexto que os principais referenciais da cultura negra foram reprimidos. A saber:

- a capoeira que foi criminalizada até 1937 (quando só então foi oficializada como modalidade esportiva nacional);

- o samba passou, por longo processo, da repressão à exaltação, de dança de preto a canção brasileira para exportação;
- **somente a partir de 1938, os atabaques do candomblé passam a ser tocados sem interferência policial;**
- **o futebol, esporte de origem inglesa, foi progressivamente associado a negros, sobretudo a partir de 1923, quando o Vasco da Gama passou a ser o primeiro clube brasileiro a aceitar negros em sua equipe.** (SCHWARCZ, 1998, p. 1967).

Em decorrência da permanente pressão exercida pela ideia de hegemonia branca ao longo do século XX – com práticas racistas explícitas que impediam negros de circular livremente pelos espaços (assim como relatado em diversos recortes da Imprensa Negra, inclusive com forte apoio policial à impedição da presença de negros ou da realização de algo da cultura afrodescendente em determinados espaços) –, Angela Figueiredo observa que

[...] quase todos nós nascemos embranquecidos, visto que há uma predominância dos aspectos da cultura branca se é que assim podemos denominá-la em nossa sociedade, e só enegrecem ou se tornam negros ao longo dos anos os que optam por incluir em suas vidas os aspectos identificados com a cultura negra e se tornam curiosos em conhecer o seu passado. (FIGUEIREDO, 2002, p. 104).

Apesar do processo de marginalização e de segregação impostos aos negros, esses nunca desistiram da luta por mudanças e pelo reconhecimento como seres humanos, como cidadãos. No período após 1888, no contexto histórico da Primeira República, sob o domínio conservador das oligarquias agrárias, os negros tiveram grandes dificuldades de participação nas várias instâncias da sociedade brasileira.

Após a abolição da escravidão, o processo de luta e resistência negra ganhou outros contornos. Durante um bom tempo o Brasil ainda viveu o ranço escravagista e a relação entre os antigos senhores e os ex-escravizados continuou pautada pelas relações que se estabeleciam no regime de escravidão. A nova situação dos negros, de escravizados para libertos, não foi aceita imediatamente pela sociedade brasileira. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 107).

Por longas décadas, entre a última do século XIX e as iniciais do XX, a população negra viveu às margens da sociedade, buscando organizar-se na luta por espaço e representatividade na sociedade brasileira.

Neste contexto de marginalização e segregação dos negros, Petrônio Domingues (2004) observa que o racismo no Brasil, após as marcantes décadas de 1920 e 1930, tem a especificidade da ausência de discriminação legal, que o torna um racismo oculto, implícito e não declarado, que tem a cordialidade como uma das características das manifestações de preconceito e discriminação raciais.

Por esta razão, o Brasil não criou um clima de conflito racial, ou mesmo uma legislação segregacionista. No entanto, ele observa que em São Paulo, o racismo anti-negro no pós-abolição tinha outra dinâmica, com um caráter segregacionista e costumeiro, atingindo em maior ou menor grau todas as instituições da vida social. A estratégia do silêncio foi um dos métodos empregados pelo segregacionismo costumeiro em São Paulo. “Diante de alguns sinais de discriminação racial - que poderiam gerar indignação na opinião pública - eram, às vezes, devidamente substituídos por mecanismos mais sutis de exclusão do negro, porém não menos eficazes”. (DOMINGUES, 2004, p. 136).

Os mecanismos sutis de exclusão do negro estavam em todas os setores da sociedade paulista, com destaques para a polícia, as instituições religiosas e de caridade, na divisão espacial da cidade, na prestação de serviços à população, nas atividades de lazer, na prática desportiva e no sistema educacional.

A polícia paulista tinha uma postura discriminatória e não tratava todos os cidadãos, negros e brancos, de maneira igualitária. Quando a briga de um negro com um branco se tornava caso de polícia, geralmente, o branco era solto, enquanto o negro era encaminhado para o "xadrez". Os negros sofriam a repressão policial quando se reuniam nas ruas, assim como nas festas e nos bailes dos negros. (DOMINGUES, 2004, p. 141).

As instituições religiosas e de caridade, também praticavam a segregação e a discriminação raciais, quando alguns seminários e ordens religiosas da Igreja Católica impediam o negro de compor os seus quadros. (DOMINGUES, 2004, p. 148). As religiões de matriz afro-brasileira eram perseguidas e tratadas como "casos de polícia". Em algumas instituições beneficentes e de caridade de São Paulo, o ingresso também passava pela segregação racial costumeira. As crianças passavam por uma filtragem racial antes de serem atendidas pelos serviços prestados por tais instituições, uma vez que a política geral era não admitir aquelas "de cor". (DOMINGUES, 2004, p. 150).

Na divisão do espaço nas cidades, havia as "ruas dos pretos" e as "ruas dos brancos", configurando um verdadeiro separatismo. Esse separatismo existia em Campinas e em Piracicaba, onde o negro andava no meio da rua e branco andava em cima da calçada. Na capital, no Jardim da Luz, aos domingos, as famílias tinham o hábito de passear. Os negros só podiam percorrer as áreas periféricas do Jardim da Luz, sendo privados de terem acesso à área central, onde eram feitas as apresentações da banda da Força Pública. As melhores posições, então, ficavam restritas aos brancos. (DOMINGUES, 2004, p. 160).

No setor de prestação de serviços, a segregação racial costumeira era normal nos restaurantes, onde o negro evitava frequentar, pois sabia que seria tratado com desprezo arrogante ou simplesmente não seria atendido.

Como já citado anteriormente, sobre os impedimentos impostos aos negros de frequentarem os espaços livremente, temos, por exemplo, que a presença do negro na barbearia para cortar o cabelo ou fazer a barba era considerado ultrajante, uma desonra, a tal ponto que podia aviltar a fama da barbearia e afugentar a clientela (branca e, então, valorizada).

No atendimento médico, algumas instituições também praticavam o segregacionismo racial costumeiro, como era o caso do Hospital Alemão, que não atendia pacientes negros. Na rede de saúde pública, os negros recebiam um atendimento mais precário do que o oferecido aos brancos.

Desde alguns funcionários que não os tratavam bem, passando por certo desdém dos médicos, até as enfermeiras que não ocultavam sua preferência em cuidar dos enfermos brancos. Havia casos de pacientes e famílias de pacientes brancos que declaravam sua aversão aos profissionais da saúde negros. (DOMINGUES, 2004, p. 168).

No transporte público da cidade não era diferente, havia a segregação racial costumeira. Um dos jornais da imprensa negra publicou o seguinte protesto contra a situação de discriminação vivenciada pelos negros.

Não temos barbeiros, não temos sapateiros, nem alfaiates, não podemos entrar nos hotéis, nos bares, nos cinemas, nas lojas, nos teatros, enfim, somos expulsos dos bondes e enxotados dos trens, ficando mesmo sem o direito de transitarmos pelas calçadas!. (DOMINGUES, 2004, p. 170).

Muitos clubes em São Paulo - tanto os elitizados quanto os das "colônias" estrangeiras - não consentiam que negros fizessem parte do seu quadro de associados, mesmo que tivessem condições econômicas. O segregacionismo atingia as casas de diversão e lazer de forma recorrente, como era o caso de certas salas de exibição cinematográfica, teatros, boates, auditórios de rádio e riques de patinação. (DOMINGUES, 2004, p. 175).

O tênis, o cestobol, o ciclismo e a natação eram modalidades esportivas que, via de regra, eram vetadas à participação do negro. Até 1930, a entidade reguladora do futebol paulista impedia a participação dos negros no campeonato principal.

Um mulato era aceito no clube de futebol, no limite, condicionado a restrições no uso dos serviços do clube. (DOMINGUES, 2004, p. 179).

No sistema educacional, os negros enfrentaram muitos obstáculos para ingressar e frequentar a escola. Desde os diretores, que dificultavam ou não aceitavam suas matrículas, até os colegas de turma e professores brancos que os tratavam de forma diferenciada. Em muitas escolas, o recorte racial era adotado como critério de ingresso. Normalmente, pensa-se que o negro não estudava naquela época em função do estado de pobreza. Na sala de aula, alguns professores também repudiavam os alunos negros e até agrediam fisicamente. (DOMINGUES, 2004, p. 153).

Além da violência física, os alunos negros ainda eram vítimas de toda sorte de violência simbólica e/ou moral, codificada, por exemplo, nos materiais didáticos e conteúdos programáticos da rede de ensino, que insistiam em representá-los como um "ser inferior".

Havia também a aversão dos alunos brancos em relação ao diminuto número de professores negros. Os professores negros tinham dificuldade de ministrar a aula. A chacota, o desrespeito, as indisciplinas desses alunos não eram incomuns. Não se obedecia a quem era visto com aviltamento.

Houve casos de pessoas que preferiam ficar sem estudar a ser ensinadas por professores negros.

Quando incluído no sistema escolar, o negro ainda era exposto às redes de exploração extraeconômica existentes na cidade. Um colégio recebia a visita de senhoras, "as chamadas 'benfeitoras', as quais, quando necessitavam de ajuda no trabalho doméstico, iam buscar as meninas negras, enquanto as meninas brancas continuavam estudando". (DOMINGUES, 2004, p. 154).

O racismo foi colocado a serviço da exploração da mão-de-obra - em troca de uma jornada extenuante de trabalho, as alunas negras recebiam, no máximo, moradia e comida.

Algumas escolas da rede estadual de ensino, também colocavam a barreira da cor, porém, as proibições aconteciam, em maior escala, nas escolas religiosas e nos colégios particulares elitizados. (DOMINGUES, 2004, p. 155).

Neste contexto de incentivo a mobilidade da imigração branca europeia e as restrições da população negra de ingressar na emergente sociedade paulista urbanizada, industrializada e com o ideal de branqueamento, surge o movimento negro organizado.

### **2.3 O negro no contexto de São Paulo nos anos iniciais do século XX**

As décadas posteriores à abolição da escravatura foram determinantes para a população negra, pela situação nova que vivenciava, em especial as condições de liberdade que lhe dava o direito de igualdade (ainda que em um cenário utópico) aos demais cidadãos, e por outro lado, por estarem vivenciando em São Paulo uma fase de grandes mudanças na sociedade paulista.

No período entre o final do século XIX e início do século XX, houve um crescimento dos setores de prestação de serviços e da pequena indústria paulista, associado ao processo de urbanização, ao crescimento das camadas médias e ao aparecimento de um proletariado urbano formado pelos imigrantes europeus que abandonavam o trabalho na zona rural em direção aos centros urbanos.

A população negra vivenciou essas duas realidades, por um lado por presenciar o desenvolvimento acelerado de São Paulo e por outro, por estar excluída desse processo, sendo colocada à margem em todas as atividades da sociedade.

A partir da segunda metade do século XIX, a província de São Paulo cresceu de forma significativa em decorrência da expansão e dos resultados do cultivo do café em seu interior e da expansão das ferrovias em todas as suas direções.

Com o fim da escravidão e o crescimento da produção cafeeira, que demandava muita mão de obra, a imigração de europeus foi acelerada, de forma que em poucos anos a população de São Paulo cresceu muito.

A produção crescente de café exigia a intensa utilização de mão-de-obra para as atividades desenvolvidas na lavoura, no beneficiamento e no transporte do café. A solução do problema de falta de mão-de-obra foi encaminhada pelo Governo de São Paulo, a partir de 1870, em resposta à pressão dos cafeicultores, quando passou a

subvencionar a imigração em massa de europeus para suprir a demanda por braços na produção.

A imigração subsidiada de brancos europeus, transformada em política oficial do Estado em 1889, representou o triunfo da fração da classe dominante expressada pelos cafeicultores do Oeste paulista. (DOMINGUES, 2004, p. 64).

Entre 1889 e 1928 desembarcaram no Brasil mais de 3,5 milhões de imigrantes, sendo mais de um terço de italianos, seguidos pelos portugueses, espanhóis, alemães e japoneses. A maioria dos imigrantes foram alocados nas lavouras do café. Porém, muitos que não conseguiram adaptar-se às condições de vida e trabalho nas fazendas abandonaram o campo e deslocaram-se para os centros urbanos passando a trabalhar no comércio ou na indústria. A respeito da política de Estado de promoção e financiamento da imigração maciça de europeus, Amauri Mendes Pereira observa que

Foram mais de três milhões de imigrantes em mais ou menos trinta anos. Aproximadamente a quantidade de negros escravos introduzidos pelo tráfico em cerca de 300 anos. Pode-se avaliar, por aí, a envergadura da primeira e mais duradoura política pública da república: o esforço de substituir a população, de maioria negra e mestiça. (2008, p. 29).

No mesmo sentido, Petrônio Domingues destaca o favorecimento e os benefícios proporcionados aos imigrantes, que se contrapõem ao tratamento dado à população negra.

Um aspecto da política imigrantista [...] é o conjunto de vantagens objetivas (materiais) oferecidas para o migrante branco europeu se estabelecer em São Paulo. Em realidade, a própria instituição do trabalho livre foi pautada por um dinâmico padrão de incentivos econômicos positivos concedidos ao imigrante, em vez do sistema desenvolvido de sanções negativas, como foi o aplicado na escravidão e no pós-escravidão em relação ao negro. Além do imigrante ser aproveitado como assalariado na expansão da lavoura cafeeira, diversos núcleos coloniais foram colocados à sua disposição. (DOMINGUES, 2004, p. 67).

Petrônio Domingues observa, ainda, que

[...] o racismo pautou a política de investir maciços recursos do Estado na promoção da imigração de brancos europeus, tendo em vista seu aproveitamento nas novas oportunidades de trabalho. O programa de imigração subvencionada neutralizou o poder de negociação dos afro-brasileiros. (DOMINGUES, 2004, p. 104).

Neste período, a capital paulista passava por acelerada transformação, com uma expressiva urbanização e iniciando o processo de industrialização. O fluxo intenso de chegada de imigrantes fez São Paulo ter um significativo e rápido crescimento populacional.

	<b>Município de São Paulo</b>	<b>Estado de São Paulo</b>	<b>Brasil</b>
<b>Anos</b>	<b>População</b>	<b>População</b>	<b>População</b>
1872	31.385	837.354	10.112.061
1920	579.033	4.592.188	30.635.605

Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo  
(disponível em: [http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/tabelas/pop\\_brasil.php](http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php))

Neste contexto de profundas transformações na sociedade brasileira, desde a última década do século XIX, despontaram novos agrupamentos sociais como descrito em Carone (1972, 1989); Motta (2015):

- a elite agrária, composta pelos representantes das oligarquias agrárias, que têm o domínio da política na Primeira República (1889-1930), com o predomínio das oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais, ligadas à produção de café e de leite (não ignorando, aqui, a importância também de outros estados nessa articulação nacional e com as relações internacionais, como Rio Grande do Sul). A oligarquia é a classe dominante e historicamente ela representa o elo com o capitalismo internacional;
- a burguesia mercantil, financeira e industrial, composta por estrangeiros e brasileiros, que atua alinhada às oligarquias agrárias, sem representar oposição política e social;
- as classes médias, que apresentam uma estrutura complexa por absorver desde profissionais liberais como advogados e médicos, até trabalhadores do comércio, professores, funcionários públicos, agentes de negócios e toda uma gama de profissionais urbanos. As classes médias têm participação importante durante a Primeira República por darem início aos processos de contestação e de derrubada das oligarquias do café;
- a classe operária, que surge com a emergência da indústria, formada sobretudo por imigrantes italianos, espanhóis e portugueses. As péssimas condições de trabalho junto ao contínuo aumento do custo de vida, de salários baixos, de problemas de moradia, da instabilidade de emprego, dentre outras precariedades, levaram a classe operária a reagir com greves.

Estas visavam à melhoria de salários e de condições de trabalho e à regulamentação de seus direitos. Com a classe operária nascem, também, os sindicatos como forma de organização, com influências iniciais dos anarquistas e, desde o início da década de 1920, sob influências dos comunistas.

Ao longo de toda a República Velha (1889-1930), os governos oligárquicos tratavam a questão social como “caso de polícia”, preferindo, assim, adotar medidas arbitrárias, como espancamento e prisão das lideranças grevistas e expulsão dos estrangeiros do país. Desta forma, o incentivo à imigração (principalmente de europeus), antes tão promissor para os planos de branqueamento da população e de crescimento econômico, passa a se tornar, também, uma ameaça política e social.

No final da década de 1920, a crise econômica mundial trouxe consequências para a economia brasileira provocando rupturas no modelo econômico e político e estabelecendo o fim do domínio político das oligarquias agrárias. Neste cenário, em outubro de 1930, iniciava-se o governo de Getúlio Vargas apoiado pelas classes urbanas emergentes compostas dos empresários industriais, classe média, militares, operários.

O movimento de 1930, embora abra um novo período (a República Nova, de 1930 a 1937), não configura uma revolução, pois não provocou mudança radical – nem dela foi expressão –a nas estruturas de produção e de distribuição da propriedade rural e urbana, nem nas do capital. O Estado nacional implementou, nada obstante, mudanças no campo das relações trabalhistas, na indústria de base, no sistema educacional e na organização da cultura. (MOTTA, 2015, p. 615).

Aos poucos, a partir da década de 1930, o Brasil foi se tornando um país industrializado e urbanizado, principalmente em São Paulo, provocando um significativo aumento do fluxo migratório da população do campo para a cidade.

Neste contexto de crescimento muito rápido e de grandes transformações sociais e das relações de trabalho, a população negra foi mantida à margem, sem as mesmas oportunidades oferecidas aos imigrantes, que eram considerados a grande esperança nacional. Assim descreve Florestan Fernandes sobre a preferência dos produtores de São Paulo em contratar os trabalhadores imigrantes.

Diante do negro e do mulato abrem-se duas escolhas irremediáveis, sem alternativa. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente,

procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de homens livres. (FERNANDES, 1978, p. 12).

As oportunidades para os negros sempre foram mais restritas em São Paulo do que no Rio de Janeiro e no Nordeste, onde não havia muitos imigrantes competindo pelas vagas de trabalho.

O racismo à paulista foi engenhoso quanto à exclusão do negro do mercado de trabalho livre. Escamoteando o papel do racismo no desenvolvimento da ordem fabril, a elite empregava um discurso que ora apontava a suposta vagabundagem, outra identificava o pretense desprepara profissional da população negra como as causas de seu estado de penúria e marginalização. (DOMINGUES, 2004, p. 110).

## **2.4 Organização do Movimento Negro paulista no pós-abolição**

As organizações negras têm sido fundamentais na luta contra as desigualdades raciais, a discriminação e as péssimas condições de vida do negro no século XX, e pela inserção do negro na sociedade brasileira. Nesta parte, vamos tratar das associações negras organizadas no pós-abolição, da imprensa negra que nasceu no meio dessas associações e da Frente Negra Brasileira (FNB) como expressão do movimento negro organizado.

### **2.4.1 Associações Sociais e Recreativas dos negros**

O período pós-abolição foi de grandes dificuldades para a população negra, na luta pela sobrevivência, por um lugar na sociedade, por reconhecimento, por maior participação, uma vez que foram colocados à margem da sociedade.

Junto às associações nascidas no século XIX surgem outras associações no início do século XX com objetivos de combater a discriminação racial e formular propostas de inclusão social da população negra. A Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma instituição de ajuda mútua e as Sociedades beneficentes negras buscavam organizar a comunidade negra para o enfrentamento das questões que os novos tempos impunham.

No início do século XX, algumas sociedades negras foram criadas para o enfrentamento de situações específicas de discriminação, mas foi no mundo do trabalho que esse tipo de organização e cooperação surgiu com mais força.

Algumas associações negras surgiram para atender às necessidades de recreação e lazer, devido aos negros serem frequentemente barrados nos clubes sociais controlados por brancos. Alguns clubes de futebol de negros foram criados no início do século XX, uma vez que os jogadores negros e pardos não eram admitidos nos times de elite.

Em decorrência do isolamento provocado pela sociedade dominada pelos brancos, que privilegiava o atendimento aos interesses dos imigrantes europeus, os negros organizaram-se em Associações Sociais e Recreativas com a finalidade de atuar no combate ao racismo e à discriminação racial e na promoção da inclusão social da população negra.

Vale registrar que as novas associações dos negros dão continuidade à capacidade dos negros em organizarem-se para enfrentar as dificuldades impostas. Ainda no período colonial, apesar de viver sob a escravidão, os escravos conseguiam formas de organizarem-se, como na capoeira, no candomblé, nos quilombos, ainda que, em muitas ocasiões, de maneiras secreta ou escondida. Na Igreja Católica, os negros conseguiram organizar-se nas irmandades religiosas negras. Em São Paulo, destacam-se a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, criada em 1711, e a Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, criada em 1836.

Logo, como dito, algumas associações negras que surgiram no início do século XX tinham como principal objetivo atender às necessidades de recreação e lazer, devido aos negros serem comumente impedidos de frequentar os clubes sociais controlados por brancos. Mas, algumas associações negras procuraram organizar a comunidade para o enfrentamento das barreiras encontradas no mundo do trabalho, impostas pelos imigrantes que controlavam os principais sindicatos de trabalhadores e os postos de trabalho. A educação, neste sentido, foi um dos objetivos da luta dessas associações, também, devido às dificuldades de acesso às escolas. As associações negras viam a educação como *“uma maneira de o negro ganhar respeitabilidade e reconhecimento, de habilitá-lo para a vida profissional, de permitir-lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, como uma maneira de combater o preconceito”* (PINTO, 1993, p. 238).

Clóvis Moura relata que após a abolição

[...] houve um período no qual o negro não encontrava possibilidades de se integrar economicamente e encontrara sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa. Daí uma fase onde ele, como elemento mais onerado no processo de passagem da escravidão para o trabalho livre, desarticulou-se social, psicológica e culturalmente. Mas sempre procurou, em nível organizacional, reencontrar-se. (1994, p.211).

Vale sempre lembrar que a Imprensa Negra, de maneira geral, trazia textos com assuntos de interesse da própria comunidade. Ficando para a chamada “imprensa comum” a função de noticiar fatos externos ao que ocorria dentro daquele universo. Dito isso, podemos aqui destacar que a comunidade não se manteve passiva às situações de super exploração do trabalho que ocorriam comumente com essa parcela da população.

A título de ilustração, vale destacar as associações negras criadas no período aqui analisado:

- Associação dos Negros Brasileiros;
- Associação José do Patrocínio;
- Centro Cívico Afro-Campineiro;
- Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas;
- Centro Cívico Palmares;
- Clube Negro de Cultura Social;
- Federação dos Homens de Cor;
- Frente Negra Socialista;
- Grêmio Recreativo e Cultural;
- Grêmio Recreativo Kosmos;
- Legião Negra Brasileira;
- Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura;
- Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara;
- Sociedade Beneficente de 13 de Maio;
- União Negra Brasileira.

As atividades das Associações Sociais e Recreativas dos negros contribuíram de forma significativa para o surgimento da chamada “Imprensa Negra” no início do século XX. Esta se colocava como porta-voz e promotora de discussões sobre temas relevantes e de interesse da comunidade negra, denunciando o racismo, a discriminação e a segregação raciais, bem como promovendo ações para superar a exclusão do negro do mercado de trabalho e do sistema de ensino.

### **CAPÍTULO III: A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO POR EDUCAÇÃO NA IMPRENSA NEGRA PAULISTA: UMA ANÁLISE DO “A VOZ DA RAÇA”**

Retomando a ideia de que o papel do historiador é apoiar-se em registros para resgatar um passado que nos permita compreender as configurações do próprio presente, neste capítulo, apresentamos e analisamos os recortes selecionados de fascículos publicados na Imprensa Negra, mais especificamente no “A Voz da Raça”, e que expressam a luta dos negros por acesso à educação escolar pública em São Paulo.

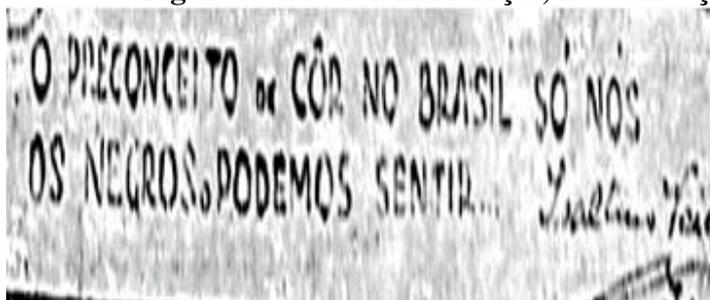
A análise dos recortes selecionados, no escopo de tudo que até aqui foi apresentado, parte, também, das seguintes questões:

- Como foi discutida, problematizada, tratada a questão da educação na Imprensa Negra do período?
- Quais as concepções de educação, de escola, de escolarização, de instrução, de professor que aparecem nos jornais?
- Como essas informações nos permitem rever criticamente a historiografia da educação brasileira?

#### **3.1 Sobre a primeira edição**

A primeira edição disponível deste jornal data de 18 de março 1933. Apesar de não tratar diretamente do tema “educação”, tem trechos que valem ser destacados para que possamos compreender a forma de apresentação do editorial e o seu posicionamento. Logo de início, vale observar duas sentenças que irão aparecer em todas as edições do “A Voz da Raça”:

**Figura 5 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 01)**



O preconceito de côr no Brasil só nós os negros o podemos sentir...  
Isautino Veiga dos Santos

**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

**Figura 6 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 01)**



**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Ou seja, as premissas da linha editorial são estampadas logo no topo de cada edição. Fazendo jus ao termo “voz” de seu título, este é um jornal de ideologia explícita (mesmo que ora seja conflitante dentro do movimento negro do século XX e ora incomode a um leitor do século XXI).

Estamos falando de um jornal que desde as pequenas coisas (como apresentar receitas domésticas, máximas religiosas ou anúncios de aniversários, casamentos e velórios), até à escrita de artigos que defendam a ideia de patriotismo usando Hitler<sup>36</sup> como exemplo positivo; este é um jornal que vai de 1933 ao final de 1937 (a sua maneira) defendendo os valores ilustrados acima.

Reforçando sempre que não nos cabe dar uma leitura condicionada ao nosso olhar atual de quem está sob a ordem do capital mundializado. Não cabe a leitura que considere o contexto de Capital monopolista – que nos impunham considerar menor a questão nacional (pátria) diante da ordem dos grandes impérios em guerra. Nosso recorte, reporta-nos a um período entre guerras mundiais e a “independência” do Brasil era historicamente recente (tinha apenas 50 anos).

Portanto, defendiam uma intelectualidade negra que precisa ter voz (pois, para o grupo, “*O preconceito de côr no Brasil só nós os negros o podemos sentir...*”). Mas, essa intelectualidade negra, só será válida pra este mesmo grupo, quando sua voz expressar:

- “DEUS” (um cristianismo romântico);
- “PÁTRIA” (um nacionalismo que flerta com o movimento integralista);

---

<sup>36</sup> Nesse sentido, Dias pondera que: “Pensar o fascismo, aliado a institucionalização e a contestação promovida pela FNB traz diversos problemas. Dentre eles, pode-se observar, por exemplo, a recusa crítica dos movimentos negros contemporâneos em construir uma análise que vá além da mera representação que a FNB projeta sobre si mesma. Por isso, pensar a perspectiva fascista e autoritária da FNB, gera demasiado incomodo nos militantes e nas organizações do movimento negro. Talvez por isso, essa temática seja escassa de uma análise crítica” (DIAS, 2017, p.122)

- “RAÇA” (pois esse negro deve aceitar como lei, hino e bandeira as ideias da Frente Negra Brasileira, caso contrário, será “falso negro” – o negro que vai contra a Frente Negra Brasileira seria, então, pior que o branco, como dizem na edição de 15 de julho de 1933); e
- “FAMÍLIA” (já que esse negro deve entender a participação dele nesse coletivo, que possui sua hierarquia, como participante de uma milícia, na qual ele deve incluir todos os seus e alistar nova “Gente Negra”).

Essa análise é reforçada pela leitura de Ariadne Guimarães Dias:

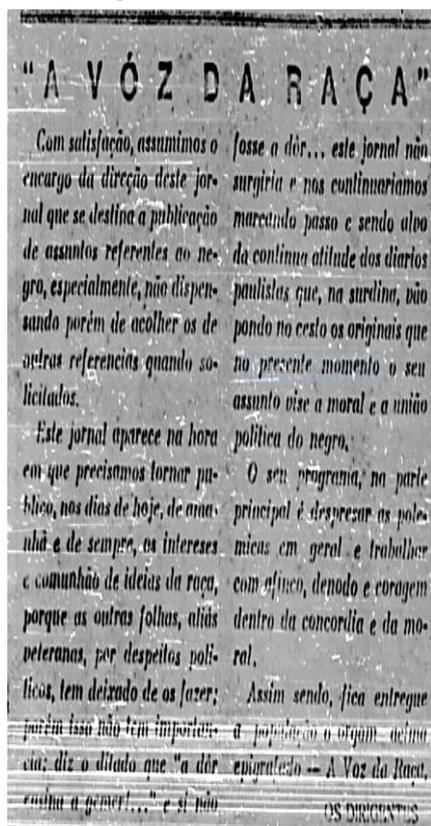
A proximidade do ideário integralista deixou marcas na “A Voz da Raça”, a começar pelo próprio lema: “Deus, Pátria, Raça e Família”, uma adaptação do slogan integralista “Deus, Pátria e Família”. (DIAS, 2017, p.92).

É evidente que colocado seus valores assim, de forma tão taxativa, parece de início que o impresso restringe o sentido de “movimento de luta dos negros”. Esse é um dos perigos de uma leitura anacrônica da fonte, um olhar puramente do século XXI ao que o jornal anuncia como sua propaganda. Primeiro, temos que retomar que a possibilidade de luta dos negros no momento de pós-abolição era a de colocação social e, nesse sentido, a Frente Negra Brasileira representou muito ao movimento, pois a partir deles a falta de acesso à educação (nosso foco), bem como de outros problemas sociais, deixou de ser um problema de iniciativa individual (da família) e passou a ser algo que deveria ser cobrado do Estado. Segundo, reitero, sob todo esse pano de retalhos ideológicos, “A Voz da Raça” apresenta todo um movimento de luta de um grupo negro em defesa da escola pública para todos.

A historiografia que analisou a imprensa negra a considerou “embranquecida”. Mas talvez tenham, ao contrário, buscado afirmar valores que eram, no período, símbolos de uma cidadania almejada para todos - e que incluía, além da educação, um comportamento moral e social regrado e comedido. Uma busca que não pode sair vitoriosa, pois todos os negros estavam irremediavelmente colocados sob suspeita, fossem eles “pretos” ou “homens de cor”. (TIEDE, 2006, p. 162).

Seguindo a mesma edição de abertura, temos:

**Figura 7 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 01)**



**“A VÓZ DA RAÇA”**

Com satisfação, assumimos o encargo da direção deste jornal que se destina a publicação de assuntos referentes ao negro, especialmente, não dispensando porém ele acolher os de outras referencias quando solicitados.

Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar publico, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de ideias da raça porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeito de os fazer: porém isso não tem importancia; diz o ditado que “a dôr ensina a gemer!...” e si não fosse a dôr... este jornal não surgiria e nos continuaríamos marcando passo e sendo alvo da continua atitude dos diários paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o seu assunto vise a moral e a união politica do negro.

O seu programa, na parte principal é desprezar as polemias em geral e trabalhar com afinco, denodo e coragem dentro da concordia e da moral.

Assim sendo, fica entregue a população organ acima epigrafado – A Voz da Raça.

OS DIRIGENTES

**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Neste texto de apresentação, os dirigentes demonstram que têm certa noção do quanto são diferenciados dos periódicos elaborados até então (representam uma cisão tanto na imprensa negra quanto na imprensa geral). É um texto de abertura que reforça a hierarquia da organização da Frente Negra Brasileira (no uso de termos como “quando solicitado”) e que, curiosamente, anuncia como “programa” o fugir das polêmicas, quando sua própria criação já é uma forma de contestação.

Na verdade, eles tocariam em todas as polêmicas que surgiriam naquele universo, porém, não aceitariam o debate. Isso, como veremos mais adiante, fará com que surjam jornais de embate ao “A Voz da Raça”.

Já lançada nesse texto inicial e, agora, reforçada no próximo recorte, “A Voz da Raça” traz a ideia de o negro ter como dever (seja pelo nacionalismo, pela religiosidade, pelo embate ou filiação política) buscar ter consciência de sua negritude e buscar o devido posicionamento diante dela, ou seja, reescrevendo sua história com o compromisso com o presente, o passado e o futuro.

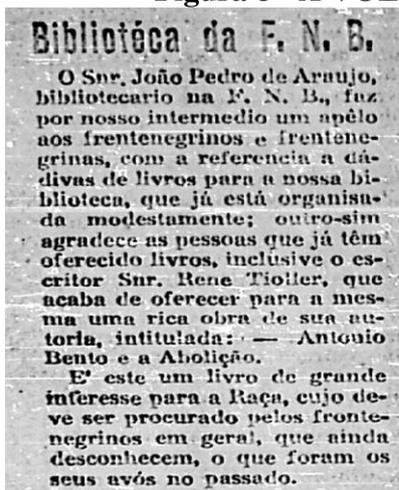
Por isso, a educação será tão valorizada como vetor de consciência, colocação e elevação desse negro na sociedade moderna, que o excluí institucionalmente.

Seguindo a leitura do mesmo periódico, encontra-se um texto direcionado ao fretenegrinos (ANEXO B). Nele, pode-se notar logo na primeira linha a grande preocupação com a questão da nacionalidade brasileira.

Além disso, apresenta a associação da ideia de que defender a “gente preta” é defender a pátria, num misto de lutas por direitos e obediência extrema. Arlindo Veiga termina este texto dizendo *“Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caráter; faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLÓRIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO A CIVILIZAÇÃO CRISTÃ HÃO-DE ESPANTAR TODA A AMARICA”* (as letras em destaques são do autor).

Ainda nesta primeira edição, podemos verificar formas de organização da associação que nos permite compreender o trato e o valor dado à instrução dos negros. E também começar a perceber o tipo de projeto que se almejava para a instrução da comunidade negra paulista.

**Figura 8 - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 04)**



#### BIBLIOTECA DA F.N.B.

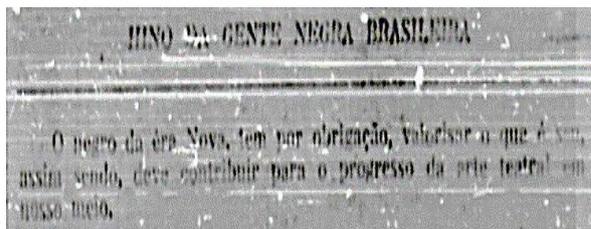
O Sr. João Pedro de Araujo, bibliotecário na F. N. B., faz por nosso intermédio um apelo aos fretenegrinos e fretenegrinas, com a referencia a dádivas de livros para a nossa biblioteca, que já está organizada modestamente; outro-sim agradece as pessoas que já têm oferecido livros, inclusive o escritor Snr. Rene Tioller, que acaba de oferecer para a mesma uma rica obra de sua autoria, intitulada: - Antonio Bento e a Abolição.

É este um livro de grande interesse para a Raça, cujo deve ser procurado pelos fretenegrinos em geral, que ainda desconhecem, o que forma os seus avós no passado.

FONTE: Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Sobre esta primeira edição, por fim, destaco que será frequente a divulgação de festivais literários e musicais – patrocinados pela “Comissão de Festas”. E vale destacar que em todos serão feitas a seguinte ressalva:

**Figura 9 - VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 04)**



#### HINO DA GENTE NEGRA BRASILEIRA

O negro da era Nova, tem por obrigação valorisar o que é seu, assim sendo, deve contribuir para o progresso da arte teatral em nosso meio.

FONTE: Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Essas iniciativas de organização de uma biblioteca e de eventos culturais, marca um momento importante para a luta dos negros por acesso à educação. Como trás Petrônio Domingues (2008), ao pesquisar as primeiras experiências de escolas para negros depois da abolição, o movimento negro tratou de organizar suas próprias escolas:

Não há consenso acerca das razões que levaram os negros a criar suas próprias escolas. Uma das hipóteses é que a disputa por um “lugar ao sol” entre os vários grupos étnicos que viviam em São Paulo se operava num clima de tensão. Assim, quando criavam suas próprias escolas, os negros expressariam seu esforço em se organizar, a fim de defender-se naquela disputa (DEMARTINI, 1989, p. 52-53). Outra explicação é que essas escolas foram uma resposta da população negra à discriminação racial que vicejava na rede de ensino. (DOMINGUES, 2008, p. 519).

O que Domingues (2008) aponta é que, apesar de diversas tentativas, as iniciativas de consolidar uma unidade educacional voltada aos negros era sempre rapidamente encerrada. Pode-se enumerar diversas tentativas, todas finalizadas em tempo relativamente curto. Apenas cinco dias depois da abolição da escravidão (ou seja, 18 de maio de 1888), já era fundada a Sociedade Beneficente Luís Gama, em Campinas. Houve o “colégio” São Benedito, iniciativa do professor negro Francisco José de Oliveira de, em 1902, alfabetizar os filhos dos negros e mulatos. O jornal *O Baluarte* teve, em 1903, um curso preparatório que depois foi incorporado à Federação Paulista dos Homens de Cor. Em 1908, em Campinas, o *Almanaque* também divulga uma tentativa formar uma unidade educacional junto à Irmandade São Benedito. Em São Paulo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos também tentava levar sua iniciativa divulgando, em 1907, aulas em períodos diurnos e noturnos. Houve, também, as iniciativas de algumas sociedades beneficentes, como a Associação Beneficente Centro da Federação dos Homens de Cor (abrindo a escola São Benedito) e a Sociedade Beneficente Amigos da Pátria (responsável pela escola Progresso e Aurora). Ainda que esta última tenha sido a de maior longevidade, estima-se que não tenha fechado em 1929. Este é um breve retrato dos percalços que enfrentava qualquer iniciativa de formalização de uma educação voltada à população negra.

Neste cenário, as iniciativas da Frente Negra, divulgadas nas páginas do *A Voz na Raça*, demonstra a força do grupo em realizar algo que de extrema dificuldade na época e sem o amparo de instituições religiosas e/ou beneficentes.

A FNB foi resultado do acúmulo de experiência organizativa dos afro-paulistas. De 1897 a 1930, contabilizou-se cerca de 85 associações negras funcionando na cidade de São Paulo, sendo 25 dançantes, 9

beneficentes, 4 cívicas, 14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos (Domingues, 2004, p. 329). Entre as diversas associações que existiram nesse período, o Centro Cívico Palmares (1926-1929) foi uma das mais proeminentes, seja pela proposta de elevação política, moral e cultural, seja pelo grau de mobilização política da comunidade negra. Outrossim, foi essa associação que desenvolveu uma importante iniciativa educacional: a criação de uma escola com certa estrutura pedagógica. Funcionando na sede da entidade, as aulas ocorriam nos períodos diurno e noturno. Ensinava-se a ler, a escrever e a contar, bem como gramática, geografia, história, aritmética e geometria, entre outras disciplinas. Para as mulheres, ensinavam-se prendas domésticas. De acordo com matéria publicada no jornal Progresso, o Centro Cívico Palmares chegou a ter um “curso secundário que contava com um afinado corpo docente preto”, de lá saíram alguns alunos que ingressaram nas “escolas superiores do país” (Progresso, 24 mar. 1929, p. 2). Mantendo ainda uma biblioteca e promovendo palestras culturais periodicamente, a entidade refletiu o amadurecimento do incipiente movimento negro em São Paulo, tendo sido o embrião da FNB.

Logo, esta primeira edição já nos traz muito dos principais elementos para a análise proposta neste trabalho.

### 3.2 Sobre a organização do jornal “A Voz da Raça”

Como já foi dito aqui, a Imprensa Negra surge como estratégia de comunicação do movimento negro. Neste sentido, a organização dos bastidores da publicação de um jornal faz parte também desta estratégia de luta. Como é abertamente declarado pela Frente Negra Brasileira (agremiação que dá suporte ao jornal aqui estudado), a inclusão social dos negros é o mote central da luta deste movimento. Sendo assim, a estratégia de organização escolhida é a de estruturar as instâncias de poder do próprio grupo com hierarquias e tramites tais como a do governo de Estado vigente.

Para a melhor compreensão disto, a 5ª edição de “A Voz da Raça” vale ser destacada, pois, é nela que é publicada o Estatuto da Frente Negra (versão na íntegra anexa a este trabalho – **ANEXO C**). Neste estatuto, marcando sua validade e funcionalidade, é pontuado, em seu artigo primeiro, que: “*Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.*”. Estabelecendo, em seu artigo segundo, que: “*Pódem pertencer à “FRENTE NEGRA BRASILEIRA” todos os*

*membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional”.*

Ao se identificar como um grupo para a “*união política e social da Gente Negra Nacional*”, a FNB (pelo “A Voz da Raça”) deixa claro que o intuito institucional é buscar a união da população negra para a luta por direitos. Porém, o estatuto deixa claro que, para este grupo, a superação de sua segregação social deveria passar pela institucionalidade desta união, pela luta dentro da legalidade rígida do Estado e a do próprio grupo. Assim, “*esse aspecto da luta da FNB contra as condições econômicas e sociais do negro consistia sobretudo numa ‘revolta dentro da ordem’.*” (DIAS, 2017, p.120).

Uma vez colocada em pauta a questão da inserção dos negros na sociedade de classes, a FNB assume, como sua política, o alcance da ascensão social. Esta perspectiva, colocada numa articulação autoritária, é o que fica claro nos terceiro e quarto artigos do estatuto:

Art. 3º - A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.

§Único – Para execução do art. 3º. criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.

Art. 4º - Como força política organizada, a “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro.

Os direitos políticos são claramente definidos no artigo 4.º dos estatutos, que previa a organização da Frente como “força política organizada” para pleitear “dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro”. Nesse sentido, a educação e especialmente a alfabetização forneceria o passaporte ao título de eleitor que viabilizaria a participação política.

Ainda no intuito de melhor compreender a organização por de trás dos impressos de “A voz da raça”, vale destacarmos um recorde da segunda edição do jornal (de 25 de março de 1933 – **ANEXO D**). O senhor Austregésilo de Athayde (1898-1993), a quem o jornal se dirige, era um jornalista de prestígio social (em 1951, é nomeado à Academia Brasileira de Letras).

Em 25 de fevereiro de 1932, Austregésilo de Athayde — um jornalista e cronista respeitado — publicou um artigo no Diário da Noite para

desferir um ataque público à gremiação. “A ideia de formar uma Frente Negra Brasileira é ridícula e terá de morrer por falta de ambiente.” Ela, que nasceu em São Paulo, resultaria das “maquinações obscuras dos agentes moscovitas”, que estariam recrutando “brasileiros inexpertos e ingênuos, que, sem o saber, servem de instrumento às mãos de mercenários bolchevistas”. A partir dessa avaliação, Athayde aconselhava, em tom paternalista: “os negros brasileiros recusem-se a colaborar com os inimigos do nosso país”. No desfecho de seu artigo, o jornalista insistia: “Peço aos nossos patrícios negros do Rio de Janeiro que se abstenham de dar mão forte a essa ‘frente’, que deseja apenas fomentar discórdias num país [...] exemplar pela ausência dessa irritante questão de raças.” (DOMINGUES, 2018, p.334).

Por sua vez, Arlindo Veigas dos Santos (1902-1978), já citado anteriormente, é quem redige o texto materializando o posicionamento do *A Voz da Raça*, foi uma das principais lideranças negras na primeira metade do século XX. Arlindo Veiga Santos, configura-se num perfil importante para compreensão das ideias (por vezes conflituosas) defendidas nas páginas do *A Voz da Raça*. Em seu ativismo político, comungam o movimento negro e as defesas de ideias monarquistas. Como DOMINGUES (2006) aponta, “*Veiga dos Santos reifica a tradição de um setor da população negra brasileira manter, no período republicano, simpatia pela monarquia*”.

Destaca-se também neste recorte de 1933 (ANEXO D) no qual pode-se debater os intuítos declarados pela organização. Nesse artigo, fica claro a luta dos representantes da FNB para tirar o caráter de clandestinidade que muitos insistiam em atribuir à associação de negros. Nesse texto, é estampado categoricamente o intuito da luta pela integração negra nas esferas “*política, social, religiosa, econômica, operaria, militar, diplomática, etc*” e deixa claro que esta integração se dará pelo processo de formação (*física, técnica, intelectual e moral*) deste mesmo grupo. Nesse sentido, o texto deixa claro que o grupo compreende que a formação e conseqüente inserção social passa por uma revisão política.

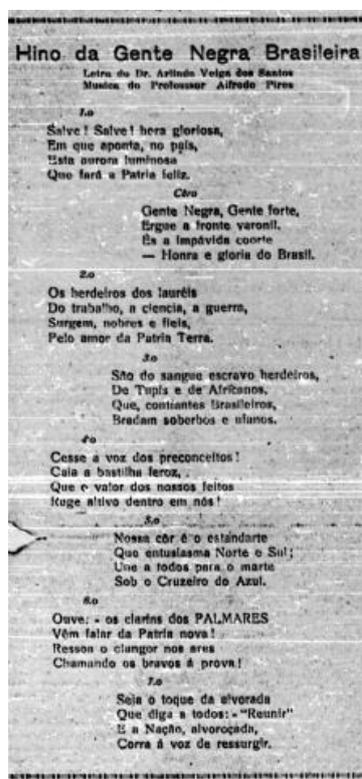
Em outro artigo do mesmo editorial, intitulado “*O Brasil ainda é dos brasileiros*” (na íntegra no ANEXO E) fica também explicitado, dialogando com os discursos nacionalista da época, que o objetivo da elevação moral e intelectual dos negros é a representatividade política nesse projeto de nação, para que o negro seja reconhecido na noção de brasilidade e que, para ele, também caiba os direitos e as políticas públicas. Artigo assinado por João B. Mariano, bem coloca que: “*A realidade fretenegrina não é mais do que a INTEGRALIZAÇÃO DO NEGRO nas coisas politicas e sociais, direitos esses que ninguém pode tirar; e não permitir, de forma alguma, que o negro ou mestiço,*

*seja preterido pelo elemento estranho, audácia essa que vinha sendo até não ha muito, como era publico e notorio, dentro e fóra de quasi todas as repartições publicas do governo da Republica do Brasil, notavelmente em S. Paulo, a grande Capital que viu, com lagrimas de sangue a passagem de exércitos infindáveis de negros em demanda de Campinas e Itú, os maiores mercados da escravidão brasileira. Ao negro, aquém o Brasil deve a sua formação, nunca se lhe deveriam fechar as portas”.*

### 3.3 Sobre as questões históricas e ideológicas

Destaco aqui a 7ª edição, pois nela ocorre a apresentação do hino da Frente Negra a partir do qual podemos refletir acerca de algumas concepções. Escrito por Arlindo Veiga dos Santos e musicado pelo Professor Alfredo Pires, o hino apresenta na sua elaboração poética o estilo prestigiado como culto pela elite (branca) intelectual do período. Logo, percebe-se que a instituição, até nas composições que a simbolizaria (assim como foi, por exemplo, no regimento da instituição), preza seguir os padrões formais valorizados pela elite branca e de referências europeias.

**Figura 10 - A VOZ DA RAÇA, 29 de abril de 1933 (página 03)**



Hino da Gente Negra Brasileira  
Letra de Dr. Arlindo Veiga dos Santos  
Musica do Professor Alfredo Pires

1.º  
Salve! Salve! hera gloriosa,  
Em que aponta, no país,  
Esta aurora luminosa  
Que fará a Pátria feliz.  
Côro  
Gente Negra, Gente forte,  
Ergue a Fronte varonil,  
És a Impávida coorte  
- Honra e glória do Brasil.  
2.º  
Os herdeiros dos lauréis  
Do trabalho, a ciencia, a guerra,  
Surgem, nobres e fieis,  
Pelo amos da Pátria Terra.  
3.º  
São do sangue escravo herdeiros  
De Tupis e de Africanos,

Que, confiantes Brasileiros  
Bradam soberbos e ufanos.  
4.º  
Cesse a voz dos preconceitos!  
Caia a bastilha feroz,  
Que o valor dos nossos feitos  
Auge ativo dentro em nós!  
5.º  
O Nossa côr é o estandarte  
Que entusiasmo Norte e Sul;  
Une a todos para o marte  
Sob o Cruzeiro do Azul.  
6.º  
Ouve: - os clarins dos Palmares  
Vêm falar da Pátria nova!  
Ressoa o clangor nos ares  
Chamando os bravos á prova!  
7.º  
Seja o toque da alvorada  
Que diga a todos: - "Reunir"  
E a Nação, alvoroçada,  
Corra á voz de ressurgir.

Associando a imagem do negro à força e trabalho, o Brasil, conseqüentemente, aparece valorizado por sua terra. Trabalho, ciência e guerra aparecem como elementos que fortaleceriam a imagem do negro como fiel e nobre. A ideia de miscigenação aparece ao reconhecer os indígenas e os descrevem também como um grupo escravizado. Vale observar que apenas a organização de Palmares é destacada diretamente como evento histórico, nenhuma figura individual é ressaltada, é enaltecida a força da reunião, do coletivo.

Ainda na mesma edição, marcando posicionamento ideológico de quem acredita ser necessário que se revise a história oficial. Usando a imagem de um ancião que planta uma árvore cujos frutos só as gerações futuras poderiam usufruir, o texto (**ANEXO F**) declara o compromisso daquele movimento negro com o passado, com o presente e com o futuro. É declarado que:

O espírito liberal e democrático, estragador de todas as pátrias, pejado sempre de doutrinas exóticas e estupidas, espírito que entrega o destino nacional à sabença ridícula e apressada de meia-dúzia eleita pelo sufrágio universal, desconhece a verdade das razões do octogenário da história. Assim, vive êle tentando experiências sociais e políticas de todo feitio, sem solidariedade com a Tradição nacional, sem amor as realidades da Terra e da Raça, sem querer conservar o bem do passado, desprezando somente a parte má, que sem dúvida não deve ser guardada.

Nós, Fretenegrinos, temos o soberbo espírito da Nação e, daí, ficarmos indignados contra tudo quanto vai contra ela. Não compreendemos essa idiotice de separatismo, de internacionalismo e outros muitos ismos criminosos que andam por aí, cheios de pompa e arrogância.

Assim, a ideologia apresentada vai justificando a forma de agremiação colocada como a única possível para se honrar a identidade negra. Pois aquele que desta organização se opunha, não era reconhecido como “da raça”. Por fim, ainda em publicação de 25 de março de 1933 (**ANEXO G**), Joaquim Pedro Kiel deixa claro que a defesa da integração social defendida ideologicamente como pauta política, passa pela instrução do povo negro. Para Kiel a falta de instrução dos negros faz com que eles não possam garantir seus direitos e, do ponto de vista das políticas públicas, pontua que:

Há, houve e haverá ainda muita lei incompleta no Brasil, resultantes quasi todas da pressa com que são elaboradas, aprovadas e promulgadas.

Porém, nenhuma, talvez, se compare, neste particular, á de 13 de Maio de 88. De que cogitou essa lei?

De somente permitir que os pretos, dali em diante, não fossem mais escravos ou cogitava de integrar na população livre uma grande

massa de brasileiros que mais haviam trabalhado pelo progresso e grandeza nacional?

Evidentemente era esse ultimo proposito o dos autores da referida lei, mas forçoso é confessar-se que esse desideratum não foi alcançado e que a lei foi muito falha.

Os infelizes cativos eram totalmente analfabetos e o cativoiro cruel os havia quasi irracionalizado, apesar da sua fibra formidavelmente robusta. Ora, o que aconteceu, quando estes pobres homens se viram livres do humilhante servilismo?

Eram iguais aos brancos perante a lei, mas, desconhecedores dos seus direitos, incapazes de preverem os reais proventos que poderiam tirar do seu trabalho, continuaram a labutar estoicamente nos mais rudes serviços, sempre submissos, sempre humilhados, sempre em condições inferiores.. A raça negra em nosso paiz foi a mais devastada pelo álcool, a mais explorada pelos argentartos, a que sempre foi procurada para servir ao capanguismo, o qual, a troco de um punhado de ouro, explorava e ainda explora a sua bravura indômita.

E tudo isso se dá, porque a lei que libertou os pretos não cuidou de os instruir, de os elevar mental e moralmente.

Assim, trazendo explicitamente os elementos da “agremiação”, “levantamento moral e social” e “formação racial” para, ainda que carregada de uma retórica romântica, colocar o papel da instrução como reparo histórico. A FNB registra nas páginas do “A Voz da Raça” o papel da organização em preencher esta lacuna deixada pelo Estado na educação formal dos negros.

Assim, para em seguida melhor compreender o movimento de luta por educação aos negros, destacamos que A sessão “Aos Irmãos da Raça” (ANEXO J), que comumente abordava questões de comportamento, vem trazer nesse editorial a proporção política que é dada pela articulação do grupo. Vale observar que isso é feito imbuído por concepções do seja o homem explicitadas nas seguintes linhas:

O homem primitivo, quer seja branco, quer seja negro, sabe analisar o seu direito e é convicto de que é o Senhor de todas as couzas existentes em seu meio.

Sabe que é o homem o poder e as leis.

Sabe que é o homem o alicerce do trabalho físico e intelectual.

Sabe que o home é o aluno e o mestre.

Finalmente sabe, que o homem é o Operario e o Diretor.

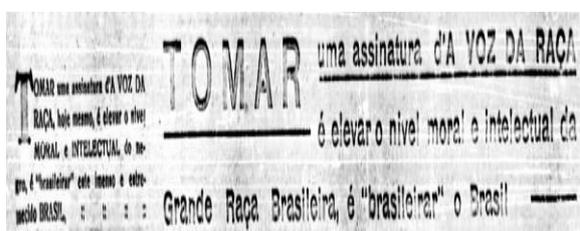
### **3.4 “A Voz da raça” e a questão da educação**

Desde o início deste trabalho, buscamos compreender a relação, exposta nas páginas da Imprensa Negra, entre a luta por uma integração social efetiva dos negros e a reivindicação, desse mesmo grupo, por acesso à educação escolar, para, então, melhor

entendermos a relação da imprensa com o movimento negro, com as lutas populares pela educação e com as configurações tomadas pela educação na década de 1930.

É nesse ponto que podemos, então, compreender que a perspectiva do grupo aqui analisado era integracionista. Para alcançar as mudanças que a organização almejava aos negros de todo o Brasil, sobretudo aos seus afiliados, era defendida nas páginas do “A Voz da Raça” a ideia da formação integral do homem. Oferecendo aos associados suporte desde o âmbito jurídico até o cultural, nos recortes dessa imprensa são revelados os anseios desse grupo por diversos direitos sociais (como trabalho e igualdade de tratamento), a educação é dada como central e estratégica na melhoria da situação dos membros da associação. Assim, estampava, já no início de suas publicações, a elevação intelectual colocada como um de seus principais focos:

**Figura 11 - A VOZ DA RAÇA, 08 de julho de 1933**

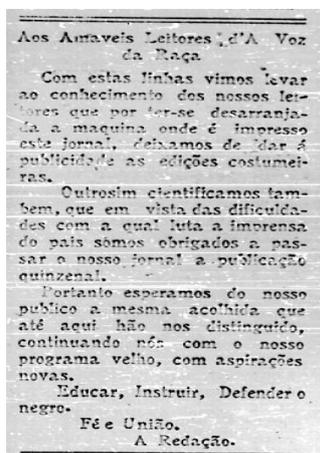


Tomar uma assinatura d’A VOZ DA RAÇA, hoje mesmo, é elevar o nível MORAL e INTELLECTUA do negro, é “brasileirar” este imenso e estremecido BRASIL. TOMAR uma assinatura d’AVOZ DA RAÇA é elevar o nível moral e intelectual da Grande Raça Brasileira, é “brasileirar” o Brasil.

**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Ainda que enfrentando a precariedade material, infelizmente comum aos movimentos negros (mesmo sendo, a FNB, a maior organização dessa ordem no país), nunca deixaram de explicitar o lema que nos dá a dimensão do lugar e da proporção que a educação tomava no projeto de luta deles:

**Figura 12 - A VOZ DA RAÇA, 05 de agosto de 1933, (página 01)**



Aos amáveis leitores d’A Voz da Raça  
Com estas linhas vimos levar ao conhecimento dos nossos leitores que por ter-se desarranjada a maquina onde é impresso este jornal, deixamos de dar a publicidade as edições costumeiras.

Outrossim cientificamos também, que em vista das dificuldades com a qual luta a imprensa do país somos obrigados a passar o nosso jornal a publicação quinzenal.

Portanto esperamos do nosso publico a mesma acolhida que até aqui não nos distinguido, continuando nós com o nosso programa velho, com aspirações novas.

Educar, instruir, defender o negro.

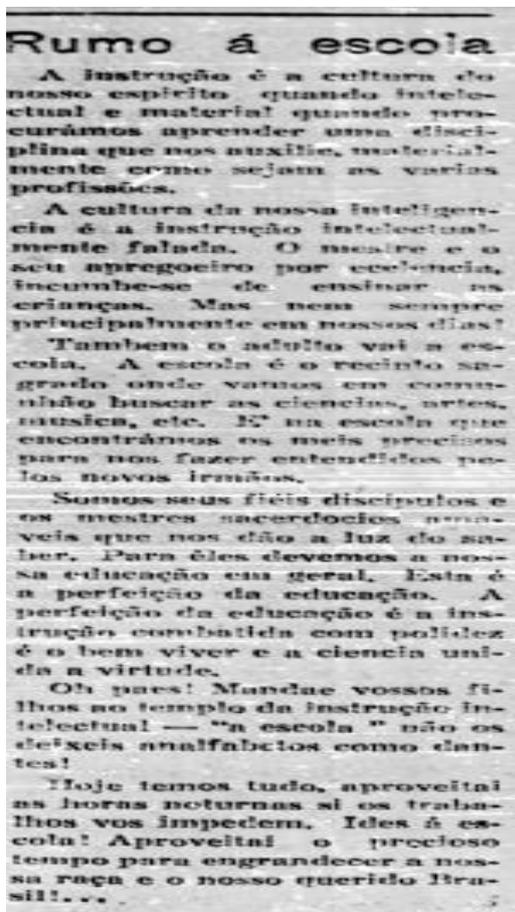
Fé e união.

A Redação.

**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Mantendo sempre um tom otimista quanto ao futuro e às possibilidades de conquista, muito pelo esforço individual, é comum encontramos dizeres como o seguinte:

**Figura 13 - A VOZ DA RAÇA, 17 de junho de 1933**



#### Rumo á escola

A instrução é a cultura do nosso espirito quando intelectual e material quando procurámos aprender uma disciplina que nos auxilie, materialmente como sejam as varias profissões.

A cultura da nossa intelligencia é a instrução intellectualmente falada. O mestre e o seu apregoeiro por ecelencia, incumbe-se de ensinar as crianças. Mas nem sempre principalmente em nossos dias!

Tambem o adulto vai a escola. A escola é o recinto sagrado onde vamos em comunhão buscar as ciencias, artes, musica, etc. É na escola que encontrámos os meis preciosos para nos fazer entendidos pelos novos irmãos.

Somos seus fiéis discipulos e os mestres sacerdócios amaveis que nos dão a luz do saber. Para eles devemos a nossa educação em geral. Esta é a perfeição da educação. A perfeição da educação é a instrução combatida com polidez é o bem viver e a ciencia unida a virtude.

Oh paes! Mandae vossos filhos no templo da instrução intellectual — "a escola" não os deixeis analfabetos como dantes!

Hoje temos tudo, aproveitai as horas noturnas si os trabalhos vos impedem. Ides á escola! Aproveitai o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido Brasil!...

**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Esse otimismo é sustentado pelos acontecimentos históricos do período, mais uma vez com a cautela de não lançar um olhar desajustado aplicando os valores de hoje. Na contextualização feita neste trabalho, apontamos que a década de 1930 é marcada pelo desejo expresso de modernização, isso feito em todas as manifestações culturais, sociais, políticas, econômicas (mesmo que, na prática, feita em conciliação com as elites oligárquicas). Esse espírito de modernização não deixou de tomar a população negra, uma vez que o movimento negro compreendia que a inserção social aconteceria se o negro acompanhasse esses novos processos. Também cabe lembrar que a participação dos negros em movimentos tais como a Revolução de 30 mudou significativamente as configurações do próprio movimento negro. Assim, os dizeres otimistas quanto as

possibilidades do negro se manter menos segregado das oportunidades e programas voltados à educação, mesmo que ainda calcados sobre a ordem do esforço individual, era um gesto de princípio ao que se configurará como uma luta mais sólida e direta pelos direitos à educação formal – logo, a relutância, neste trabalho, em concordar com aqueles que interpretam o período de fechamento da FNB e o momento de desarticulação do movimento negro oriundo da ditadura Vargas (a partir de 1937) como um fracasso; aqui, entende-se que não cabe o termo “fracasso” para algo que, de alguma forma, consolidou futuramente a luta. Corroborando no mesmo sentido, sobre esse posicionamento estratégico da formação para o alcance deste ideal de modernização, temos um recorte (**ANEXO H**) do mesmo ano.

Nesse sentido, de compreender o educar e o instruir como uma defesa estratégica do negro para esse grupo, a edição de 08 de julho de 1933 (**ANEXO I**) sintetiza muito bem o entendimento e o posicionamento do grupo em relação ao que compreendem por educação. Nela é colocada a importância das articulações oriundas da Revolução de 1930 ao movimento negro e deixa claro que o entendimento de que a necessidade de um melhor posicionamento político está, sim, diretamente atrelada à necessidade de instrução deste mesmo grupo. Contudo, com a preocupação já posta (e inúmeras vezes repetida) nesta dissertação de não impor aos recortes uma leitura anacrônica, cabe observar os termos em que esta percepção da necessidade de instrução dos negros é colocada.

Nesse recorte de 08 de julho de 1933, é diretamente apontada a falta de recursos para a instrução das pessoas negras. Porém, naquilo que hoje posso reconhecer como a manutenção de certa ordem da lógica escravista, é pontuado como a “falta de recompensa” pelos “trabalhos físicos” que os negros dão ao país. Assim, seria pela “fé inabalável” que alguns negros buscavam estudar mesmo com a total escassez de recursos. Nessa lógica de que a educação é alcançada pelo esforço individual (do “querer é poder”) e que dela se alcançará uma “evolução” (termo usado neste recorte e comumente encontrado na leitura dos editoriais), é que a educação passada de um negro ao outro, não como projeto de uma educação própria, mas como uma improvisação desta colocação social irá ganhando terreno. Aqui, o termo “improvisação” não é no sentido de algo mal feito, é mais usado no sentido de um projeto de formação que nasce da própria escassez de recurso e que nela vai se adaptando. O que podemos compreender melhor ao notarmos que o texto nos apresenta esta imagem de um “guiador negro” como o formador/educador e a instrução é apresentada em analogia às cruzadas.

O trabalho educativo era feito de forma que os alunos das primeiras letras acabavam por se manter dentro da associação após a conclusão do curso e até mesmo trabalhavam como professores alfabetizadores ou em outros cursos, de formação social e formação política (FERREIRA, 2011, p. 7).

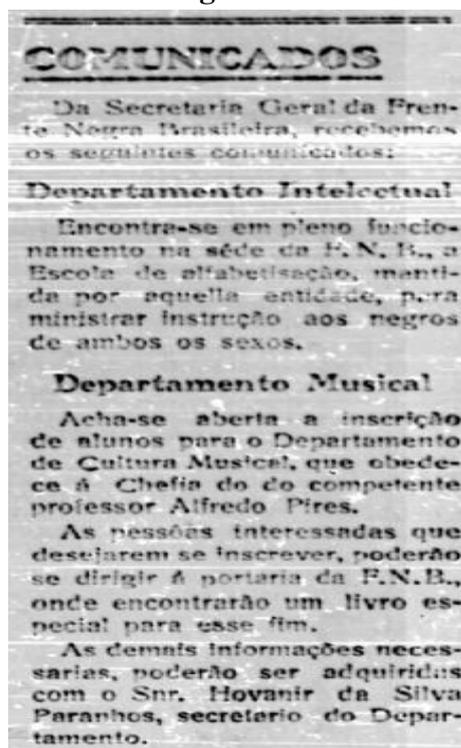
Também não ignoramos o fato de que a FNB simbolizou uma mudança no movimento negro no entendimento da educação como algo a ser reivindicado ao Estado, como já dito anteriormente neste trabalho, porém, o recorte analisado (ANEXO K) demonstra os pontos de partidas que o grupo teve para essa maior compreensão da própria luta pelo direito à educação formal.

Por fim, é nesta edição de 25 março de 1933, que há a primeira menção à escola da Frente Negra. Sobre isso, recorro novamente à pesquisa de Domingos (2008):

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, a “paulicéia desvairada” foi palco de um processo acelerado de urbanização, industrialização e de um amplo crescimento do setor de serviços. No terreno educacional, a cidade abrigava a expansão da rede de ensino, a qual era formada por diferentes tipos de escolas: pública, particular, leiga, religiosa, profissionalizante, de prendas domésticas. Foi nesse contexto que emergiram escolas para os diversos grupos específicos, dentre as quais aquelas destinadas à “população de cor”. (DOMINGUES, 2008, p. 519)

Assim, podemos conferir essa primeira menção:

**Figura 14 - A VOZ DA RAÇA, 25 de março de 1933 (página 02)**  
**COMUNICADOS**



Da Secretaria Geral da Frente Negra Brasileira, recebemos os seguintes comunicados:

#### **Departamento Intelectual**

Encontra-se em pleno funcionamento na séde da F.N.B., a Escola de alfabetisação, mantida por aquella entidade, para ministrar instrução aos negros de ambos os sexos.

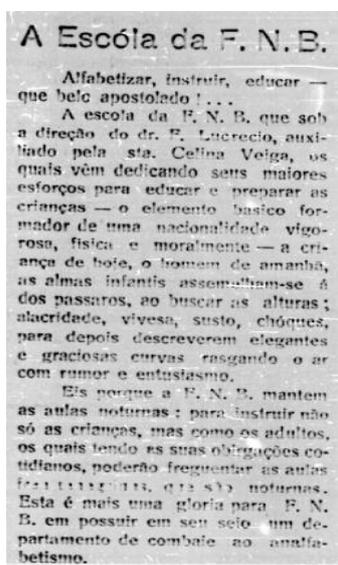
#### **Departamento Musical**

Acha-se aberta a inscrição de alunos para o Departamento de Cultura Musical, que obedece á Chefia do do competente professor Alfredo Pires.

As pessoas interessadas que desejarem se inscrever, poderão se dirigir á portaria da F. N.B., onde encontrarão um livro especial para esse fim. As demais informações necessárias, poderão ser adquiridas com o Snr. Hovanir da Sila Paranhos, secretario do Departamento.

O seguinte recorte de 1934 deixa claro os objetivos da escola da F.N.B.:

**Figura 15 - A VOZ DA RAÇA, 28 de abril de 1934 (página 04)**



A Escóla da F.N.B.

Alfabetizar, instruir, educar – que belo apostolado! ...

A escola da F.N.B. que sob a direção do dr. F. Lucrecio, auxiliado pela sta. Celina Veiga, os quais vêm dedicando seus maiores esforços para educar e preparar as crianças – o elemento básico formador de uma nacionalidade vigorosa, física e moralmente – a criança de hoje, o homem de amanhã, as almas infantis assemelham-se á dos pássaros, ao buscar as alturas; alacridade, vivesa, susto, choques, para depois descreverem elegantes e graciosas curvas rasgando o ar com rumor e entusiasmo.

Eis porque a F.N.B. mantem as aulas noturnas: para instruir não só as crianças, mas como os adultos, os quais lendo as suas obrigações contidianos, poderão frequentar as aulas frenenegrinas que são noturnas. Esta é mais uma gloria para F.N.B. em possuir em seu seio um departamento de combate ao analfabetismo.

**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Assim, são percebidos por esses recortes, alguns dos preceitos proclamados para esse projeto pedagógico. A escola da F.N.B. acaba sendo uma iniciativa da associação por atender as demandas de um grupo que não era beneficiado pelas estruturação do sistema de ensino promovida na década de 1930. Lembrando que, a partir da Revolução de 30, o governo toma medidas mais unificadoras no que tange à educação e que, apesar do Manifesto de 32 propor uma educação a todos, a Era Vargas é marcada por uma segregação da educação das elites e a destinada à classe trabalhadora. Dito isso, chama a atenção o fato de mesmo propondo um projeto próprio de formação, este vir marcado por bandeiras e preceitos comuns à educação panfletada pelo governo.

Já de início, a alfabetização, mote das campanhas governamentais, vem também como meta estampada nas páginas do “A Voz da Raça”. Apresentada por Vargas como sendo a “cruzada nacional” (no decreto n. 21.731, de 15 de agosto de 1932) a luta pela alfabetização tinha como pano de fundo a colocação das classes populares nas novas configurações do mercado de trabalho. Não obstante, o ensino noturno, aqui nos recortes apresentado como uma saída à formação dos negros, também era incentivado nos planos de governo à educação pública. Assim como, a partir Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova a alfabetização é tida como fundamental nas políticas públicas, o mesmo

vemos com a leitura do “A Voz da Raça”, a alfabetização ocupando, dentro dos projetos de ensino, um lugar de solucionadora de todos os males.

Também é possível notar, pelos recortes, que a ideia de instrução é também muito próxima do que a educação pública vigente também projetava para si, pelo menos no que é publicado no jornal “A Voz da Raça”. *“Ideias do escolanovismo, apreoadas por Lourenço Filho, estavam registradas nessa abertura como educação centrada na criança, não no mestre, e escola articulada à vida real”* (GUALTIER, 2013, p. 200).

Nesse contexto de uma escola mais vívida é que se valorizavam as atividades como apresentações musicais, saraus e a valorização das bibliotecas – o que também se pode verificar pelos registros no “A Voz da Raça”. Também parece ecoar nas páginas da Imprensa Negra a mesma preocupação que tomava aqueles que propagavam o escolanovismo: uma preocupação com uma formação mais afinada com as mudanças do cenário social do que uma educação mais preocupada em atender os anseios e valores familiares ou de uma comunidade.

Retomo o **Anexo K** e as leituras de Domingues (2008) para compreender que:

O maior e mais importante departamento da FNB foi o de Instrução, também chamado de Departamento de Cultura ou Intelectual. Era o responsável pela área educacional da FNB. (...) O conceito de educação articulado pela entidade era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada freqüentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização. A educação era vista muitas vezes como a principal arma na “cruzada” contra o “preconceito de cor”. (...) Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo. A instrução foi uma das questões mais pautadas da FNB (...). Em quase todas as edições do jornal da FNB encontra-se alusão ao quadro de carência educacional da população negra e à necessidade de ela instruir-se. Geralmente se acreditava que a marginalização do negro no pós-abolição era uma herança da escravidão, que lhe teria entorpecido o potencial intelectual e/ou cultural. Em outros termos, a escravidão teria gerado o despreparo intelectual e/ou cultural do negro para o exercício da plena cidadania no mundo “moderno e civilizado” da República. E tal despreparo só poderia ser revertido pela via da instrução (...). A instrução também seria o principal meio pelo qual o negro adquiriria cultura, que naquela época era entendida como sinônimo de civilidade. (DOMINGUES, 2008, p. 522)

A leitura da Imprensa Negra, buscando compreender a relação do movimento negro com a luta pela educação, fez com que pudéssemos questionar e analisar a percepção que esse grupo tinha em relação a um valor real e um simbólico da Abolição e da Proclamação da República.

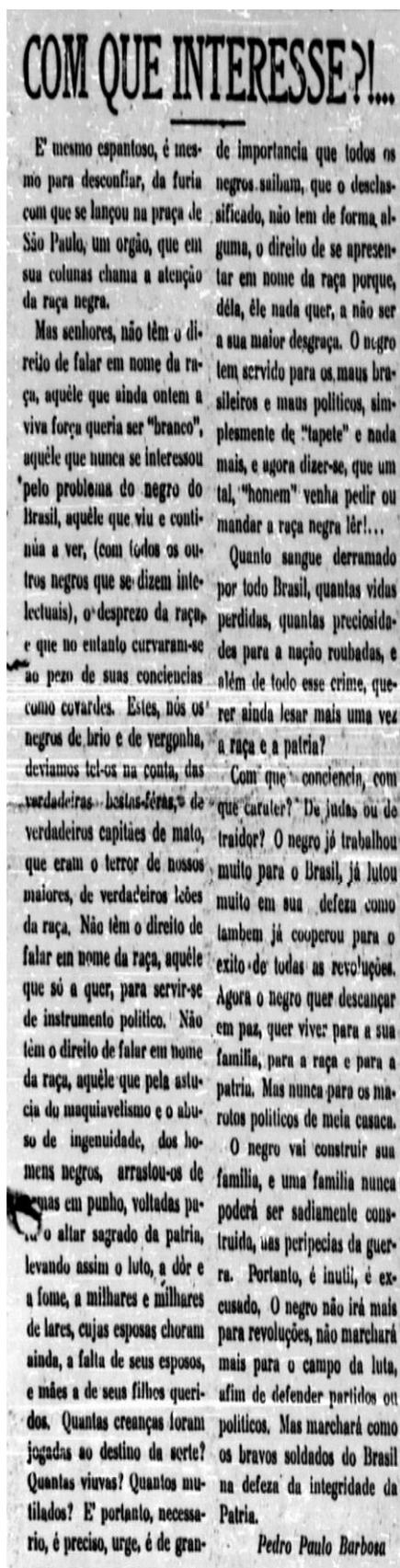
Era, sim, explícita a consciência do movimento negro, aqui na materialidade das páginas do “A Voz da Raça”, à revelia de qualquer interpretação ou versão que venha a dizer sobre qualquer passividade dos negros no período pós-abolição. O recorte a seguir, retrata a consciência de que a Lei Áurea garantiu uma “liberdade” ínfima aos negros uma vez que não deu a esta população nenhum direcionamento no sentido de inserção social. Assim, podemos compreender a centralidade da luta por educação dentro do movimento negro neste período como vetor civilizatório. Nesse sentido, temos, então, a simbólica edição de 13 de maio, da qual, na tentativa de compreender a educação nesses impressos em relação dialética à totalidade, não há como omitir certos recortes (**ANEXO L**).

Nesse movimento de recuperação de fatos históricos pela ótica da F.N.B., destaca-se, também, que, em julho de 1933 (**ANEXO M**), nas páginas do jornal, podia-se ler um texto intitulado “Amor a escravidão”. Nele, Arlindo Veiga dos Santos, declarava seus preceitos de integralização com analogia ao que ocorreu em Palmares. No texto, o sentido de escravidão se estende à compreensão de que a real liberdade se dará com o posicionamento político defendido naquelas linhas.

Na 4ª edição, pode-se observar questionamento sobre certa intelectualidade que serviria como “capitão do mato”, “judas”. Pois, nessa ressignificação dos marcos históricos, compreendendo que a data da abolição ou da mudança de forma de governo não significou, para este grupo, uma transformação estrutural efetiva de suas situações na posição de subalternos e subjugados, isso trouxe uma compreensão, mesmo que pragmática, de que a liberdade (imbuídas de direitos civis) e a modernidade não estaria senão por luta a este grupo. Esse processo de luta que esses marcos impõe a população negra, já que as transformações reais dão para e pela classe dominante, isso interfere no entendimento de identidade e do que seria ser negro.

A F.N.B deixava explícito um entendimento do negro verdadeiro como sendo aquele que com a F.N.B caminhasse, porém, analisando o cenário de maneira mais ampla, as configurações políticas, sociais, econômicas impõe ao movimento essa necessidade de se marcar posturas do que seria a identidade racial que contribuiria para o que eles compreendem como sendo uma evolução da mesma. As páginas do jornal, assim, vão trazendo o é que ser livre para a população “liberta” no Brasil pós-abolição. Como podemos verificar no recorte a seguir:

Figura 16 - A VOZ DA RAÇA, 08 de abril de 1933 (página 01)



## COM QUE INTERESSE?!

É mesmo espantoso, é mesmo para desconfiar, da furia com que se lançou na praça de São Paulo, um órgão, que em sua colunas chama a atenção da raça negra.

Mas senhores, não têm o direito de falar em nome da raça, aquele que ainda ontem a viva força queria ser "branco", aquele que nunca se interessou pelo problema do negro do Brasil, aquele que viu e continua a ver, (com todos os outros negros que se dizem intelectuais), o desprezo da raça, e que no entanto curvaram-se ao peso de suas consciências como covardes. Estes, nós os negros de brio e de vergonha, devíamos tê-los na conta, das verdadeiras bestas-féras, de verdadeiros capitães do mato, que eram o terror de nossos maiores, de verdadeiros leões da raça. Não têm o direito de falar em nome da raça, aquele que só a quer, para servir-se de instrumento político. Não têm o direito de falar em nome da raça, aquele que pela astúcia do maquiavelismo e o abuso de ingenuidade, dos homens negros, arrastou-os de armas em punho, voltadas para o altar sagrado da patria, levando assim o luto, a dor e a fome, a milhares de lares, cujas esposas choram ainda, a falta de seus esposos, e mães a de seus filhos queridos. Quantas crianças foram jogadas ao destino da sorte? Quantas viúvas? Quantos mutilados? É portanto, necessario, e preciso, urge, é de grande importancia que todos os negros saibam, que o desclassificado, não tem de forma alguma, o direito de se apresentar em nome da raça porque, dela, êle nada quer, a não ser a sua maior desgraça. O negro tem servido para os maus brasileiros e maus políticos, simplesmente de "tapete" e nada mais, e agora dizer-se, que um tal, "homem" venha pedir ou mandar a raça negra lêr!...

Quanto sangue derramado por todo Brasil, quantas vidas perdidas, quantas preciosidades para a nação roubadas, e além de todo esse crime, querer ainda lesar mais uma vez a raça e a patria?

Com que consciencia, com que caráter? De judas ou de traidor? O negro já trabalhou muito para o Brasil, já lutou muito em sua defeza como também já cooperou para o êxito de todas as revoluções. Agora negro quer descansar em paz, quer viver para a sua família, para a raça e para a patria. Mas nunca para os marotos políticos de meia casaca.

O negro vai construir sua família, e uma familia nunca poderá ser sadiamente construída, nas peripécias da guerra. Portanto, é inútil, é excusado. O negro não irá mais para revoluções, não marchará mais para o campo da luta, afim de defender partidos ou politicos. Mas marchará como os bravos soldados do Brasil na defeza da integridade da Patria.

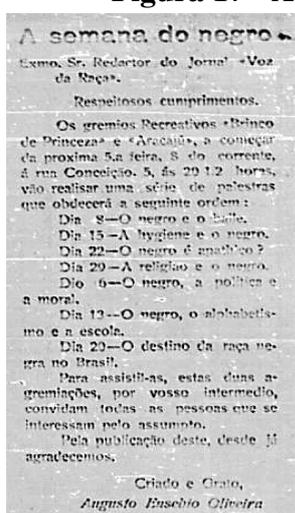
Pedro Paulo Barbosa

No recorte seguinte, podemos observar não apenas a iniciativa de apoio à formação pela leitura com a criação e a manutenção da Biblioteca da Frente Negra Brasileira, como nota-se a influência norte-americana e a valorização da língua tida como clássica no período, o francês. Logo, sobre a Biblioteca, haverá títulos sobre a África ou de autores africanos, por exemplo, mas, em sua maioria, é um acervo que não foge do cânone, do que seria próximo a um currículo escolar hegemônico.

Outra iniciativa da FNB no terreno educacional foi a organização de uma biblioteca. Postulava-se que, para triunfar no campo intelectual, o negro teria obrigatoriamente que “desfolhear boas bibliotecas” (A Voz da Raça, 17 jun. 1933, p. 4). Os livros eram adquiridos principalmente por meio de doações dos associados (Felix, 2001).<sup>18</sup> Em uma delas, Deocleciano Nascimento doou 24 livros, “na maioria, clássicos, nas 18 Marcelino Felix argumenta que, além das doações, a biblioteca da FNB era mantida com recursos provenientes de rifas beneficentes e do pagamento, por parte dos associados, de uma taxa de manutenção. RBE 39.indd 528 10/12/2008 14:16:58 Um “templo de luz” Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008 529 línguas francesa, inglesa e portuguesa” (A Voz da Raça, 8 abr. 1933, p. 1).<sup>19</sup> Em outra, João Pedro de Araújo, o bibliotecário da FNB, não só ressaltou a doação que o escritor Rene Tioller fez de sua obra Antônio Bento e a abolição como também a indicou para leitura. Pedro de Araújo julgava que a obra era de “grande interesse para a Raça” e devia ser procurada pelos “frentenegrinos em geral, que ainda desconhecem o que foram os seus avós no passado” (A Voz da Raça, 18 mar. 1933, p. 4). (DOMINGUES, 2008, p.529)

À luz de tudo que foi até aqui destacado, nota-se, nos próximos dois recortes, que a Frente Negra, valoriza, em sua biblioteca, a adoção de obras que parecem ir no sentido da educação formal dada e valorizada pela cultura hegemônica do período (euro centrada) e que, pelos temas abordados no encontro cujo programa é apresentado a seguir.

**Figura 17 - A VOZ DA RAÇA, 09 de dezembro de 1933 (página 04)**



A semana do negro

Exmo. Sr. Redator do Jornal “Voz da Raça”

Os grêmios Recreativos “Brinco de Princeza” e “Aracaju”, a começar da próxima 5ª feira às 20 12 horas que obedecerá a seguinte ordem:

Dia 8 – O negro e o baile.

Dia 15 – A hygiene e o negro

Dia 22 – O negro é apático?

Dia 29 – A religião e o negro.

Dia 6 – O negro, a política e a moral.

Dia 13 – O negro, o alfabetismo e a escola.

Dia 20 – O destino da raça negra no Brasil.

Para assistil-as, estas duas agremiações, por vosso intermédio, convidam todas as pessoas que se interessam pelo assumpto.

Pela publicação deste, desde já agradecemos.

Criado e Grato, Augusto Eusebio Oliveira.

Figura 18 - A VOZ DA RAÇA, 08 de abril de 1933 (página 01)

**Biblioteca da F. N. B.**

O sr. Deocleciano Nascimento, acaba de doar a Biblioteca da Frente Negra Brasileira, com os seguintes livros, na maioria, classicos, nas linguas franceza, ingleza e portugueza.

*Estrangeiros*: — Historie et Philosophie; Mademoiselle de Camargo — Roman; Alice — roman d’Hier; Les Trois Duchesses; La Toisième Année de grammaire — por Larive Fleury; Leçons sur les epidemies el léhygiene publique; A Class Book of english — Prose; Bufallo Bill Booder — Storie n.o 12 Cleopatra — by H. Rider Haggard; Lights — to — Literature — book three; *Nacionais*: — Revista Politecnica; Morrer de Vespera — Rumance de Rocha Ferreira; Problemas de Urbanismo — Eng. Luiz Aranha; Ação Sumarissima de Remoção de Tutor — pelo Dr. Vicente Giacolini; Gramatica Portugueza, curso primario, 4.a edição — por José Verissimo; Madeiras do Estado de S. Paulo — por Hauscar Pereira; Formalidades do Juri; São Paulo Medico — organ científico da classe medica paulista; Homenagem da Sociedade de S. Paulo ao embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, em 26-4-1931, com discurso do homenageado e do Dr. A. de Almeida Prado; Triste vida de um pobre soldado; Façanhas do bandido Antonio Silvino e Fiança criminal — pelo Dr. Otaviano Vieira.

São vinte e quatro livros que vêm engrossar a biblioteca da F. N. B. e sou seu doador a direção sumamente agradece

Biblioteca da F.N.B.

O sr. Deocleciano Nascimento, acaba de doar a Biblioteca da Frente Negra Brasileira, com os seguintes livros, na maioria, classicos, nas linguas franceza, ingleza e portugueza.

*Estrangeiros*: - Historie et Philosophie; Mademoiselle de Camargo – Roman; Alice – roman d’Hier; Les Trois Duchesses; La Toisième Année de grammaire – por Larive Fleury; Leçons sur les epidemies el léhygiene publique; A Class Book of english – Prose; Bufallo Bill Booder – Storie n.o 12 Cleopatra – by H. Rider Haggard; Lights – to – Literature – book three; *Nacionais*: - Revista Politecnica; Morrer de Vespera – Romance de Rocha Ferreira; Problemas de Urbanismo – Eng. Luiz Aranha; Ação Sumarissima de Remoção de Tutor – pelo Dr. Vicente Giacolini; Gramatica Portugueza, curso primário, 4ª edição – por José Vríssimo; Madeiras do Estado de S. Paulo – por Hauscar Pereira; Formalidades do Juri; São Paulo Medico – organ científico da classe medica paulista; Homenagem da Sociedade de S. Paulo ao embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, em 26-4-1931, com discurso do homenageado e do Dr. A. de Almeida Prado; Triste vida de um pobre soldado, Façanhas do bandido Antinio Silvino e Fiana criminal – pelo Dr. Otaviano Vieira.

São vinte e quatro livros que vêm engrossar a biblioteca da F.N.B. e aou seu doador a direção sinceramente agradece.

FONTE: Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

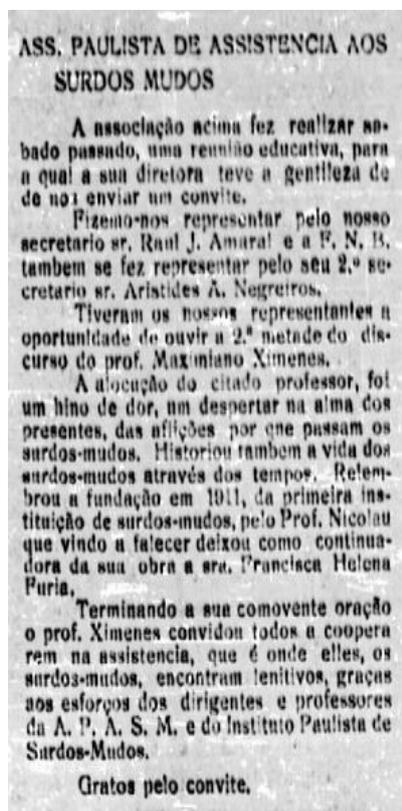
E o tema da formação do negro começa, então, a ser discutido cada vez mais direta e abertamente em cada edição. Cabe retomar que, o trabalho com a fonte impõe um estudo de revisão historiográfica que segue no sentido de tentar contribuir para um “preenchimento” das histórias dos negros no Brasil.

Ao trabalhar a década de 1930, destacamos, já no início desta dissertação, um movimento da intelectualidade da época em elaborar conhecimento acerca da formação do país. Nas páginas da imprensa negra, grafava-se a mesma necessidade. Fazendo com que a gente possa retomar o questionamento sobre o que seria ser cidadão, em um contexto no qual predominam os ideários do racismo científico e as teorias do branqueamento da nação. Como podemos verificar no **ANEXO N**.

A valorização da alfabetização dá-se mesmo por quem sequer era alfabetizado, há registro de textos que eram ditados para serem registrados nas páginas do jornal (**ANEXO**

O), bem como valorizada pela adoção, por exemplo, da Grafologia (ANEXO P). Isso, entra em consonância com uma formação de um cidadão compreendido pelas lógicas científicas. Ao mesmo tempo, eram valorizadas iniciativas tais como:

**Figura 19 - A VOZ DA RAÇA, 08 de julho de 1933**



**ASS. PAULISTA DE ASSISTENCIA AOS  
SURDOS MUDOS**

A Associação acima fez realizar sabado passado, uma reunião educativa, para a qual a sua diretora teve a gentileza de nos enviar um convite.

Fizemo-nos representar pelo nosso secretario sr. Raul J. Amaral e a F. N. B. tambem se fez representar pelo seu 2º secretario sr. Aristides A. Negreiro.

Tiveram os nossos representantes a oportunidade de ouvir a 2ª metade do discurso do prof. Maximiliano Ximenes.

A alocação do citado professor foi um hino de dor, um despertar na alma dos presentes, aflições por que passam os surdos-mudos. Historiou tambem a vida dos surdos-mudos através dos tempos. Relembrou a fundação em 1911, da primeira instituição de surdos-mudos, pelo Prof. Nicolau que vindo a falecer deixou como continuadora da sua obra a sra. Francisca Helena Furia.

Terminamos a sua comovente oração o prof. Ximenes convidou todos a cooperarem na assistencia, que é onde elles, os surdos-mudos, encontram lenitivos, graças aos esforços dos dirigentes e professores da A. P. A. S. M. e do Instituto Paulista de Surdo-Mudos.

Gratos pelo convite.

**FONTE:** Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Em setembro de 1933, o “A Voz da Raça” publica um texto intitulado “Educação” (ANEXO Q). Pela leitura, podemos compreender certas reflexões do grupo sobre o campo da educação. Muitas das leituras já transcritas aqui, revelam uma concepção rousseauiana do homem, da infância, da própria formação. Nesse texto, o autor cita Kant como referência ao pensamento moderno.

Assim, desenha-se, na leitura dos impressos, uma concepção de educação. Traduzindo de certa forma os discursos hegemônicos as suas necessidades, o projeto de educação que se defende é o daquela que esteja atrelada à colocação dos negros (e possível ascensão) na sociedade. Nesse sentido, a escola, seria aquela que teria em seu horizonte a erudição, mas que, por meio da ordem, traria os conhecimentos funcionais para aquele grupo. Por isso, a instrução daria de maneira improvisada, de acordo com os recursos disponíveis (que, no início deste trabalho chamou-se de “escolarização social”). A valorização dos intelectuais negros ocorre sempre que possível, porém, o professor

ficará muito mais associado àquele que transmite como pode o que sabe, do que propriamente àquele que obteve formação específica para tal.

Em recorte de 1934, podemos ver nas páginas do “A Voz da Raça” a reafirmação do ideal da educação (seja ela em quais condições, já que o sucesso nos estudos, no fim, para o entendimento do grupo está atrelado ao esforço individual que superaria qualquer escassez de recursos materiais, oportunidade ou projeto político), um ideal de educação que deve, por finalidade cabal, formar para o trabalho:

**Figura 20 - A VOZ DA RAÇA, 14 de abril de 1934 (página 4)**



Sejam bons filhos, bons irmãos, bons parentes, e tereis conhecido uma das grandes felicidades da vida.

Honrar o nome de nossa modesta Família, eleva-lo, enobrece-lo pela retidão dos vossos procedimentos públicos ou particulares, eis a suprema alegria que podeis dar nos vossos paes, em troca dos carinhos, da solicitude que vos dispensamos.

Sejam bons filhos, lembrai-vos de que talvez não reste muito tempo de vida para vossos queridos paes.

A escola será o primeiro Santuario do Trabalho que ides penetrar para receber os incalculaveis beneficios que á humanidade proporciona as conquistas da intelligência e do saber; é ali que nos mostram e nos abrem o caminho da vida laboriosa e digna; e ali começamos á avaliar as responsabilidades que nos tocam na familia e na Sociedade; da li saimos o futuro homem aparelhado para ser util aos seus e a todos. Dali nace a luz para o espirito e, com ela, a compreensão da realidade da vida que é a própria existência.

Aproveitar o tempo na escola o mais que for possível representa um dever primordial; a maioria dos paes, desde o vestuario até á aquisição de livros e outros objetos, não poucos sacrificios pecuniarios custa a matricula dos filhos mesmo nas classes gratuitas, que, por sua vez o Estado proporciona com o produto dos impostos que lhe entrega a coletividade; o tal sacrificio corresponde, portanto, a obrigação de nada pouparde, afim de retribuilo com o desejo de aprender e com a vontade de trabalhar.

O trabalho é semente que germina, brota e frutifica em toda a terra, fertiliza os campos, forma as cidades, cria as maravilhas de que se orgulha o adeamento das nações.

O homem laborioso tem, pelo menos, a esperança de melhorar sua condição material; nutre aspirações, que lhe fornecem o estímulo para progredir o ser útil a sua pátria e sua familia; não se abate, não desanima. Corrige se, educa-se e afinal preenche dignamente a sua missão social.

E depois? Rumo a caserna que será o prolongamento de vossos lares, onde treis aprender a defender o vosso e nosso querido, grande e amado Brasil, este Brasil que foi vosso berço e será o tumulto de vosso paes.

Pró Brasilia Fiant Eximia Adalberto Pires de Freitas

### 3.5 A voz dos oponentes

Diversas vezes reiteramos que a chamada Imprensa Negra, mesmo que dentro do recorte da imprensa paulistana da década de 1930, é heterogênea. Já que a proposta deste capítulo é enfrentar a problematização do objeto de pesquisa (a luta dos negros) no contado direto com as fontes (Imprensa Negra) – até porque, em dados momentos, objeto e fonte quase que se confundem, aqui, nesse movimento de análise. Buscamos apresentar, mesmo que rapidamente, outros posicionamentos, dentro da Imprensa Negra, em relação ao que publicava o “A Voz da Raça”.

Por tudo que vimos aqui da organização da FNB, de onde saía o “A Voz da Raça”, e pelo próprio embate entre José Correia Leite e Arlindo Veiga dos Santos, sabe-se que aquele que expressava de alguma forma oposição à FNB era tido como traidor, até mesmo como “falso negro”. Assim, tendo o ápice do desentendimento na própria criação do estatuto da FNB, José Correia Leite funda, em 1931, o “Clarim da Alvorada”. O ponto crucial para desencadear críticas e elaborar textos para contraporem o “A Voz da Raça” era o fato de considerarem o estatuto (ANEXO C) fascista.

Com efeito, um episódio agravou o clima de tensão que se instaurou no movimento negro. Isaltino Veiga dos Santos, secretário geral da FNB e irmão de Arlindo Veiga dos Santos, incorreu em uma postura considerada imoral na viagem de inauguração, em São Sebastião do Paraíso (MG), de mais uma delegação da FNB. Como nenhuma medida punitiva foi tomada pela entidade, o grupo de *O Clarim da Alvorada* resolveu fundar um novo jornal, o *Chibata*, somente para denunciar o caso. Quando estava no terceiro número, a redação do *Chibata* – que funcionava na casa de José Correia Leite – foi violentamente empastelada por uma milícia a mando do Presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos. Revoltado, o grupo de *O Clarim da Alvorada* resolveu republicar o jornal com o nome original. (DOMINGUES, 2004, p. 62)

Também devemos cuidar para não ter uma leitura equivocada a respeito da iniciativa da FNB, mesmo que autoritária, de reunir lideranças do movimento negro para elaborar o estatuto. Entendia-se, naquele momento, como ativismo, que deviriam reunir-se para resolver a “questão social”. É nesse ponto que implodem dentro do próprio movimento qualquer possível consenso sobre as ideias de pátria, raça, identidade nacional, valorização espiritual (religiosa, intelectual e moral), física, econômica.

Nas publicações que tocam mais diretamente nos aspectos que nos permitem perceber as concepções de educação que são levadas por esses grupos, vemos alguns pontos se repetirem. Um deles é o enaltecimento de personalidades que isoladamente conseguiram ser letrada e, principalmente, que conseguiram passar certa instrução (mesmo que sem formação específica) para a comunidade negra.

Dessa forma combativa ao “Voz da Raça” é que surge, com nome forte e simbólico, o “Chibata”. Em arquivos, só dispõem de duas únicas edições. Muito menos estudado e analisado quanto “A Voz da Raça” – talvez pelo número expressivamente menor de edições – “Chibata” é um jornal, do ponto de vista de uma retomada histórica do movimento de luta dos negros (sobretudo pela educação) não menos importante que o “Voz da Raça” (arriscaria dizer, até de uma importância estratégica).

Quase todas as matérias desse jornal, que nasce com o propósito de ser antagonista ao “Voz da Raça”, consistem em críticas à Frente Negra Brasileira. Essas críticas aparecem de maneiras variadas: ou em poemas e letras de músicas, ou em formas de adivinhação, ou em falas diretas e indiretas.

Como dito, “Chibata” teve como fundador José Correia Leite (figura importante no movimento negro) e, assim como o nome promete, o jornal não se intimida ao rebater os fretenegrinos.

Sobre a importância estratégica dita acima: primeiro, temos que o jornal reforça a ideia da pluralidade de posicionamentos dentro do movimento negro (importante quando pensamos numa revisão de uma historiografia clássica que toma o movimento negro – ou a própria população negra – como algo uniforme); segundo, ao rebater certos posicionamentos dos fretenegrinos, “Chibata” se torna um dos jornais que, neste período, começam, em algum nível, a passar a questão dos problemas com educação dos negros da esfera familiar para a esfera política, ao se opor naquilo que o movimento compreendia como uma resolução da “questão social”. E, nesse sentido, a educação se mantém vetor da inclusão social. O “Chibata”, como tantos outros, vem trazer uma recorte dos debates efervescentes que aconteciam entre os grupos dentro das próprias organizações do movimento negro.

Ironizando a forte identificação cristã sempre proferida como emblema em “A Voz da Raça”, o “Chibata” se lançava como “Judas” fazendo a provocação de quem seria “Christos”. Também ironizando os discursos de tom heroicos e salvacionistas, mas que compreendiam como fascistas e autoritários vindos dos líderes da FNB.

Figura 21 - CHIBATA, fevereiro de 1932 (página 01)



FONTE: Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

Assim, como “Judas da raça”, e na pergunta irônica de “quem serão os Christos?”, “Chibata” problematiza a religiosidade tal como empregada na doutrinação da Frente Negra Brasileira (expressa nas folhas de “A Voz da Raça”). E não é à toa que inicia o ataque ao imaginário religioso:

A união da crise ganha em força ao ser combinado ao imaginário religioso, restrito não apenas à história de Judas. O Calvário carrega uma simbologia especial para os ativistas negros. A idéia de resignação e de sofrimento pelos outros fornece à liderança que discursa uma forte associação com a religiosidade da comunidade negra. Essa coragem, esse destemor no sacrifício traz, também, o paralelo com os apóstolos e suas dificuldades em espalhar a verdade de Deus. Ser visto como o cristo da raça, como ironiza o Clarim com o subtítulo do jornal *Chibata: se Nós somos Judas da raça, quem serão os Christos?* concede ao portador não só a benção divina, mas a possibilidade de carregar a verdade. (...) Além de deslegitimar as críticas, a imagem de Judas, pela simples oposição, transforma em Cristo aquele que recorre a ela. Como Cristo ou um dos seus, não se teme a morte ou o sofrimento visto a grandiosidade da tarefa de salvar a raça ao lhe levar a verdade. Dessa maneira, o discurso sobre Judas e demais referências religiosas servem como uma ferramenta política ao impedir que a oposição exerça o direito à crítica ou à realização de novos movimentos. Reforça, também, a posição da liderança ao lhe fornecer uma legitimação religiosa, ao transformar todo frentenegrino fiel à direção delineada por Arlindo em um novo Jesus, num messias “à frente de sua corte qual novo Moisés em conquista da terra da promessa”, único

portador da verdade divina a enfrentar as provações no caminho da terra santa. A união, como queria Gletkin, deveria ser preservada acima de tudo. (OLIVEIRA, 2006, p.75)

Além disso, problematiza a concepção de homem negro, já que, para os fretenegrinos, aqueles que divergem da Frente Negra Brasileira são “falsos negros”. E sobre a sentença “Quando este jornal circula, sente-se cheiro de difunto...”, talvez uma referência mais óbvia ao embate “letal” que o jornal tenta provocar, ou mesmo à morte (ideologicamente falando) daqueles que acreditam e seguem os preceitos da “Voz da Raça” e então se chocam com a leitura do “Chibata”.

Mas, do ponto de vista desta pesquisa, não deve esquecer que o cristianismo também foi, pelo seu discurso, instrumento de formação da Frente Negra Brasileira e que houve, e muito, o levante da bandeira pela luta pelo direito à educação dos negros em debates entrelaçados aos de cunho religiosos.

Então, em uma das leituras possíveis dessa sentença, “O Chibata” deixa o cheiro da morte da ideologia hegemônica, ou de uma concepção de formação humana que “A Voz da Raça” apresenta e que para o “Chibata” é moribunda e deve morrer.

Nas palavras de Clóvis Moura, a Imprensa Negra deste período é um “universo contraditório e dramático”. E o estudo dela, com todos as margens de erros que uma amostragem pode apresentar, abre uma janela de conhecimento. Janela essa que, dada a dívida histórica para com os negros do Brasil, infelizmente abre para a aproximação a um mundo ainda pouco conhecido. que, através de uma amostragem dos seus títulos mais significativos, estamos apresentando. Uma aproximação que se pretenda para além do folclore.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O Governo, sendo composto de brancos, não deveria ser obedecido pelas classes heterogêneas.*

*“O Homem de Cor” - 1933*

Este trabalho teve como objetivo a análise do movimento de luta dos negros por educação representado nas páginas da Imprensa Negra paulista na década de 1930. Um trabalho com as muitas fontes a serem analisadas cuidadosamente e com muitas ausências no processo de pesquisa que revelam muito sobre a nossa história e historiografia.

Quanto ao recorte temporal, década de 30 do século XX, podemos retomar que, para além da importância do período histórico em si para a compreensão das articulações de formação do país, ele é importante para a história do próprio movimento negro. Assim, vemos a importância de resgatar o caráter de combatividade e organização dele neste período, para além de qualquer possível interpretação de uma história evolutiva do movimento ou de leituras que fujam ou que apenas foquem nos aspectos controversos correndo o risco de elaborar sínteses simplistas e/ou anacrônicas que não fariam jus ao tão necessário (e reivindicado em luta) devido local do negro na compreensão da história brasileira. Por isso, de início, mesmo que de forma ampla, orientando a incursão às fontes, questionamo-nos:

- Qual o valor real e o simbólico da Abolição e da Proclamação da República?
- O que significa ser livre para a população “liberta” no Brasil pós-abolição? E ser cidadão, em um contexto no qual predominam os ideários do racismo científico e as teorias do branqueamento da nação?
- O que significava a aposta da Imprensa Negra (logo, do movimento negro) na educação formal? Por que a educação é apontada como a principal política pública para a promoção da igualdade racial? Como foi discutida, problematizada, tratada a questão da educação na Imprensa Negra do período? Logo, quais as concepções de educação, de escola, de escolarização, de instrução, de professor que aparecem nos jornais?
- E, conseqüentemente, como essas informações nos permitem rever criticamente a historiografia da educação brasileira?

Obviamente, a fonte mais nos respaldava a abrir a essas questões do que propriamente dar conta de esgotar todas elas. Foi, possível, então, na elaboração de cada uma ao longo deste trabalho compreender que as lógicas de exclusão da população negra existentes no Brasil durante o período de escravidão não deixam de existir com a abolição dessa. Fazendo, assim, nas configurações apresentadas para aquele início de século XX, o negro excluído socialmente nos resultados das estratégias baseadas em princípios e interesses que regem a ordem societária capitalista e que beneficiam, portanto, as classes dominantes no processo de acumulação de capital.

Com isso, pudemos minimamente compreender o porquê a educação sempre esteve ao centro das pautas dos movimentos negros. A exclusão/inclusão sendo social e da ordem do trabalho, passa impreterivelmente pela formação escolar. E o apontamento da presença ou da ausência do povo negro nas instituições escolares resvala em algum nível numa revisão da historiografia da História da Educação no Brasil, na medida em que, nota-se a escassez desse registro. E quando o é realizado, no caso desse trabalho, precisa-se cuidadosa e laboriosamente articular uma metodologia para tal.

Ainda sobre a fonte, esta, que muitas vezes, no movimento de pesquisa deste e de outros trabalhos, confunde-se com o objeto, foi-nos valiosa<sup>37</sup>, pois nos permite “ouvir” dos poucos negros letrados (dados o contexto nacional) o que significou a luta individual por qualquer tipo de instrução e as articulações coletivas pelo entendimento do que seria a luta por direitos civis e reivindicação da educação ao Estado.

É nesse intervalo entre o esforço das conquistas individuais na adversidade do abandono pós-abolição com o fortalecimento das associações que vemos surgir um entendimento do negro como uma possível classe no ideário desenhado nas páginas da Imprensa Negra. Nesse ideário, em que se desenhava o que alguns autores vão até chamar de um desejo de criação de uma “burguesia negra”, é que a educação se coloca como vetor civilizatório. Aqui, ainda falo como Imprensa Negra e não apenas “A Voz da Raça”, pois, como visto, apesar da heterogeneidade dentro do movimento, havia um grande consenso a respeito do que se entendia como “questão social” a que deviam resolver (as divergências emergiam na discussão do como resolvê-la). O entendimento da instrução

---

<sup>37</sup>Aqui, sem querer passar a ideia de que a fonte seria uma nascente de onde o saber crítico brotasse. “Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história”. (SAVIANI, 2004, p.5)

como estratégica para inclusão social e política era sempre era, nas páginas da Imprensa Negra aqui analisada, unanime.

Podemos alcançar, também, neste ponto, a compreensão para além do que ocorria dentro do próprio movimento e lembrar, como já analisado, que o projeto de modernidade é branco. E é nessa teia que amarra o ideal branco às ideias de desenvolvimento e de ideal de homem brasileiro que movimento negro tecerá suas possibilidades de vislumbrar uma inclusão.

Assim, foi que, ao longo do trabalho, pudemos traçar questões mais diretas para as quais nos voltaríamos à análise das fontes buscando as respostas. Seriam elas:

- Como foi discutida, problematizada, tratada a questão da educação na Imprensa Negra do período?
- Quais as concepções de educação, de escola, de escolarização, de instrução, de professor que aparecem nos jornais?
- Como essas informações nos permitem rever criticamente a historiografia da educação brasileira?

Podemos encontrar, da leitura específica de o “Voz da Raça” oriundo de uma organização extremamente afinada com os posicionamentos de Getúlio Vargas (na sua política populista que, posteriormente, de forma ditatorial, fechará todos os movimentos populares), afinado com a lógica liberal da década de 1930, a repetida ideia da escola como vetor de civilização – aproximando até com pensamentos higienistas. Podemos destacar da leitura a ideia de uma educação salvacionista, no que Saviani (ano 1984) chamará de educação não crítica – educação baseadas em concepções liberais, compondo o que se chama de pedagogia tradicional, pedagogia nova e tecnicista. Assim, também bastante em consonância com as ideias hegemônicas, defendidas pelas falas de Vargas, a alfabetização apresentada nas páginas da Imprensa Negra como uma grande bandeira (a destacando como um passaporte para a participação política).

A Imprensa Negra nos permite perceber a distância entre discurso e realidade no que tange à educação, sobretudo no período de reformas educacionais articulados a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e os gestos acenos de Vargas com as demandas populares. Mas, apesar de a escola elementar pública apresentar-se como instituição de característica essencialmente popular, a Imprensa Negra denúncia à sua maneira, mesmo que ainda apostando no crescimento individual (não esquecendo que se trata de um período de forte ascensão das ideias liberais), quais foram os limites de sua

efetivação junto à população negra. Nos jornais investigados, direta ou indiretamente, observa-se uma imensa dissonância entre os discursos e as ações efetivas para consolidar a instrução. Permitindo que possamos observar de outro ângulo como se dá essa articulação em que “[...] o Estado não quer, nem nunca quis, resolver o problema educacional brasileiro [...] As elites forjavam, e forjam, a educação para reproduzir as elites, ignorando a qualificação e a participação do povo [...]. O ensino mascara o saber para subsidiar o poder [...] Se o “desengrossamento” do povo, até a limpidez, é tão dispendioso e “incerto”, por que não admitirmos a meia educação? [...]” (SAVIANI, 1985, páginas 50, 56 e 58).

Assim, mostrou-se por diversas vezes que, ainda que “setorizada”, a Imprensa Negra não deixa de ter sua relação com a totalidade – na verdade, a análise aqui apresentada mostra que, justamente por ser setorizada, nesse caso, ela exprime o conjunto das relações da realidade na qual está inscrita. Nessa relação, mesmo que resgatada por um fio (ou mesmo no que não é dito), é que residiu nosso movimento de pesquisa. E a imprensa negra como peça do jornalismo brasileiro diz muito sobre a história do Brasil. Primeiro, pelo fato de ser um dos últimos países a ter uma imprensa própria. Segundo, por mostrar, pela relação da imprensa comum com a imprensa negra, a maneira como se dá os registros sobre a própria história.

Sobre a necessidade de recuperar o lugar do negro na historiografia, ponderamos a corda bamba em que andamos ao tentar não cair no revisionismo e/ou relativismo, e nem numa categorização única e exclusiva que subentenda o negro somente como pertencente à classe trabalhador ou classe popular.

Comprendemos, logo de partida, que tendo a escravidão como pilar da constituição da ordem social, econômica, política de um Brasil que fundamentalmente só vivenciou duas etapas – a de sociedade escravista para a do capitalismo dependente (Clóvis Moura) –, a escravidão deve ser tomada como categoria a ser considerada na análise de toda e qualquer conjuntura brasileira que envolva questões étnicos raciais.

Para isso, como declarado logo de início, mantivemos no nosso horizonte ao longo do trabalho, os preceitos apontados por Saviani (2010). O Olhar analítico-sintético no trato com as fontes, no nosso caso, deu-se no sentido de buscar contribuir naquilo que chamamos na introdução desta dissertação de um “preenchimento” das histórias dos negros no Brasil. Que nos leva a um dos aspectos da atualidade da pesquisa histórica, que seria a possibilidade de contribuir para a historiografia. Mas o compromisso com o presente aqui se impõe quando se percebe que, assim como no período histórico

trabalhado nesta pesquisa, ainda hoje a integração do negro na sociedade é uma questão de luta. Relação educação e trabalho: na medida em que compreendemos que a trajetória que as políticas públicas de educação seguem, a partir do século XX de forma responsiva ao questionamento do que fazer com a população negra que passa de escravo à classe trabalhadora entendemos que a luta do movimento negro parte da não resolução do Estado, no sentido de política social pós-abolição, com relação ao que fazer com toda a população negra liberta entendemos que a luta do movimento negro parte da não resolução do Estado, no sentido de política social pós-abolição, com relação ao que fazer com toda a população negra liberta. Esse ciclo de abandono do Estado e luta dos negros, mantem-se enquanto a educação for estrategicamente usada como mantenedora do *status-quo*.

Espera-se que com a pesquisa apresentada tenha sido possível compreender que falar de educação ao povo negro no Brasil, hoje e no passado, é necessariamente e indissociavelmente falar de um processo de luta. Por isso, para compreender essa luta (nosso objeto aqui), há que se rever o entendimento que se tem de processos históricos como escravidão, Independência, Proclamação da República e abolição. Quase sempre, esses são narrados como processos quase que naturais (o que não é possível) e como se fossem absolutamente legítimos e heroicos aos brancos - quando, por fontes muitas vezes propositalmente negligenciadas, sabemos que fomos de colônia ao capitalismo dependente e a abolição foi tardia, num processo conciliatório com os senhores, sem qualquer política de reparo aos negros. Entender a lógica do capital e a relação trabalho com a educação. Sabendo que, com a abolição, o negro não deixou de ser visto como um capital humano a ser explorado e sua educação sempre esteve, de uma forma ou de outra atrelada à instrumentalização ao trabalho. Há que se revisitar, também, as reformas educacionais do início do século XX e compreender a que povo, a que população nacional, eram dirigidas todas aquelas políticas que se diziam popular – os anos de 1930 foi de fato um ano de muitos avanços para a educação no Brasil, podemos destacar a criação do Ministério da Educação, por exemplo, mas as melhorias alcançadas não correspondem à criação de políticas criadas para a inclusão dos negros.

Ao longo da dissertação, mesmo reconhecendo e trabalhando com a heterogeneidade da Imprensa Negra, o “A Voz da Raça” foi se revelando estratégico por, principalmente, ser o jornal que mais diretamente fala de educação e por ter outros que se posicionasse dialogicamente a ele (concordando ou divergindo). Inúmeras vezes manifestamos a preocupação com a leitura que chamávamos “anacrônica”. Claro, o uso

de uma palavra contendo “*chronos*” era para marcar a minha necessidade metodológica de tomar o material em articulação constante com as determinações históricas. Porém, para o trato com as fontes havia algo mais na prática disso que chamei de “leitura que não fosse anacrônica”, eu precisava aprender de certa forma a ler aquelas fontes. E espero ter atingido uma leitura e apresentação minimamente satisfatória. A pesquisa que aqui se finda representa o entendimento de uma pesquisadora que reconhece sua pequenez diante à fonte e à História, mas que compreende que meus antepassados iniciaram uma luta que agora é minha, a de escrever, estudar e de ter o direito à nossa história (ao nosso lugar na História).

Por fim, espera-se que este trabalho seja revisitado por muitos colegas de dentro e fora do mundo acadêmico. Espera-se que ele contribua para o diálogo, acredito ser esta a real contribuição de qualquer produção. E que, a mim, cheguem críticas e contribuições.

## REFERÊNCIAS

### Digitais

#### **Arquivo Público do Estado de São Paulo**

Disponível em: [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br)

#### **Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo**

Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>

#### **Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional)**

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>

[http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/tabelas/pop\\_brasil.php](http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php)

### Bibliográficas

ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais**; Brasília: Fund. Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina**. Tese [Doutorado em História] – PUCRS, Porto Alegre, 1998.

ANDRADE, Oswald. **Memórias sentimentais de João Miramar**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1971.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro: a construção da subjetividade em afrobrasileiros**. Brasília: LGE, 2008.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998.

ANTUNHA, H.C.G. **A Instrução Pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920**. São Paulo: FEUSP, Estudos e Documentos, v.12, 1976.

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires de; BICCAS, Maurilane de Souza. **A escola da frente negra brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)**. 2008. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAUJO, Valmir Teixeira de. **O Papel da Imprensa Negra Brasileira**. Revista ALTERJOR - Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), São Paulo, vol.2, ed. 20, ano 10, p. 212-228, julho-dezembro, 2019.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **A política dos homens de cor no tempo da Independência**. In: Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.18, n.50, jan./abr. 2004.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil**. In: FONSECA, Marcus Vinícius; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.) *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

BASTIDE, Roger. FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1959.

CAMARGO, M. J. G; VIDAL, D. G. **A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o “Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

CARONE, I; Bento, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989

CARONE, Edgard. **A República Velha – Instituições e classes sociais**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 2ª ed.,1972

CASTANHO, Sérgio. **Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não culturalista**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. **Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Vanderlei Marinho Costa. **Negros em Belo Monte: Notas Acerca de uma Questão Encoberta** In: VIII Simpósio da ABHR e Colóquio do Centenário da morte de Nina Rodrigues - Religião, raça e identidade. 2006.

D`AVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil.1917 -1945**. São Paulo. Editora da UNESP. 2006.

DIAS, Ariadne Guimarães. **“A voz da raça” – negro papel, signos brancos - o negro brasileiro e o dilema da aceitação e enfrentamento do racismo no início do séc. XX**. In: *Convenit Internacional* 25 set-dez / Cemoroc-Feusp / IJI - Univ. do Porto, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “templo de luz”: a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

DOMINGUES, Petrônio José. **Os “Pérolas Negras”**: A participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. *In*: Revista Afro-Ásia, 29/30, 2003.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire; TERUYA, Teresa Kazuko. **O negro no pensamento educacional brasileiro durante o período de 1889 a 1930**. Revista HISTEDBR On-line, Número 27 - Setembro/2007.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo. Cortez Editora. 1989.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, v.1, 1978.

FERNANDES. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa Negra paulista (1915/1963)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5, nº 10, março/agosto, 1985.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas Elites de Cor**. São Paulo, Annablume/CEAA, 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. *In*: **A história da educação dos negros no Brasil** / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016.

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. **Imperialismo e educação**. *In*: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.39-64, mai.2009.

FREITAS, Jorge Roberto. **Imprensa negra: a trajetória visível**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 34.<sup>a</sup> edição, 1998.

GANDRA, E.A.; SILVA, A.J.; NASCIMENTO, M.I.M. A orientação político-educacional no populismo e a evolução da estratégia liberal para conter a mobilização operária. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 19, p. 117-133, set. 2005.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação. Nº 15, p. 134-158, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GRANATO, Fernando. **João Cândido: retratos de um Brasil negro**. São Paulo, Selo Negro, 2010.

GRANATO, Fernando. **O negro O Negro da Chibata - O marinheiro que colocou a República na mira dos canhões**. Rio de Janeiro, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. **Intelectuais Negros e Modernidade no Brasil**. Oxford: Centre de for Brasileien Studies, 2002.

JESUS, Matheus Gato de. **Racismo e Decadência: Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão**. São Paulo, 2015.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e trabalho no Brasil. *In*: NOGUEIRA, João Carlos (org.). **História do trabalho e dos trabalhadores negros no Brasil**. São Paulo. CUT, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**, *in*: MARX, Karl. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns da formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

MOTTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil: uma interpretação**. 4.ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

MOURA, Clóvis. A Imprensa Negra em São Paulo. *In*: **Imprensa Negra. Estudo Crítico de Clóvis Moura**. São Paulo: Imprensa Oficial. Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002

MOURA, Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande**. Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637 e 1899). São Paulo: Edusp, 2000.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo, Global e Ação Educativa, 2006

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo, Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Coleção Viver, Aprender), 2004.

NORONHA, Olinda Maria. **Ideologia, Trabalho e Educação.** Campinas: Alínea, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor. identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo (Org.). **Quem é quem na negritude brasileira.** São Paulo: Congresso Nacional Afro – Brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998.

PEREIRA, Leonardo. **As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República.** São Paulo: Editora Fundação, 2002.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *In: Revista Brasileira de História da Educação*, nº 4, jul/dez, 2002.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899).** 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade.** Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil – A História do levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, Matilde. Apresentação do SEPPIR. *In: BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília: SEPPIR, MEC/SECAD, 2004.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana.** Cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. *In: Fontes e métodos em história da educação.* / Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010.

ROMANELLI, Otaiza de O. **História da Educação no Brasil.** 15 ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

ROMÃO, Jeruse. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SALLES, Vicente. **O negro na Formação da Sociedade Paraense**, 2004.

SANTOS, Pedro de Souza; SALVADORI, Maria Angela Borges. **Cidadania e educação dos negros através da Imprensa Negra em São Paulo (1915- 1933).** Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. UFU – Uberlândia-MG, p. 3612-3622, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. *In:* LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, Col. Educação Contemporânea, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. **A escola pública no longo século XX (1890-2001).** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018. Curitiba- PR: III Congresso Brasileiro de História da Educação. Sessão de Comunicação Coordenada: “O Século XX Brasileiro: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional (1890-2001)”, 7 a 10 de novembro, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *In:* LOMBARDI, José Claudinei (Org.), **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais.** Campinas, Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze tezes sobre educação e política.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, Polêmicas do nosso tempo 5, 1984.

SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.). **História da educação pela imprensa.** Campinas: Alínea, 2007.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX.** *In:* Revista África-Ásia, n.18, p. 71-101, 1996.

SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista.** Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, p. 145-166. Campinas: Autores Associados, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Apresentação**. In: *A história da Educação dos Negros no Brasil*. Niteroi: EdUFF, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: EdUNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XIX**. São Paulo: Autores Associados, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosângela Ferreira de. **Pelas páginas dos jornais: Recortes Identitários e Escolarização do Social do Negro em São Paulo (1920-1940)**. Tese (Doutorado - Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2013.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Conjuração Baiana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

TIEDE, Livia Maria. **Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX**. Dissertação de Mestrado (História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino**. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3ªed. Campinas: Autores Associados, 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. **Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13 n. 39 set/dez. 2008.

## ANEXOS

Anexo A – Todos os periódicos da Imprensa Negra consultados ao longo da pesquisa.

TÍTULOS	EDIÇÕES					
<b>A LIBERDADE</b>	14/07/1919	28/09/1919	12/10/1919	09/11/1919		
	23/11/1919	14/12/1919	28/12/1919	01/02/1920		
	07/03/1920	04/04/1920	09/05/1920	12/09/1920		
	14/12/1919		28/12/1919		31/10/1920	
<b>A RUA</b>	24/02/1916					
<b>A SENTINELLA</b>	10/10/1920					
<b>A VOZ DA RAÇA</b>	18/03/1933	10/06/1933	23/10/1933	14/04/1934	23/11/1935	01/12/1936
	25/03/1933	17/06/1933	11/11/1933	28/04/1934	31/12/1935	01/01/1937
	01/04/1933	24/06/1933	25/11/1933	26/05/1934	01/03/1936	01/02/1937
	08/04/1933	01/07/1933	09/12/1933	23/06/1934	01/04/1936	01/03/1937
	15/04/1933	08/07/1933	23/12/1933	07/07/1934	01/05/1936	01/04/1937
	22/04/1933	15/07/1933	06/01/1934	11/08/1934	01/06/1936	01/05/1937
	29/04/1933	05/08/1933	20/01/1934	15/12/1934	01/07/1936	01/06/1937
	06/05/1933	19/08/1933	03/02/1934	29/12/1934	01/08/1936	01/07/1937
	13/05/1933	02/09/1933	17/02/1934	11/05/1935	01/09/1936	01/08/1937
	20/05/1933	16/09/1933	17/03/1934	29/06/1935	01/10/1936	01/09/1937
	03/06/1933	30/09/1933	31/03/1934	31/08/1935	01/11/1936	01/11/1937
<b>ALVORADA</b>	01/09/1947		01/12/1947		01/03/1948	
	01/10/1947		01/01/1948		01/03/1948	
	01/11/1947		01/02/1948		01/06/1948	
<b>AURIVERDE</b>	08/04/1928	15/04/1928	29/04/1928		13/05/1928	
<b>CHIBATA</b>	01/02/1932			01/03/1932		
<b>CORREIO D'ÉBANO</b>	16/06/1963					
<b>ELITE</b>	20/01/1924		17/02/1924		02/03/1924	
<b>EVOLUÇÃO</b>	13/05/1933					
<b>HÍFEN</b>	01/02/1960	01/04/1960	01/06/1960		01/07/1960	
	01/08/1960	01/09/1960	01/12/1960		01/01/1962	
<b>MUNDO NOVO</b>	23/09/1950					
<b>NIGER</b>	01/07/1960					
<b>NOSSO JORNAL</b>	01/05/1951					
<b>NOTÍCIAS DE ÉBANO</b>	01/10/1957					
<b>NOVO HORIZONTE</b>	01/05/1946	01/06/1946	01/09/1946	01/08/1946	01/11/1946	
<b>O ALFINETE</b>	22/09/1918		04/01/1919	28/08/1921		30/10/1921
	12/10/1918		09/03/1919	25/09/1921		01/11/1921

<b>O BALUARTE</b>	15/01/1904			
<b>O BANDEIRANTE</b>	01/09/1918		01/04/1919	
<b>O CLARIM</b>	01/03/1935		01/05/1935	
<b>O CLARIM DA ALVORADA</b>	06/01/1924	22/06/1924	30/08/1925	20/02/1927
	03/02/1924	12/10/1924	27/09/1925	17/04/1927
	02/03/1924	07/12/1924	15/11/1925	13/05/1927
	06/04/1924	25/01/1925	14/11/1926	18/06/1927
	13/05/1924	26/07/1925	15/01/1927	17/07/1927
<b>O ESTÍMULO</b>	12/05/1935		19/05/1935	02/06/1935
<b>O MUTIRÃO</b>	01/05/1958		13/06/1958	
<b>PROGRESSO</b>	23/06/1928	16/12/1928	28/07/1929	31/01/1930
	22/07/1928	13/01/1929	31/08/1929	15/02/1930
	19/08/1928	24/02/1929	26/09/1929	20/04/1930
	07/09/1928	21/03/1929	31/10/1929	31/07/1930
	12/10/1928	26/04/1929	24/11/1929	20/08/1930
	15/11/1928	23/06/1929	01/12/1929	26/09/1930
<b>SENZALA</b>	01/01/1946		01/02/1946	
<b>TRIBUNA NEGRA</b>	01/09/1935			

## Anexo B - A VOZ DA RAÇA, 18 de março de 1933 (página 01).

**AOS FRENTE NEGRINOS**

Neste gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes blocos incumbem os negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo.

**A Nação acima de tudo.**

O internacionalismo é para os irresponsáveis, que não têm que dar contas de uma Tradição de sangue, de trabalho, de criação, de dôr, mas também de glória, visto como "recordar o qual que é já passado, dá depois mais prazer que então cuidado".

**A Nação acima de tudo.**

É a Nação somos nós com todos os outros nossos patriotas que conhecemos, em quatrocentos anos, criamos o Brasil. Não podemos, pois, permitir que impudicamente uma geração atual, que é um simples momento na vida eterna da Nação, trais a Pátria, quer tirando-se suas ervas materialistas do separatismo (que nada mais é do que o efeito da concepção do "materialismo histórico" — a economia, a riqueza material, a terra de todos, queo nacionalismo a terra-a-terra socialista na sua mais trágica expressão que conhecemos na bolchevismo, lançada nos estrangeiros, e cuja resposta é a força ser o aniquilamento violento, seja de indivíduos ou de nações de povo, seja de nações por governos que traíram a Nacionalidade.

O Fronte-negrino, como o negro em geral, deve estar sempre pronto para o sacrifício de si mesmo, em defesa do Brasil, em defesa da Nação, em defesa da Pátria, em defesa da Raça, em defesa da Gente Negra, em defesa da Civilização Brasileira.

mas sempre o sacrifício de si mesmo, em defesa do Brasil, em defesa da Nação, em defesa da Pátria, em defesa da Raça, em defesa da Gente Negra, em defesa da Civilização Brasileira.

As Fronte-negrino, para que possa alcançar, em época não distante, a satisfação dos seus ideais, é necessário a mais devotada e firme disciplina, com disciplina a vitória. Só com os batalhões disciplinados, que acatam os chefes e, por isso, em ordem vão para o triunfo. A eles, isto é, aos chefes é que é dado conhecer as operações de conjunto, a movimentação das forças, o movimento de fogo, o deslocamento de postos, tudo de acordo de um critério geral que muitas vezes desorienta os soldados que queiram discutir a razão dos movimentos ordenados.

Marchar, porém, para a frente sempre!

Não dar atenção aos fracassos que forem caindo ou desanimando pelo caminho? Os poucos ou muitos bravos que resistirem aos longos caminhos de sofrimento e conquista serão suficientes para desmoralizar a última trincheira dos inimigos da Pátria e da Raça, que são quase sempre os mesmos.

Confiante em Deus, com aquela profunda religiosidade dos nossos Avós, cujo espírito não haveremos de trair, confiantes na nossa Obra e esforços, nós caminharemos firmes entre as mais eficazes ações vindas da situação precária dos negros, ou originadas da incompreensão ou mau animo de negros e brancos.

Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caráter:

faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLÓRIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO A CIVILIZAÇÃO CRISTA HA-DE ESPANTAR TODA A AMÉRICA.

ANUNIO VEMIA DOS SANTOS

FONTE: Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

### AOS FRENTE NEGRINOS

*Neste gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes [??] incumbem os negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo.*

*A Nação acima de tudo.*

*O internacionalismo é para os irresponsáveis, que não têm que dar contas de uma Tradição de sangue, de trabalho, de criação, de dôr, mas também de glória, visto como "recordar o qual que é já passado, dá depois mais prazer que então cuidado".*

*A Nação acima de tudo.*

*E a Nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. Não podemos, pois, permitir que impunemente uma geração atual, que é, um simples momento na vida eterna da Nação, traia a Pátria, quer atirando-se nos erros, materialista dos separatismo (que nada mais é do que efeito da concepção do “materialismo histórico” – a economia, a riqueza material (acima de tudo), quer namorando o terra-a-terra socialista na sua mais legítima expressão que desfecha no bolchevismo, pregado pelos traidores nacionais ou estrangeiros, e cuja resposta é e há-de ser o aniquilamento violento, seja ele adotado por cidadãos do povo, seja ele adotado por governos que traíram a Nacionalidade.*

*O Frentenegrino, como o negro em geral, deve estar atento nas suas reivindicações de direitos que definimos em nosso manifesto do ano passado; mas, para que seja digno de alcançar esses legítimos direitos no campo social, econômico e político, – é mister cumpra os Mandamentos da Lei que definem, antes de tudo, os deveres do homem, base da legitimidade dos direitos do homem.*

*Ao Frentenegrino, para que possa alcançar, em época não distante, a satisfação dos seus ideais, é necessária a mais devotada e firme disciplina, condição única da vitória. Só vencem os batalhões disciplinados, que acatam os chefes e, por isso, em ordem vão para o triunfo. A êles, isto é, nos chefes é que é dado conhecer as operações de conjunto, a movimentação das forças, o nutrimento do fogo, o deslocamento de postos, o tudo debaixo de um critério geral que muitas vezes desnorteia os soldados que queiram discutir a razão dos movimentos ordenados.*

*Marchar, porém. Para a frente sempre!*

*Não dar atenção aos fracos que forem caindo ou desanimando pelo caminho! Os poucos ou muitos bravos que restarem das longas caminhadas de sofrimento e conquista serão suficientes para despedaçar a última trincheira dos inimigos da Pátria e da Raça, que são quasi sempre os mesmos.*

*Confiantes em Deus, com aquela profunda religiosidade dos nossos Avós, cujo espírito não haveremos de trair, confiantes na nossa Obra e esforço, nós caminhamos firmes entre as mil dificuldades vindas da situação precária dos negros, ou origiundas da incompreensão ou mau animo de negros e brancos.*

*Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caráter; faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLÓRIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO A CIVILIZAÇÃO CRISTÃ HÃO-DE ESPANTAR TODA A AMARICA.*

*Arlindo VEIGAS DOS SANTOS*



dentro d'ele o Chefe e o Secretario, sendo outros cargos necessarios preenchidos a criterio do Presidente. Este Conselho é ajudado em sua gestão pelo Conselho Auxiliar, formados pelos cabos distritais da Capital.

Art. 7º - O Presidente da "FRENTE NEGRA BRASILEIRA" é a maxima autoridade e o supremo representante da "FRENTE NEGRA BRASILEIRA", e a sua ação se limita pelos principios que a orienta.

Art. 8º - A "FRENTE NEGRA BRASILEIRA" representa-se ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo "GRANDE CONSELHO", na pessoa do Presidente e, na falta deste, por um dos outros diretores. Os membros não respondem, subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 9º - Têm força de lei regulamentos, ordens, avisos e comunicações emanadas pelo "GRANDE CONSELHOR", e os casos omissos neste Estatutos serão regidos pelas leis e praxes em vigor no País.

Art. 10º - A "FRENTE NEGRA BRASILEIRA" sómente se extinguirá pela vontade unanime do "GRANDE CONSELHO" e da maioria do Conselho Auxiliar e de todos sócios reunidos na Assembléa Geral Especial, convocada pelo Presidente Geral, em harmonia com o "GRANDE CONSELHO". Se, por acaso, for extinta, seus bens passarão para uma Sociedade Beneficiente de Gente Negra, que se mostrar digna da doação.

Estes Estatutos são irreformaveis nos artigos 1º, 2º, 6º e 7º, a não ser por vontade unanime dos Conselheiros. Publicados no Diario Oficial e registrados em 4 de novembro de 1931.

A "Frente Negra Brasileira" foi findada nesta cidade de S. Paulo em reunião efetuada no Salão das Classes Laboriosas, á ruas do Carmo nº. 25, perante regular assistencia no dia 16-9-31.

No dia 12 de Outubro, no mesmo local, perante mil e tantos negros, foi lido e aprovado por unanimidade o presente estatuto.

A mesa que redigiu os trabalhos estava assim constituida:

PRESIDENTE – Dr. Arlindo Veiga dos Santos

SECRETRARIO – Isaltino Benedito Veiga dos Santos.

ORADOR OFICIAL – Alberto Orlando.

MEMBROS DO CONSELHO – Francisco Costa Santos, David Soares, Horacio Arruda, Vitor de Sousa, João Francisco de Araujo, Alfredo Eugenio da Silva, Isaltino B. Veiga dos Santos, Alberto Orlando, Dr. Arlindo Veiga dos Santos, Oscar de Barros Leite.

#### Da autoridade na Frente Negra Brasileira

I. A suprema autoridade da F.N.B. é o Grande Conselho reunido, e neste a suprema autoridade é o Presidente Geral que tem a última palavra em todas as questões.

II. O Grande Conselho reún-se semanalmente sob a presidência do Presidente Geral e, em sua falta, do secretario ou tesoureiro gerais, 1º e 2º, secretários, comissário, ou outros diretores. Reúne-se extraordinariamente, se mister.

§I. *Disposição provisória.* Temporariamente, a Diretoria reunida faz ás vezes de Grande Conselho.

§II. – Toda falta ás reuniões do G. C. ou da Diretoria importa em 5\$000 de multa, importa pelo P. G. e cobrada no dia imediato á reunião pelo Fiscal. A falta de pagamento da multa acarreta suspensão de frequência á sede por quinze dia, elevando-se a multa então a 10\$000, medida essa que será aficada na portaria da sede, para conhecimento do porteiro e do plantão do dia. Três faltas consecutivas não justificadas acarrrtam a eliminação do conselheiro.

III. Os Conselheiros são autoridades fiscalizadoras dentro da sede e fóra dela, ressalvada a autoridade especial dos fiscais, podendo disciplinarmente chamar á ordem todos os cabos e outros sócios que ajam contra o espírito e diretivas do G. C. Não pódem ser desautorados por cabo nem sócio algun. Caso o sejam, devem, apelar para a autoridade do P.G. ou do G.C. reunido, que aplicará o corretivo ao violador da lei.

IV. A Autoridade dos diretores ou chefes de departamentos ou comissões deriva fundamentalmente do G. C. Portanto, não tem valor a autoridade especial dos departamentos cuja nomeação ou eleição não for referendada pelo G.C.

V. Sómente o G.C. póde resolver sobre alianças e entendimentos com as associações políticas, politico-sociais ou outras, atendendo-se a que com ninguem de modo que venha a perder a sua autonomia não pôde a F.N.B. ligar-se doutrinária, política ou econômica.

VI. Pessoa nenhuma poderá assistir á leitura das Atas ou ás reuniões do G.C., nem estar presente a não ser o momento necessário para cuidar de um negócio que a essa pessoa diga respeito.

VII. Nenhum Conselheiro ou diretor pôde ser chamado á ordem fóra do G.C. ou perante cabos ou sócios, a não ser pelo Presidente e Secretário gerais.

VIII. Todos os casos omissos serão resolvidos pelo G.C. ou pessoalmente pelo Presidente Geral, passando depois a fazer parte da legislação fretenegrina, uma vez consagrada pelo uso.

IX. No caso de não estarem presentes na sede nem o Presidente, nem o Secretário geral, o diretor presente resolverá o caso de acordo com os Conselheiros presentes, se for cousa de irgências.

X. Sómente o P.G. pôde conferir, em última instância, poderes para delegações, comissões ou representações. Todos esses poderes, quando transmitidos por outra autoridade na ausência do P.G., devem ser referendados pelo mesmo.

XI. O Secretário Geral é encarregado de todo o serviço da secretaria da F.N.B., de todos os atos de ligação ou comunicações, controlando tudo o que sái da F.N.B. para as autoridades, associações, periódicos, personalidades correios, telégrafos, rádio-emissoras. Todas as publicações das delegações que interessem á F.N.B. em geral devem passar previamente pela censura da Secretaria Geral, dependendo, pois, dela o "Departamento de Publicidade da F.N.B."

§ 1. Quando uma publicação não é urgente ou quando interêsse á F.N.B. profundamente, o S.G. deve submetê-la previamente ao G.C. ou, na impossibilidade material de o fazer, ao P.G. ou aos Conselheiros presentes.

XII. Comete também ao S.G., suprema autoridade quanto ao movimento da sede, principalmente na falta do P.G. – zelar pela sua bôa ordem moral e social por meio dos fiscais, zeladores ou plantões. Conquanto o S.G. não trate materialmente da ordem da sede, todavia deve zelar pela bôa harmonia entre os encarregados dela, prestigiando-lhes a autoridade quando necessario e punindo até Conselheiros se assim for mistér.

XIII. Sempre presente ás reuniões do G.C., o S.G. deve velar pelo bom lançamento das Atas e publicação das portarias, que compete ao 1º secretário.

XIV. A Secretaria geral, cercando-se dos auxiliares necessários que, logo que possível, devem perceber ordenados condignos, cuidará do movimento social em geral, como reclamações, queixas, petições, etc. recorrendo ao G.C. quando julgar necessário, e encaminhando os casos á secção jurídica, se a houver, quando mister.

XV. Outros pontos omissos são governados segundo os costumes que se vão formando lentamente na F.N.B.

XVI. O Tesoureiro Geral é encarregado do movimento financeiro da F.N.B. em geral, e fiscal natural do movimento financeiro especial dos departamentos, se o houver. Atende também á parte econômica das delegações, tendo por auxiliares ou colaboradores naturais

o Comissário e a Comissão de Contas. Deve cercar-se dos auxiliares necessários em harmonia com o Comissário e as colaboradoras femininas, para desenvolvimento do serviço geral da Tesouraria.

§ único. O T.G. apresentará, mensalmente, de acordo com a Comissão de Contas, de Finanças e de Compras, um balancete do movimento do mês vencido.

XVII. O 1º Secretário, auxiliar nato do S.G., é encarregado da correspondência das delegações, das Atas e das portarias, que realizará de entendimento com o Secretário Geral e ajudado pelo 2º Secretário.

XVIII. O 2º Secretário é encarregado de atender às solicitações dos sócios que buscam a Secretaria, tomando notas das mesmas e encaminhando-as ou não ao Secretário Geral, conforme se lhe apresenta, viáveis ou inviáveis os assuntos. Tendo em vista que a Secretaria Geral não pode perder tempo com inutilidades, atenderá ou não ao peticionário. Ajudará também o 1º secretário na elaboração das portarias ou outros trabalhos.

XIX. Os fiscais são encarregados da ordem material e moral da sede que devem visitar em todos os seus recantos, a bem da higiene, sanidade, limpeza e asseio de auxiliares que tratem de cuidar desses serviços. Devem policiar a sede, para que não se dêm atos inconvenientes, indignos, imorais ou escandalosos que desmoralizem a associação e produzam máus costumes.

§ I. Devem estabelecer a lista de plantões de cada mês, e comunicar aos escalados.

§ II. No caso de apanhar algum fretenegrino em falta, o fiscal admoestá-lo-á primeiro em particular, notificando-lhe que, caso reincida, será suspenso por menos ou mais tempo e, finalmente, expulso da F.N.B. Isso dever-se-á dar parte ao G.C. na 1ª reunião.

§ III. Os conselheiros fiscais devem tratar os associados com toda urbanidade e gentileza, sem por isso deixarem de ser incisivos e enérgicos. Primeiro, admoestação simples; depois, repreensão; doutra vez, suspensão; finalmente expulsão.

XX. O Comissário dos Cabos é o encarregado do movimento geral de arregimentação e procuradoria, com autoridade para lançar penas até o grau de suspensão.

XXI. Atendemos a que são os Cabos os agentes exteriores do G.C., deve mostrar-lhes que êle têm autoridade sobre os sócios quando em comissão especial da F.N.B. que devem aos Conselheiros em particular e ao G.C. respeito e consideração, apelando em caso de desentendimento para a autoridade do Conselho reunido. Isto não no caráter de ultimatum (que seria excesso e indisciplina), mas no caráter de petição e representação, submetendo-se ao veridicto da suprema autoridade da Obra. Tanto mais que, normalmente, é dos Cabos que saem os novos Conselheiros para as vagas que forem abrindo.

XXII. O Comissário deve estar em relação frequente com o Tesoureiro Geral pela parte financeira e com a Secretaria e Fiscalização que depende muito da disciplina dos Cabos, sobre a qual deve ser rigoroso. Deve dar pelo menos mensalmente um relatório do serviço da sua secção que é das mais importantes para a realização do nosso ideal de fé, união e progresso material e moral.

XXIII. Quanto às mais obrigações deve o Comissário atender as outras leis e decretos que dizem respeito ao Conselho Administrativo e Organização da Cobrança.

XXIV. AS comissões devem reunir-se tantas vezes quantas o exigir o serviço perfeito, obedecendo aos seus regulamentos especiais.

XXV. A todos os diretores que faltam às suas obrigações estabelecidas por este meu decreto serão aplicadas as seguintes punições:

- a) Admoestação, Multa.
- b) Suspensão de entrada na sede por tempo determinado ou indeterminado.
- c) Suspensão do cargo.

- d) Exclusão do Conselho.
- e) Expulsão da F.N.B.

batalhador da causa sagrada,

Para que ninguém alegue ignorância, vai este decreto afixado nos lugares de costume, e publicado.

Arlindo VEIGA DOS SANTOS  
Presidente Geral.  
S. Paulo, 15 de Fevereiro de 1933.

“Fóra da Frente Negra, o negro não tem salvação”

... A imprensa, espelha a cultura e o povo.

Anexo D - A VOZ DA RAÇA, 25 de março de 1933 (página 01).

**A Frente Negra Brasileira e um artigo do Sr. Austregesilo de Athayde**

*Carta aberta do Dr. Arlindo Veigas dos Santos, Presidente Geral da F. N. B., publicada na "Folha da Noite", do dia 29 de Fevereiro de 1932.*

Sr. Austregesilo de Athayde,

Lemos nas colunas do "Diário de S. Paulo" o seu interessante artigo sobre a "Frente Negra Brasileira". Interessante porém, digamos, tão ignorante da realidade brasileira, como os de tantos outros, especialmente com respeito à situação real da Gente Negra, acrescento ainda a absoluta falta de informação a respeito da associação que tomou a liberdade de criticar, e de que modo!

Ora, a F. N. B. não é uma sociedade clandestina. Tem estatutos onde os nossos ideais estão fartamente declarados; distribuiu inúmeros impressos e mimeografias expositivos dos fins sociais e políticos; publicou dois manifestos largamente espalhados em nosso meio; um do "Grande Conselho" e outro pessoal meu, manifestos dalgum modo criticados a favor ou contra pela imprensa da capital e do interior, assim como pela carioca em particular. Depois de um longo trabalho de exposição das nossas legítimas aspirações que se condensam na "integralização absoluta, completa, do negro, em toda a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, diplomática, etc.) — como reza o nosso segundo manifesto que continuo a citar:

"O Negro brasileiro deve ter toda formação e toda aceitação, em tudo e em toda a parte dadas as condições competentes (que devem ser favorecidas) físicas, técnicas, intelectuais, morais, exigidas para a "igualdade perante a lei"; — depois de um longo trabalho de lances, a F. N. B. impõe a abnegação, a simpatia, estima e gratidão de brasileiros nacionalistas integrais, especialmente daqueles para quem se criou — os negros brasileiros.

Pois bem! Depois de tantas reuniões públicas a que compareceram membros ou representantes das autoridades, e em que foram claramente expostos os fins da associação político-social que somos e em que por diversas vezes foram feitos voventes apêlos anti-bolchevistas e anti-paralistas à massa de mil, dois mil ou mais patriotas que a ela acorreram; depois de tantos serviços prestados a nossa gente de cor; depois de tantas demonstrações de brasilidade da imprensa obra que estamos realizando, e que não), atirando à cabeça do movimento a pérola de comunismo.

V. S. foi tão infeliz no seu apêlo aos meus patriotas contra um obra que os mesmos conhecem e amam, que não vieramos a pública desalfabucar estas coisas a não ser para que não se não escandalizem os pequeninos.

A sua missão jornalística foi, desta vez, muito mal cumprida. Arremon de que não cobria, e arremon segue, grave e dignificamente. Se V. S. quiser dedicar os seus esforços; tenha a bondade de

semelhante pôde desagradar aos politiqueros, vem V. S. dizer que somos bolchevistas!!! *Seria comico si não fora infame.* Mas a sua "descoberta", honra do senhor, não vale nem como intriga, pois que por tudo quanto atrás vai dito a F. N. B. ficou suficientemente conhecida. Não podíamos ser inimigos do nosso Brasil, nós que, a hora dele, ensaiamos uma política orgânica em que segundo declara o nosso manifesto, passamos "ajudar as poteres nacionais a serem nacionais".

Mas V. S., como se fosse pessimo jornalista, falou do que não entende, ou não procurou entender.

"Tomou d'esplicar a pena, e certamente, monologou consigo, "mas arrear com essas negros" e ofendeu a consciencia nacionalista de todos os negros patriotas (que não têm aliança nenhuma com negros estrangeiros, pois a nossa obra é "nôdica", portanto exclusivamente para nacionais).

vir buscadas na fonte legítima que é a nossa sede, e verá que o movimento frentenegrino é eminentemente brasileiro, muito mais legitimamente do que a campanha por uma constituição elétrica à moda de Rui Barbosa.

Fiquemos por aqui. Não queremos tomar-lhe o tempo, para que não vá acontecer que, por falta de, as outras coisas lhe sejam tão enervadas de verdade como a que a nosso respeito languem.

Agradecemos-lhes em todo caso a oportunidade que nos dá de, mais uma vez, explicarmos o que seja a Frente Negra Brasileira.

Com estima e consideração sou de V. S.

*Arlindo Veigas dos Santos*  
Presidente Geral da F. N. B.

**Negros! O vosso jornal é este. Lêde e propagai "A VOZ DA RAÇA".**

*A Sede Central da Frente Negra Brasileira, em São Paulo*

*A Frente Negra Brasileira e um artigo do Sr. Austregesilo de Athayde*

*Carta aberta do Dr. Arlindo Veigas dos Santos, Presidente Geral da F. N. B., publicada na "Folha da Noite", do dia 29 de Fevereiro de 1932.*

*Sr. Austregesilo de Athayde,*

*Lemos nas colunas do "Diário de S. Paulo" o seu interessante artigo sobre a "Frente Negra Brasileira", Interessante porém, digamos, tão ignorante da realidade brasileira, como os de tantos outros, especialmente com respeito á situação real da Gente Negra, acrescento ainda a absoluta falta de informação a respeito da associação que tomo a liberdade de criticar, e de que modo!*

*Ora a F. N. B. não é uma sociedade clandestina. Tem estatutos onde os nossos ideais estão fartamente declarados; distribuiu inumeros impressos e mimeografias expositivos dos fins sociais e políticos; publicou dois manifestos largamente espalhados em nosso meio; um do "Grande Conselho" e outro pessoal meu, manifestos dalgum modo criticados a favor ou contra pela Imprensa da capital e do interior, assim como pela carioca em particular. Depois de um longo trabalho de exposição das nossas legítimas aspirações que se condesam na "integralização absoluta, completa, do negro, em toda a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, diplomática, etc.) — como reza o nosso segundo manifesto que continuo a citar:*

*" O Negro brasileiro deve ter toda formação e toda aceitação, em tudo e em toda a parte dadas as condições competentes (que devem ser favorecidas) física, técnica, intelectuais, morais, exigidas para a "igualdade perante a lei"; - depois de*

*um longo trabalho de 5 meses, a F. N. B. impôs-se á adesão, simpatia, estima e gratidão de brasileiros nacionalistas integrais, especialmente daqueles para quem se criou – os negros brasileiros.*

*Pois bem! Depois de tantas reuniões públicas a que compareceram membros ou representantes das autoridades, e em que foram claramente expostos os fins da associação politico-social que somos e em que por diversas vezes foram feitos veementes apelos anti-bolchevistas e anti-separatistas á massa de mil, dois mil ou mais patrícios que a ela acorreram; depois de tantos serviços prestados a nossa gente de côr; depois de tantas demonstrações da brasilidade da imensa obra que estamos realizando e que sómente póde desagradar aos politiqueros, vem V. S. dizer que somos bolchevistas!!! Seria comico si não fora infame. Mas a sua “descoberta”, honrado senhor, não vale nem como intriga, pois que por tudo quanto atrás vai dito a F. N. B. ficou suficientemente conhecida. Não podíamos ser inimigos do nosso Brasil, nós que, a bem dêle, ensaiamos uma política organica em que segundo declara o nosso manifesto, possamos “ajudar os poderes nacionais a serem nacionais”.*

*Mas V. S., como se fosse péssimo jornalista, falou do que não entende, ou não procurou entender.*

*Tomo a displicente a pena, e, certamente, monologou consigo: “vou arrazar com êsses negros!” e ofendeu a consciencia ciumentamente nacionalista de todos os negros patrícios (que não têm aliança nenhuma com negros estrangeiros, pois a nossa obra é “política”, portanto exclusivamente para nacionais), atirando à chefia do movimento a pécha de comunismo.*

*V.S. foi tão infeliz no seu apêlo aos meus patricios contra uma obra que os mesmos conhecem e amam, que não viríamos a público desalinhar estas coisinhas a não ser para que não se escandalizem os pequeninos.*

*A sua missão jornalística foi, desta vez, muito mal cumprida. Arengou de que não conhecia. E arengou solene, grave e dogmaticamente. Se V.S. quizer desfazer as suas informações; tenha a bondade de vir busca-la na fonte legitima que é a nossa séde, e verá que o movimento fretenegrino é eminentemente brasileiro, muito mais legitimamente do que a campanha por uma constituição eletrica á moda da de Rui Barbosa.*

*Fiquemos por aqui. Não queremos tomar-lhe o tempo, para que não vá acontecer que, por falta dêle, as outras notas lhe sáiam tão carentes de verdade como a que a nosso respeito lançou.*

*Agradecemos-lhes em todo caso a oportunidade que nos dá de, mais uma vez, explicarmos o que seja a Frente Negra Brasileira.*

*Com estima e consideração sou de V.S.*

*Arlindo Veiga dos Santos  
Presidente Geral da F. N. B.*

*Negros! O vosso jornal  
é este. Lêde e propaga!  
“A VOZ DA RAÇA”*

## Anexo E – A VOZ DA RAÇA, 01 de julho de 1933.

**"O Brasil ainda é dos brasileiros"**

João B. MARIANO

A Frente Negra Brasileira não foi fundada somente para elevar o nível moral e intelectual do negro, que até então vivia na mais completa obscuridade.

Esta prestigiosa instituição de raça, ergueu sua bandeira para despertar o negro que ainda dorme o sono eterno da ignorância, esquecendo-se de que o Brasil é seu e que pela grandeza e glória dele necessita vencer ou morrer.

Diante disto, vemos, logo, que a ação da gente negra deve ser incontinenti, dentro e fóra desta instituição, si é que queremos um Brasil grande, forte e verdadeiramente "brasileirado".

Ora, uma instituição como esta, perfeitamente organizada em toda a linha, com um programa puramente nacionalista, é estranhavel que ainda haja quem diga, na surdina, que a Frente Negra Brasileira não passa de uma união de negros boçais, sem programa definido e que ela, a Frente Negra Brasileira, não tem autoridade, para falar em nome da raça negra.

Que absurdo!

Si esta instituição de negros, que é para negros e mestiços, reconhecida oficialmente em todo o território nacional não pôde falar em nome do negro brasileiro, perguntemos nós, quem é, então, que tem o direito de falar?

Seria um ato de verdadeira caridade se deixássemos estas coisas, que pouco ou nada adiantam á grande e espesinhada raça negra, e que cada um, á medida de suas forças, auxiliasse ao já admirável desenvolver violento desta notavel instituição, que é, realmente, dotada de um programa de vulto agigantado, sem rival talvez na historia de associações patrióticas, que até nossos dias têm vindo a lume.

Não ha razão, portanto, de temer a união, forte e coesa dos negros, que boamente acódem ao toque de reunir á sombra da bandeira da Frente Negra Brasileira.

Aqueles que vêm, nesta união frentenegrina, PERIGOS FUTUROS, são justamente os que mais ignoram a força vital desta instituição de altissima finalidade.

A realidade frentenegrina não é mais do que a INTEGRALIZAÇÃO DO NEGRO nas coisas politicas e sociais, direitos esses que ninguém pode tirar; e não permitir, de forma alguma, que o negro ou mestiço, seja preterido pelo elemento estrangeiro, audácia essa que vinha sendo até não ha muito, como era publico e notorio, dentro e fóra de quasi todas as repartições publicas do governo da Republica do Brasil, notavelmente em S. Paulo, a grande Capital que viu, com lagrimas de sangue a passagem de exercitos infindáveis de negros em demanda do Campinas e Itú, os maiores mercados da escravidão brasileira.

Ao negro, quem o Brasil deve a sua formação, nunca se lhe deveriam fechar as portas.

Se ha injustiça a reparar, esta é uma das principais, que a alma do negro sepultada ha 400 anos ainda reclama em pról de seus desventurados filhos que hoje vivem desamparados por todos os recantos deste vastissimo territorio que eles abnegadamente cultivaram até 88, deixando seu sangue e vidas gravados na grandeza deste vasto Brasil, que os máus brasileiros, enebriados pelo ouro, tentam desnacionalizar.

Para finalizar este artigo que foi escrito por uma dessas almas que se

que cada um, á medida de suas forças, auxiliasse ao já admirável desenvolver violento desta notavel instituição, que é, realmente, dotada de um programa de vulto agigantado, sem rival talvez na historia de associações patrióticas, que até nossos dias têm vindo a lume.

ouro, tentam desnacionalizar.

Para finalizar este artigo que foi escrito por uma dessas almas que se debatem pela integralização imediata do negro na grande Patria que o viu nacer, afirma, sem receio de errar, que a Frente Negra Brasileira é a Casa do negro e a Porta da vitoria.

## O Brasil ainda é dos brasileiros

João B. Mariano

A Frente Negra Brasileira não foi fundada somente para elevar o nível moral e intelectual do negro, que até então vivia na mais completa obscuridade.

Esta prestigiosa instituição de raça, ergueu sua bandeira para despertar o negro que ainda dorme o sono eterno da ignorância, esquecendo-se de que o Brasil é seu e que pela grandeza e glória dele necessita vencer ou morrer.

Diante disto, vemos, logo, que a ação da gente negra deve ser incontinenti, dentro e fóra desta instituição, si é que queremos um Brasil grande, forte e verdadeiramente "brasileirado".

Ora, uma instituição como esta, perfeitamente organizada em toda a linha, com um programa puramente nacionalista, é estranhavel que ainda haja quem diga, na surdina, que a Frente Negra Brasileira não passa de uma união de negros boçais, sem programa definido e que ela, a Frente Negra Brasileira, não tem autoridade, para falar em nome da raça negra.

Que absurdo!

Si esta instituição de negros, que é para negros e mestiços, reconhecida oficialmente em todo o território nacional não pôde falar em nome do negro brasileiro, perguntemos nós, quem é, então, que tem o direito de falar?

Seria um ato de verdadeira caridade se deixássemos estas coisas, que pouco ou nada adiantam á grande e espesinhada raça negra, e que cada um, á medida de suas forças, auxiliasse ao já admirável desenvolver violento desta notável instituição, que é, realmente, dotada de um programa de vulto agigantado, sem rival talvez na historia de associações patrióticas, que até nossos dias têm vindo a lume.

Não ha razão, portanto, de temer a união, forte e coesa dos negros, que boamente acódem no toque de reunir á sombra da bandeira da Frente Negra Brasileira.

Aqueles que vêm, nesta união frentenegrina, PERIGOS FUTUROS, são justamente os que mais ignoram a força vital desta instituição de altissima finalidade.

A realidade frentenegrina não é mais do que a INTEGRALIZAÇÃO DO NEGRO nas coisas politicas e sociais, direitos esses que ninguém pode tirar; e não permitir, de forma alguma, que o negro ou mestiço, seja preterido pelo elemento estrangeiro, audácia essa que vinha sendo até não ha muito, como era publico e notorio, dentro e fóra de quasi todas as repartições publicas do governo da Republica do Brasil, notavelmente em S. Paulo, a grande Capital que viu, com lagrimas de sangue a passagem de exercitos infindáveis de negros em demanda de Campinas e Itú, os maiores mercados da escravidão brasileira.

Ao negro, quem o Brasil deve a sua formação, nunca se lhe deveriam fechar as portas.

Se ha injustiça a reparar, esta é uma das principais, que a alma do negro sepultada ha 400 anos ainda reclama em pról de seus desventurados filhos que hoje vivem desamparados por todos os recantos deste vastissimo territorio que eles abnegadamente cultivaram até 88, deixando seu sangue e vidas gravados na grandeza deste vasto Brasil, que os máus brasileiros inebriados pelo ouro, tentam desnacionalizar.

Para finalizar este artigo que foi escrito por uma dessas almas que se debatem pela integralização imediata do negro na grande Patria que o viu nacer, afirma, sem receio de errar, que a Frente Negra Brasileira é a Casa do negro e a Porta da vitoria.

## Anexo F – A VOZ DA RAÇA, 25 de março de 1933 (página 02).

**A árvore da Frente Negra Brasileira**  
Arlindo VEIGA DOS SANTOS

Quem é que não conhece aquela história da árvore plantada pelo velho octogenário? Foi o caso que, estando um príncipe oriental a passeio, topou com um velho, muito velho, a plantar uma nogueira, árvore que, como se sabe, dá fruto somente depois de longos anos.

Estranhou o príncipe, como era muito natural, o estar o velho plantando aquela qualidade de fruteira. E até fez ver ao ancião a sua estranheza. Não se apouquentou êste e foi-lhe dizendo que, se ninguém outrora plantasse as nogueiras que já existem hoje, porque não teria tempo de comer-lhes as nozes, então tudo estaria sempre por começar. Fez ver assim ao príncipe que dos seus avós também êle herdara muitas árvores cujo fruto não provaram. Por essa razão, devia igual serviço aos seus filhos e netos.

Não há, para mim, melhor ensinamento da solidariedade eterna da Nação, da qual falei aos Frentenegrinos no passado número. A Nação não somos unicamente nós, os Brasileiros de hoje, senão também os de ontem e os de amanhã.

O espírito liberal e democrático, estragador de todas as pátrias, pejado sempre de doutrinas exóticas e estúpidas, espírito que entrega o destino nacional à sabença ridícula e apressada de meia-dúzia eleita pelo sufrágio universal, desconhece a verdade das razões do retrocrescimento da história. Assim, vive êle tentando experiências sociais e políticas de todo feito, sem solidariedade com a Tradição nacional, sem amor as realidades da Terra e da Raça, sem querer conservar o bem do passado, desprezando somente a parte má, que sem dúvida não deve ser guardada.

Nós, Frentenegrinos, temos o soberbo espírito da Nação e, daí, ficamos indignados contra tudo quanto vai contra ela. Não compreendemos essa idiotice de separatismo de intencionalismo e outros muitos tamos criminosos que andam por aí, cheios de pompa e arrogância.

Herdámos uma grande árvore, e queremos, com ela testar, outra a nossos descendentes.

A grande árvore que herdámos e amamos é o nosso BRASIL, com todas as suas propriedades espirituais, morais e materiais a árvore especialmente nossa é a "Frente Negra Brasileira" que, se não puder fazer todo bem à geração atual (à qual, parece, já fez alguma coisa), contudo, o lar, certamente, a crianças meninos e meninas que vão crescendo, herdeiros que são dos nossos esforços, conselhos e aspirações.

Não podemos ser de tal maneira egoístas, que ofendamos apenas aos nossos confortos individuais. O negro não é somente cada um de nós, mas nossas famílias, nossa Gente toda. O negro não é só o presente, como não foi só o passado quando era presente, senão também o futuro. Deve haver uma solidariedade, no espaço e no tempo. Deve haver uma fidelidade. As instituições frentenegrinas que agora lançamos, os negros do futuro, merecem-lhes o respeito, sempre em harmonia com as instituições nacionais, que, se Deus quiser, também começarão afinal a respeitar as formas tradicionais de governar-nos. E a frondosa árvore da F. N. B. dará sombra e agasalho a todos os negros de boa vontade.

**NEGROS!**  
Não esperai a hora da dor e da angústia, para se prevenir, o homem prevenido, tem probabilidades duplas. Alistai-vos hoje mesmo na  
Caixa Beneficente da Frente Negra Brasileira

**De pé como homem...**  
Alguem disse — de pé, como homem... mas é preciso que estejamos mesmo de pé.

O bom frentenegrino ou frentenegrina não recua nunca de peles.

Não cede terreno, não se desanima, não se curva como covarde e não se ajoelha como escravo.

Marcha e marcha de pé. Confiante na raça e na pátria.

Marcha e marcha como homem, olhando sempre para o futuro, grandioso e incomparável da pátria e da raça.

A marcha do negro pela estrada arenosa da pátria é uma marcha de sangue. É lutar por sobre camadas de brzas. É sofrendo que a raça se levanta gloriosa e vencedora, empunhando o facho da conquista. A grande vitória do negro haverá de abalar o mundo.

É, pois, de pé, como homem, que se entra no campo da luta. Negros! Pela raça, pela pátria e pela família.

De pé!  
Colô Ramosa

A árvore da Frente Negra Brasileira

Arlindo VEIGA DOS SANTOS

Quem é que não conhece aquela história da árvore plantada pelo velho octogenário?

Foi o caso que, estando um príncipe oriental a passeio, topou com um velho, muito velho, a plantar uma nogueira, árvore que, como se sabe dá fruto somente depois de longos anos.

Estranhou o príncipe, como era muito natural, o estar o velho plantando aquela qualidade de fruteira. E até fez ver ao ancião a sua estranheza. Não se apouquentou êste e foi-lhe dizendo que, se ninguém outrora plantasse as nogueiras que já existem hoje, porque não teria tempo de comer-lhes as nozes, então tudo estaria sempre por começar. Fez ver assim ao príncipe que dos seus avós também êle herdara muitas árvores cujo fruto não provaram. Por essa razão, devia igual serviço aos seus filhos e netos.

\* \* \*

Não há, para mim, melhor ensinamento da solidariedade externa da Nação, da qual falei aos Frentenegrinos no passado número. A Nação não somos unicamente nós, os Brasileiros de hoje, senão também os de ontem e os de amanhã.

O espírito liberal e democrático, estragador de todas as pátrias, pejado sempre de doutrinas exóticas e estúpidas, espírito que entrega o destino nacional à sabença ridícula e apressada de meia-dúzia eleita pelo sufrágio universal, desconhece a verdade das razões do octogenário da história. Assim, vive êle tentando experiências sociais e políticas de todo

feito, sem solidariedade com a Tradição nacional, sem amor as realidades da Terra e da Raça, sem querer conservar o bem do passado, desprezando somente a parte má, que sem dúvida não deve ser guardada.

Nós, Frentenegrinos, temos o soberbo espírito da Nação e, daí, ficarmos indignados contra tudo quanto vai contra ela. Não compreendemos essa idiotice de separatismo, de internacionalismo e outros muitos ismos criminosos que andam por aí, cheios de pompa e arrogância.

Herdámos uma grande árvore, e queremos, com ela testar, outra a nossos descendentes.

A grande árvore que herdámos e amamos é o nosso BRASIL com todas as suas propriedades espirituais, morais e materiais a árvore especialmente nossa é a “Frente Negra Brasileira” que, se não puder fazer todo bem à geração atual (à qual, parece, já fez alguma coisa), contudo o fará certamente a esses meninos e meninas que vão crescendo, herdeiros que são dos nossos esforços, cansados e aspirações.

não podemos ser de tal maneira egoísta, que olhemos apenas aos nossos confortos individuais. O negro não é somente cada um de nós, mas nossas famílias, nossa Gente toda. O negro não é só o presente, como não é só o passado quando era presente, senão também o futuro. Deve haver uma solidariedade no espaço e no tempo. Deve haver uma fidelidade. As instituições frentenegrinas que agora lançamos, os negros do futuro aperfeiçoá-las-ão respeitando-as, sempre em harmonia com as instituições nacionais, que, se Deus quiser, também começarão afinal a respeitar as formas tradicionais de governar.

Com êsse espírito, nós caminharemos. E a frondosa árvore da F. N. B. dará sombra e agasalho a todos os negros de boa-vontade.

-----  
NEGROS!

Não esperai a hora da dôr e da angustia, para se prevenir,  
o homem prevenido, tem probabilidades duplas.

Alistae-vos hoje mesmo na  
Caixa Beneficente da  
Frente Negra Brasileira

-----  
De pé como homem...

Alguém disse – de pé como homem... Mas é preciso que estejamos mesmo de pé.

O bom frentenegrino ou frentenegrina não recua nunca de peleja.

não cede terreno, não se desanima, não se curva como covarde e não se ajoelha como escravo.

Marcha e marcha de pé. Confiante na raça e na pátria.

Marcha e marcha como homem, olhando sempre para o futuro grandioso e incomparavel da patria e da raça.

A marcha do negro pela estrada arnosa da pátria é uma marcha de sangue. É pisar por sobre caminhos de brazas. E’ sofrendo que a raça se levanta gloriosa e vencedora, empunhando o facho da conquista. A grande vitoria do negro haverá de abalar o mundo.

E’ pois, de pé, como home, que se entra no campo da luta.

Negro! Pela raça, pela patria e pela familia.

De pé!

Colú Barbosa

## Anexo G - A VOZ DA RAÇA, 25 de março de 1933 (página 04)



**FRENTE NEGRA**  
(Especial para A VOZ DA RAÇA)

Joaquim Pedro Kiel  
Araraquara

*Há, houve e haverá ainda muita lei incompleta no Brasil, resultantes quasi todas da pressa com que são elaboradas, aprovadas e promulgadas.*

*Porém, nenhuma, talvez, se compare, neste particular, á de 13 de Maio de 88. De que cogitou essa lei?*

*De somente permitir que os pretos, dali em diante, não fossem mais escravos ou cogitava de integrar na população livre uma grande massa de brasileiros que mais haviam trabalhado pelo progresso e grandeza nacional?*

*Evidentemente era esse ultimo proposito o dos autores da referida lei, mas forçoso é confessar-se que esse desideratum não foi alcançado e que a lei foi muito falha.*

*Os infelizes cativos eram totalmente analfabetos e o cativoiro cruel os havia quasi irracionalizado, apesar da sua fibra formidavelmente robusta. Ora, o que aconteceu, quando estes pobres homens se viram livres do humilhante servilismo?*

*Eram iguais aos brancos perante a lei, mas, desconhecedores dos seus direitos, incapazes de preverem os reais proventos que poderiam tirar do seu trabalho, continuaram a labutar estoicamente nos mais rudes serviços, sempre submissos, sempre humilhados, sempre em condições inferiores.. A raça negra em*

*nosso paiz foi a mais devastada pelo álcool, a mais explorada pelos argentartos, a que sempre foi procurada para servir ao capanguismo, o qual, a troco de um punhado de ouro, explorava e ainda explora a sua bravura indômita.*

*E tudo isso se dá, porque a lei que libertou os pretos não cuidou de os instruir, de os elevar mental e moralmente.*

*Por isso, para levar a efeito a obra que o governo não quis ou não poudo fazer, formou-se em S. Paulo a “Frente Negra Brasileira”*

*O fim dessa nobre associação é difundir intensamente a instrução e civilização, implantar as mais modernas noções de higiene, aperfeiçoar moral e profissionalmente e dar assistência medica eficiente e suficiente aos pretos brasileiros, procurando, sobretudo, infundir-lhes o patriotismo, o amor por esta terra que tanto lhes deve.*

*E é provável que levem avante o seu intuito porque os que acham atesta da direção da campanha são homens de real valor.*

*E nós, os brancos brasileiros, devemos dar todo o apoio a esses abnegados patrícios que desejam melhorar o material humano nacional.*

*Dr. Arlindo Veiga dos Santos e seu irmão Isaltino são dois idealistas que aliam ao idealismo um grande senso pratico e um grande espirito tenazmente combativo.*

*Conheço-os de há muitos anos.*

*Quando ainda eram quase meninos (um com 17 e outro com 15 anos) fundaram em Itú, juntamente com o rabiscador destas linhas, um semanário intitulado “A Bomba”, cujo titulo era alusivo ao distintivo da artilharia montada.*

*“A Bomba” era quasi um órgão oficial do 4º R. A. M.*

*Apesar, porém, desse carater, “A Bomba” corajosamente defendeu a idéia da 2ª candidatura de Rui Barbosa á presidencia da Republica, contra a opinião geral da officialidade que aspirava vêr o General Lauro Miler no posto para o qual iria ser escolhido, Epitacio Pessoa.*

*Acima dos interesses e das conviniencias, estava a liberdade de opinião. Os officiais, porém, foram de uma superioridade e liberalidade que só se vê num coronel Rabelo.*

*Acharam graça no ardor ruibasboseano da nossa modestissima folha e continuara, a nos comprar os jornais e a nos darem preferencia para a publicação de editais de concurrencia e outras matérias pagas.*

*E foi nesse pequenino jornal que Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos esnaiaram os seus primeiros passos na imprensa, bem como o autor desta insonsa tirada. Parém só Deus e nós é que podemos avaliar as dificuldades financeiras e a luta que sustentamos para “A Boba” não morrer no primeiro número.*

*Si não fora a energia e tenacidade sem par de Isaltino, “A Bomba”, teria estourado antes de nascer...*

*É verdade que viveu uns três meses, mas, viveu...*

## Anexo H - A VOZ DA RAÇA, 08 de julho de 1933

**Nunca é tarde!**

Assistimos no momento a uma evolução forçada por que tinha que passar a nossa pátria, a uma renovação continua de ideias e de homens que era inevitável a um paiz novo como o nosso.

E o negro já devia estar preparado para acompanhar a evolução, para não ficar de braços cruzados olhando essa grande procissão que caminha com os olhos fitos num futuro melhor.

Mas agora dirão: Como devia estar o negro preparado?

A instrução é única e exclusivamente do que se resente o negro, mal de que se resente o povo brasileiro em geral.

E ninguém mais do que o negro precisa da instrução, porque ele sempre foi olhado como um instrumento, como um pária, e por isso é-lhe necessaria a instrução para repelir aqueles que ainda sonham com os "aureos" tempos da escravidão.

E o negro disse é o unico culpado.

E assim é porque ele sempre pensou que como fator incontestado da formação brasileira, podia ficar alheio a tudo, porque já dera muito ao Brasil, sem pensar num futuro melhor, sem prever a enorme revolução que atingiria todas as classes sociais.

E até bem pouco tempo, o negro viu passar por ele um a um, todos os que com ele já estiveram hambreados.

Depois porem que já haviam passado todos, depois que a fila interminável já ao longe seguia, o negro mais por espirito de imitação do que por convicção decidiu acompanhá-los.

Aí é que ele veio ver que ainda não se tornara apto para acompanhar os vanguardeiros.

Não sabia como se desvencilhar das urzes do caminho, não que sabia que caminho devia tomar para alcançar os que na frente seguiam com passo seguro e certos da vitória.

E o negro parou e decidiu voltar.

E voltou!

Voltou para se retemperar de forças e munir-se do que lhe era indispensável.

Agora porem ele compreendeu todo o valor da instrução e por isso ele se prepara para, num passo agigantado ir demonstrar que o negro também pode e deve seguir sempre para a frente, impávido e agora mais do que nunca conciente do papel que ainda lhe cabe como fator que foi da grandeza do nosso Brasil.

Urge porem que o negro não esmoreça que receba com um sorriso nos labios as vicissitudes que lhe anteporão e que não se impressione com os que já vão na sua frente, porque nunca é tarde.

Jacobus  
Piratininga, 27-6-33.

*Nunca é tarde!*

*Assistimos no momento a uma evolução forçada por que tinha que passar a nossa pátria, a uma renovação continua de ideias e de homens que era inevitável a um paiz novo como o nosso.*

*E o negro já deixa estar preparado para acompanhar a evolução, para não ficar de braços cruzados olhando essa grande procissão que caminha com os olhos fitos num futuro melhor.*

*Mas agora dirão: como devia estar o negro preparado?*

*A instrução é única e exclusivamente do que se resente o negro, mal de que se resente o povo brasileiro em geral.*

*E ninguém mais do que o negro precisa da instrução, porque ele sempre foi olhado como um instrumento, como um pária, e por isso é-lhe necessaria a instrução para repetir aqueles que ainda sonham com os "áureos" tempos da escravidão.*

*E o negro disse é o único culpado.*

*E assim é porque ele sempre pensou que como fator alheio a tudo, porque já dera muito ao Brasil, seja pensar num futuro melhor, sem prever a enorme revolução que atingiria todas as classes sociais.*

*É até bem pouco tempo, o negro viu passar por ele um a um, todos os que com ele já estiveram hambreados.*

*Depois porem que já haviam passados todos, depois que a fila interminável já ao longe seguia, o negro mais por espirito de imitação do que por convicção decidiu acompanhá-los.*

*Aí pe que ele veio ver que ainda não se taornaria apto para acompanhar os vanguardeiros.*

*Não sabia como se desvencilhar das urzes do caminho, não que sabia que caminho devia tomar para alcançar os que na frente seguiam com passo seguro e certos da vitória.*

*E o negro parou e decidiu voltar.*

*E voltou!*

*Voltou para se retemperar de forças e munir-se do que lhe era indispensável.*

*Agora porem ele compreendeu todo o valor da instrução e por isso ele se prepara para, num passo agigantado ir demonstrar que o negro também pode e deve seguir sempre par a frente, impávido e agora mais do que nunca conciente do papael que ainda lhe cabe como faotr que foi da grandeza do nosso Brasil.*

*Urge porem que o negro não esmoreça que receba com um sorriso nos labios as vicitudes que lhe anteporão e que não se impressione com os que já vão na sua frente, porque nunca é tarde.*

Jacobus - Piratininga, 27-6-33

## Anexo I – A VOZ DA RAÇA, 08 de julho de 1933

**Instrução**  
AO RAUL

A revolução traz quasi sempre evolução. Pois bem, graças a Deus, a revolução de 30 foi o que disparou os últimos mimos do coração do negro de há muito espezinhado no conceito da sociedade brasileira.

E daí nasceu o mais forte desejo entre os negros de se colocarem à altura com seus merecimentos.

E o negro de lá para cá tem procurado consolidar a sua educação, cimentando-a com a instrução.

As nossas sociedades compreenderam a tempo o quanto vale a biblioteca, o valor que tem para o negro o queimar as pestanas ou ouvir atentamente o que outros mais adiantados na instrução, sacrificando as suas horas de lazer, ministram, com orgulho de poder dizer alguma coisa de útil a seus irmãos que não tiveram RECURSO para aprenderem.

Recurso porque o negro nunca teve a recompensa exata do seu trabalho físico; porque o seu salário mal dá para as despesas de primeira necessidade.

E assim o negro só aprendeu alguma coisa, devido a ser inabalável, graças sempre ao seu esforço próprio e à sua vontade tenaz.

\*\*\*

Hoje, admiravelmente se vê desde o menino até ao adulto receber o livro como um pão celestial, guardar as lições recebidas com o entusiasmo sempre crescente de evolução.

O programa de instrução no meio negro, ganha terreno dia a dia, crescendo sempre a olhos vistos, de uma maneira belíssima; embora não conte com projeção oficial ela aí está patente nos olhos de todos.

E todo esse trabalho dos guiladores negros tem sido levado a efeito com a paciência das tartas, sustentando, despeito de nome, política interna, ambições de grupo, etc.

«A paciência é a fonte mais bela e mais apreciável da fortaleza de animo e também é mais rara.»

\*\*\*

Imaginou-se fazer uma obra grandiosa na sociedade negra, difundindo-se a instrução e vae-se conseguindo esse desideratum.

E sem partidatismo – por pertencer a uma e outra – quero citar entre as diversas que cultivam com carinho a instrução: a FRENTE NEGRA BRASILEIRA e o CLUBE NEGRO DE CULTURA SOCIAL.

Contando somente com a boa vontade de seus associados e com a firme resolução de fazer os alicerces desta obra grandiosa que é a educação e a instrução da Gente Negra, os seus dirigentes provam mais uma vez, que querê é poder, e desprezando os ataques hipócritas de uma corrente sem fim de chorões de todas as espécies, vão levando com paciência a obra a que se propuzeram.

O leitor ao ler estas linhas e que talvez nunca ouvisse falar disso, ficará naturalmente em duvida e, nesse caso eu o aconselho que vá assistir as aulas noturnas que essas sociedades ministram aos seus sócios.

\*\*\*

Enfim estão de parabéns mentores negros que escolheram o melhor caminho para chegarem ao fim desta cruzada: A INSTRUÇÃO.

RAJOVIA

*Instrução**Ao Raul*

*A revolução traz quasi sempre evolução. Pois bem, graças a Deus, a revolução de 30 foi o que disparou os últimos mimos do coração do negro de há muito espezinhado no conceito da sociedade brasileira. E daí nasceu o mais forte desejo entre os negros de se colocarem a altura dos seus merecimentos.*

*E o negro de lá para cá tem procurado consolidar a sua educação, cimentando-a com a instrução.*

*As nossas sociedades compreenderam a tempo o quanto vale a biblioteca, o calor que tem para o negro o queimar as pestanas ou ouvir atentamente o que outros mais adiantados na instrução, sacrificando as suas horas de lazer, ministram, com orgulho de poder dizer alguma coisa de útil a seus irmãos que não tiveram RECURSO para aprenderem,*

*Recurso porque o negro nunca teve a recompensa exata do seu trabalho físico; porque o seu salário mal dá para as despesas de primeira necessidade.*

*É assim o negro só aprendem alguma coisa, devido a sua fé inabalável, graças sempre ao seu esforço próprio e a sua vontade tenaz.*

*Hoje, admiravelmente se ve desde o menino até ao adulto receber o livro como um pão celestial, guardar as lições recebidas com o entusiasmo sempre crescente de evolução.*

*O programa de instrução no meio negro, ganha terreno dia a dia, crescendo sempre a olhos vistos, de uma maneira belíssima; embora não conte com projeção oficial ela aí está patente aos olhos de todos.*

*E todo esse trabalho dos guiladores negros TEM SIDO LEVADO A EFEITO COM A PACIENCIA DOS TOROTS, SUSTENTANDO, DESPEITO DE NOME, POLÍTICA INTERNA, AMBIÇÕES DE GRUPO, ETC.*

*A PACIENCIA é a fonte mais bela e mais apreciável da fortaleza de animo e também é mais rara.*

*Imaginou-se fazer uma obra grandiosa na sociedade negra, difundindo-se a instrução e vae-se conseguindo esse desideratum, E sem partidatismo – por pertencer a uma e outra – quero citar entre as diversas que cultivam com carinho a instrução: a FRENTE NEGRA BRASILEIRA e o CLUBE NEGRO DE CULTURA SOCIAL. Contando somente com a boa vontade de seus associados e com a firme resolução de fazer os alicerces desta obra grandiosa que é a educação e a instrução da Gente Negra, os seus dirigentes provam mais uma vez, que querê é poder, e desprezando os ataques hipócritas de uma corrente sem fim de chorões de todas as espécies, vão levando com paciência a obra a que se propuzeram.*

*O leitor ao ler estas linhas e que talvez nunca ouvisse falar disso, ficará naturalmente em duvida e, nesse caso eu o aconselho que vá assistir as aulas noturnas que essas sociedades ministram aos seus sócios.*

*Enfim estão de parabéns mentores negros que escolheram o maior caminho para chegarem a o fim desta cruzada: A INSTRUÇÃO.*

RAJOVIA



Finalmente sabe, que o homem é o Operario e o Diretor.

Pois bem, se estas questões estão afetas ás decisões do homem, seja qual fôr a sua côr, deve êle contribuir com o esforço proprio para se colocar no degráo mais alto da escala ascendente. Nesse píncaro, deve o homeme instalar a sua orientação, dirigindo pela busola telescópica do seu ideal.

As dificuldades oprimem o negro, interceptando-lhe a marcha, ainda vagarosa, que dispões para conquistar o joio imaginado.

Quando o negro é observado pelo lado expansivo do preparo intelectual, nota-se o desmerecimento. Porém, se o negro se eleva pelos seus feitos, surge imediatamente a malevolência promovida, ás vezes, pelos proprios que sentem o sangue negro irradiar-se de suas veias. Crece a opressão, e o negro, aturdido, sem raciocinar, quando ia se enaltecendo, desfalece e, julgando-se isolado cái no ponto inicial do seu trabalho.

Porque se passa este fato tão lamentavel?

E' porque o negro se ilude em um meio perfumado, enfeitado com os galanteios das Rosas Brancas, mesmo porque não ha Rosa preta, e, com essa base esquece o lado onde deveria ser abraçado. Mas, se o negro, embora colocado em circulos diferentes, não esquece o sangue do seu sangue, está na iminencia do sorver o perfume de outras flores que não sejam somente as Rosas Brancas.

Atravessamos a fáze em que o negro é procurado.

Aqui é ali encontram-se partidos. Adiante acha-se um ideal. E em todos essas reuniões depuramos com o negro satisfeito, dirigindo-se áqueles que o procuram e que há poucas horas eram seus rivais; seguindo áqueles que minutos antes regeitaram-o em sua cozinha, era sua órta e mesmo na sai róça, pelo simples fato de ser negro.

Ora, será que o negro não tem ainda uma aspiração ou um ideal? Será que o negro não póde ainda falar?

Póde sim!...

E' bastante procurar os seus irmãos de raça e não se iludir com fabulas passageiras.

O ideal psíquico trará o triunfo.

As leis do pais favorecem o negro!

O Governo dá liberdade de pensar no negro!

E' somente pela falta de união.

Pois bem negros meus irmãos presente e preparemos o futuro dos nossos filhos e netos!

Combatemos aqueles que nos combatem!

Contrariam aqueles que nos contrariam"

Açoitamos com a espada do dever aqueles que nos amesquinham e que não nos vêm quando a serenidade nos embalsama, e quando a necessidade nos bate na porta!

Alguns dos negros dirão: Eu nunca fui ofendido, nem física nem moralmente.

Irmãos de Raça, a guerra, quando sucumbe as vidas, não procura unicamente os ofensores, entre êles vão os inocentes, entre êles vão os inocentes, pois estes não ofenderam nem foram ofendidos, entretanto são os primeiros que seguem e que morrem!

A questão não é resolvida por quem organiza, e sim, por quem vai resolver!...

O mal não foi lançado até nem a mim, porém, foi arremessado sobre nós.

O negro não tem partido; não trata de política; mas tem o seu candidato, DR.

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS – Presidente Geral da Frente Brasileira.

Cerramos os olhos sobre preconceitos!

Unamo-nos e marchemos de braços dados e cabeças erguidas sobre o nosso candidato.

E' êle o unico.

Convido, não só os fretenegrinos, mas, os negros brasileiros em geral, mesmo que não pertença, a F.N.B. Unidos seremos a corrente inquebravel que envolve o ambiente puramente brasileiro. O futuro nos aguarda; nos convida a sermos fortes, como indicam os fatos historicos.

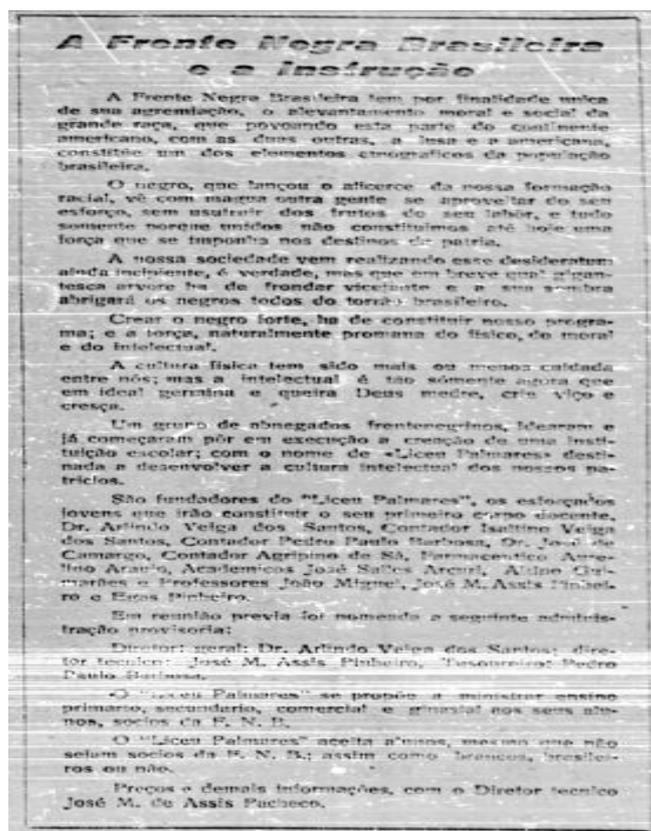
Fortes: Intelectual, moral e espieitualmente.

Sorocaba, 3 de Maio de 1933.

Olympio Moreira da Silva

Delegado Especial da F.N.B.

**Anexo K - A VOZ DA RAÇA, 25 de março de 1933 (página 04)**



*A Frente Negra Brasileira e a instrução*

*A Frente Negra Brasileira tem por finalidade unica de sua agremiação, a alevantamento moral e social da grande raça, que povoando esra parte do continente americano, com as duas outras, a lusa e a americana, constitue um dos elementos etnograficos da população brasileira.*

*O negro, que lançou o alicerce da nossa formação racial, vê com magua outra gente se aproveitar do sem esforço, sem usufruir dos frutos do seu labor, e tudo somente porque unidos não constituímos até hoje uma fora que se imponha nos destinos de pátria.*

*A nossa sociedade vem realizando esse desideratum ainda incipiente. É verdade, mas que em breve qual gigantesca arvore ha de frondar vicejante e a sua sombra abrigará os negros todos do torrão brasileiro.*

*Crear o negro forte, há de constituir nosso programa; e a força, naturalmente promana do físico, do moral e do intelectual.*

*A cultura física tem sido mais ou menos cuidada entre nós; mas a intelectual é tão sómente agora que em ideal germina e queira Deus madre, crie viço e cresça.*

*Um grupo de abnegados frentenegrinos, idearam e já começaram pôr em execução a criação de uma instituição escolar; com o nome de "Liceu Palmares" destinada a desenvolver a cultura intelectual dos nossos patricios.*

*São fundadores do "Liceu Palmares", os esforçados jovens que irão constituir o seu primeiro corpo docente, Dr. Arlindo Veiga dos Santos, Contador Isaltino Veiga dos Santos, Contador Pedro Paulo Barbosa, Dr. João de Canargo, Contador Agripino de Sá, Farmaceutico Agrelino Araujo, Academicos José Salles Areuri, Altino Guimarães e Professores João Miguel, José M. Assis Pinheiro e Egas Pinheiro.*

*Em reunião previa foi nomeado a seguinte administração provisória:*

*O "Liceu Palmares" se propor a ministrar ensino primario, secundario, comercial e ginasial aos seus alunos, socios da F. N. B.; assim como brancos, brasileiros ou não.*

*Preços e demais informações, com o Diretor tecnico José M. de Assis Pacheco.*



atividade, especialmente na parte em que toca a nossa nacionalidade... Ainda mesmo que aqueles, por qualquer motivo fujam de nossa convivência, nós os frentenegrinos os procuraremos, porque só compreendemos um Brasil forte e unido, com a união de todos os brasileiros, sem distinção de côr ou crêdo político, mesmo porque, si nós os negros estamos afastados da vida politica da nacionalidade, a culpa cabe tão sómente a falada aristocracia brasileira, que se envergonhando da sua propria decendencia, nos jogou a margem de todas as atividades, dando conceções escandalosas aos estrangeiros, substituindo até na lavoura, os negros pelos mesmos. E foi por essa e outras cousas identicas que se fundou a Frente Negra Brasileira, mesmo porque o negro já está cansado de ouvir dizer que êle não serve para nada, está cansado de tanto ludibrio e de tanta diminuição; assim sendo de cabeça altiva, a raça quasi unida pleiteia e pleiteiará dentro da ordem os seus direitos como brasileiros que são e que nunca deixaram de ser, já tendo dado para isso sobejas provas, especialmente nas horas em que a patria periga.

- A nossa luta, visa, está visto, a nossa completa emancipação social e politica... Negro quer, e precisa estar em toda parte onde se fale em nacionalismo integral, e onde estejam também os seus irmãos brancos, mesmo porque ninguem mais brasileiro do que o negro; (isto em téze) – porque êle a quatrocentos e tantos anos, vem rolando pelo Brasil, vitima de todas as injustiças e diminuições vexatorias e irritantes... E , no entretanto, apesar de tudo isso, continua êle firme com o Brasil, amando-o como cousa sagrada... é o negro a Guarda avançada das fronteiras da patria, que vem defendendo desde os primórdios da colonisação, quando deixava da enxada, do trondo e de outros suplícios, para sobraçar o fuzil, contra os invasores do nosso querido solo pátrio.

O negro tem como espelho e exemplo frisante da sua bravura indômita, os gigantes Henrique Dias, Zambi, Catarina Caramurú, e outros, e na intelectualidade, além de outros, está ai patente os varões que se chamaram: Patrocínio, Gama e Cruz e Souza, que bem sintetizam e demonstram a capacidade intelectual de sua raça, enfeixada que está, nas paginas gloriosas da historia patria.

E o Negro é tudo isso, e mais alguma coisa ainda, nega-lo como elemento preponderante na oraganisação deste fornudavel quadrante geografico da America, é negar tambem a existencia do Brasil... E nós os dirigentes da Frente Negra Brasileira, aqui estamos para dizer e afirmar essas verdades, que precisam ser ditas, porque milhares de negros as desconhecem, julgando-se inferior a outro qualquer Povo, tão simplesmente pela sua pigmentação; digo isto com autoridade, porque tive o cuidado e o carinho de estudar de perto a mentalidade da nossa gente.

Com a fundação da Frente Negra Brasileira, os camarotes se manifestaram... as apreciações dos negros intelectuais ou não, se coloriram de diversos matizes...

Explodiram, arrebatadas, as palavras fieis de encorajamento e silvaram as setas nervadas do despeito, da maldade, da injustiça, da vaidade e da injuria...

... Mas... Tudo ruiu por terra, espedaçando-se de encontro, as muralhas intransponiveis da VERDADE... E a obra frentenegrina, abençoada por Deus, marcha vitoriosa com o lema dessa mesma vitória, enquadrada nestas palavras:

- DEUS... PATRIA... RAÇA E FAMILIA.

.....  
E a imprensa do nosso Pais, numa grande parte, tentou, e vem tentando ainda embaraçar a nossa marcha, sinão vejamos...

O Diario de S. Paulos, após a ultima reunião de arregimentação, em sua edição do dia 20, reconhecia lealmente que “a continuar nesse crescendo de entusiasmo, dentro em pouco, a nova agremização será uma força capaz de reivindicar para os seus membros os direitos e regatias de que se dizem destituídos“.

Parte da imprensa de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul deu início a uma campanha de desagrado. Não via necessidade capital da fundação de uma frente negra. As leis garantiam igualdade de direitos. Era, pois, obvio e redundancia pretender reivindicar aquilo que já era legitimamente da raça negra.

“A Vanguarda”, do Rio, em 31 de Dezembro, gritava: - “Somos o produto de tres raças, a branco, o índio e o negro, e, portanto, não passamos ainda de uma sub-raça que caldeia tres sangues.

Embora o sangue do branco prepondere em nossa chimica biologica, ou racial, nunca o brasileiro, pela circunstantia de ter a pele alva, guardou preconceito contra o seu patrício de pele morena, vermelha ou preta”.

... Mas... Nós, é que sabemos... Bem haja os que assim pensam!... Adoravel e perversa ingenuidade!.. Tenho a impressão que o autor dessas linhas que, aliás, trazem no bojo a verdade que deveria ditar as leis sociais, vive, á quatrocentos anos, enclausurado num retiro intransponivel do Amazonas, onde nunca chegou a vós humana, onde nunca retumbou o grito de dôr e humilhação do negro cativo á quatro centenarios.

AS leis brasileiras – os negros todos o sabem – são nobres e justas, e estatuiram sóbiamente os primeiros humaníssimos da igualdade.

.....

O brado de alerta da Frente Negra Brasileira, porém, não é contra as leis do pais, que não abrigam preconceitos de côr; - Não é contra a sociedade que tem o direito de pensar como bem ordene os ditames da propria consciencia: - é a favor, sempre a favor do negro brasileiro que tem sido um exotico na sua propria Terra e uma simples COISA na sociedade.

É preciso um impulso forte de maldade e inconciencia para afirmar que no convívio social, o negro gosa das mesmas prerrogativas e regalias que o branco.

E a sua má condição, sob todos os pontos de vista, advem exatamente da relegação em que é tido , creando-se-lhe dificuldades e entraves para tudo: - para trabalhar, para viver, para respirar. O Preconceito de côr, repito – e o negro o sabe – não é inspirado nas magnanimas leis nacionais: - é fogo ateado com lenha particular da sociedade.

E a finalidade da Frente Negra Brasileira, é construir um imenso reservatório de agua capaz de apagar para sempre essa fogueira.

Depois do seu árduo trabalho quando lh’e dão – é quase sempre mesquinamente remunerado, continua na senzala do seu cortiço.

Não tem o direito branco de divertir-se porque o azorrague do vexame, de fauces escancaradas, o espera, berrando aristocraticamente: - negro não póde entrar.

A freguesia branca não tolera o seu contato. A sua epiderme de carvão poderá manchar-lhe a alvura imaculada da pele.

(continua na 4ª página)

## Anexo M - A VOZ DA RAÇA, 01 de julho de 1933 (página 01)



## Amor a escravidão

Arlindo Veiga dos Santos

Se o espírito do Negro Brasileiro fosse um espírito de separação seria eu o primeiro a impugna-lo, com a paixão que tenho pelo Brasil integral, pelo Brasil uno no espírito condição “sine qua non” da existencia da unidade social e politica.

Precisamos de um só Chefe, uma só Moral e uma só Lei-base. Nada de dualismo governamentais nada de confederacionismo, nada de morais leigas mais ou menos tolas, mas sempre nocivas.

**UM SÓ CHEFE, UMA SÓ MORAL, UMA SÓ LEI-BASE!**

Fora disso, o que há sempre havido são oportunismos, moralidades privadas e publicas calamidades.

\* \* \*

Nos Palmares não se discutia o Chefe, o Zambi. Igualmente, não devem os Frentenegrinos discutir o Chefe da Nação, porque nada acontece, a um povo que não seja por intimação divina. Nem devem os Frentenegrinos discutir os seus chefes

particulares. Se algo houver que os magoe saibam que o GRANCE CONSELHO FRENTENEGRINO, em tudo o que faz, faz direito, embora as vezes não pareça, conform o ponto de visra em que algum observador externo se coloque. Não fosse a sua intereiza, e a Gente Negra em S. Paulo estaria hoje entregue aos peores piratas que desejavam fazer dela trampolim para cavações personalíssimas. Apresente-se, pois, ao G. C., na duvida, e ele providenciará.

\* \* \*

Caem nas malhas da escravidão todos os que, presunçosos, procuram fugir a hierarquia, ao senso da experiencia e da doutrina. Inventaram os interessados na bolchevização do Brasil por meio de uma doutrina ótima para macacos, que a Presidencia Geral da F. N. B. queria restaurar a escravidão. Só mesmo idiotas e asnos poderiam acreditar em tamanho dispauterio. Mas há gente para tudo em nosso meio. Não há de ver que deseja a libertação do Pais da mao dos politiqueiros velhos “novos” adora se chama quer a “escravidão”!?

não se espantem, cianções. Não tarda o dia em que a “libertação” virá, esperneir quem espernear. E hão de ver que É MUITO MELHOR RIR POR ULTIMO!

\* \* \*

Mas já são escravos os que pensavam fugir da escrvisão! Estão vendidos. Já serve que os que pretendiam fugir ao cativoiro fantastico tinham muitíssimo amor não a liberdade, mas a escravidão.

E aderiram!

Um dia se escreverá a história comico-trágica do negro nesta mui leal cidade de S. Paulo.

Sera uma vergonha para muita gente que ainda a tenha.

Mas... Pode ser que haja outra escrita muito diferente da historia!...

## Anexo N – A VOZ DA RAÇA, 24 de junho de 1933

**O negro na formação do Brasil.**

O papel de negro na formação do Brasil é constantemente negado ou pelo menos posto em dúvida devido ao espírito estrangeirista que cada dia mais se infiltra em nosso meio afim de nos "civilizar" mas que outra coisa não tem feito senão nos tornar cada dia mais bárbaros, mais desnacionalizados, mais ignorantes da História do Brasil.

Aos que tiverem a ilusão de que o Brasil é obra exclusiva da imigração estrangeira, oferecemos o trecho seguinte, transcrito da "História do Brasil", de João Ribeiro, pags. 70 e 71.

— "O negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento econômico, criador do país e quasi o unico. Sem ele, a colonização seria impossível ao menos ao dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alentavam, em grande parte e a princípio, os primeiros colonos. A acatãção dos brancos ao novo clima, como a de certas plantas, exigia esse arrimo d'on-de lhe vinha a vida. Também por outro lado foi o negro o máximo agente diferenciador da raça mixta que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional".

Desinteressado, o negro que poderia ter-se negado a trabalhar e embrenhar-se nas florestas lá vivendo em plena liberdade, preferiu ficar sujeito a mais negra escravidão, construindo os alicerces e formando as bases da economia nacional, quando aqueles que para cá tinham vindo menos por desejo de colonizar a nova terra mas principalmente pensando em locupletar-se com as pedras preciosas e com o ouro que eles aqui esperavam encontrar sem o menor sacrifício, mais uma vez verifica-se a extraordinária grandeza d'alma dessa mesma gente que hoje é desprezada por muitos dos descendentes dos senhores de então, pessoas estas que estão sempre prontas a atender as aves de arriação que aqui chegando encontraram tudo feito, só tendo o trabalho de comer.

O sentimentalismo envenenado das nossas escolas, com as suas referencias mais ou menos tolas ao "pretinho Benedito", com os seus elogios de raposas ao heroísmo de Henrique Dias, tem dado ao negro a impressão de que os seus antepassados foram uns desgraçados e de que os jovens negros só porisso tem de ser sempre uns vencidos. É preciso porém que o negro tenha coragem de afirmar-se, pois não ha motivos para temores, tudo que existe no Brasil é obra do negro. Sem o negro não haveria Brasil, logo, o negro tem de ser respeitado aqui dentro e quando não o quizerem respeitar ele deve reagir. Os nossos antepassados deram até a ultima gota de sangue para nos legarem um Brasil Brasileiro onde pudessemos ao menos respirar e os que não nos deram a parte a que tinhamos direito pelo trabalho de quatrocentos

anos dos nosso avós não nos podem agora nos negar também o direito de nos afirmarmos aqui dentro isto que somos com muita honra: negros e brasileiros.

A História do Brasil, apesar dos seus muitos defeitos, muitas vozes nos faz justiça. Antes de negarem o valor do negro e a sua atuação na

formação da nossa nacionalidade, devem os nossos calculadores consultar os documentos. E os negros estudem também afim de não serem insultados a cada momento. Instruídos e educados seremos respeitados; far-nos emos respeitar. Não nos esqueçamos de que só o livro completará a redenção da Gente negra do Brasil.

José Buano Feliciano.

### O negro na formação do Brasil

*O papel de negro na formação do Brasil é constantemente negado ou pelo menos posto em dúvida devido ao espírito estrangeirista que cada dia mais se infiltra em nosso meio afim de nos "civilizar" mas que outra coisa não tem feito senão nos tornar cada dia mais bárbaros, mais desnacionalizados, mais ignorantes da História do Brasil. Aos que tiverem a ilusão de que o Brasil é obra exclusiva da imigração de estrangeiros, oferecemos o trecho seguinte, transcrito da "Histórias do Brasil de João Ribeiro, páginas 70 e 71.*

*"O Negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento econômico, criador do país e quase o único, sem ele, a colonização seria impossível ao menos ao dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alentavam, em grande parte e a princípio, os primeiros colonos. A acatãção dos brancos ao novo clima, como a de certas plantas, exigia esse arrimo donde lhe vinha a vida. Também por outro lado foi o negro o máximo agente diferenciador da raça mista que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional".*

*Desinteressado, o negro que poderia ter-se negado a trabalhar e embrenhar-se nas florestas lá vivendo em plena liberdade, preferiu ficar sujeito a mais negra escravidão, construindo os alicerces e formando as bases da economia nacional, quando aqueles que para cá tinham vindo menos por desejo de colonizar a nova terra mas principalmente pensando em locupletar-se com as pedras preciosas e com o ouro que eles aqui esperavam encontrar sem o menor sacrifício, mais uma vez verifica-se a extraordinária grandeza d'alma dessa mesma gente que hoje é desprezada por muitos*

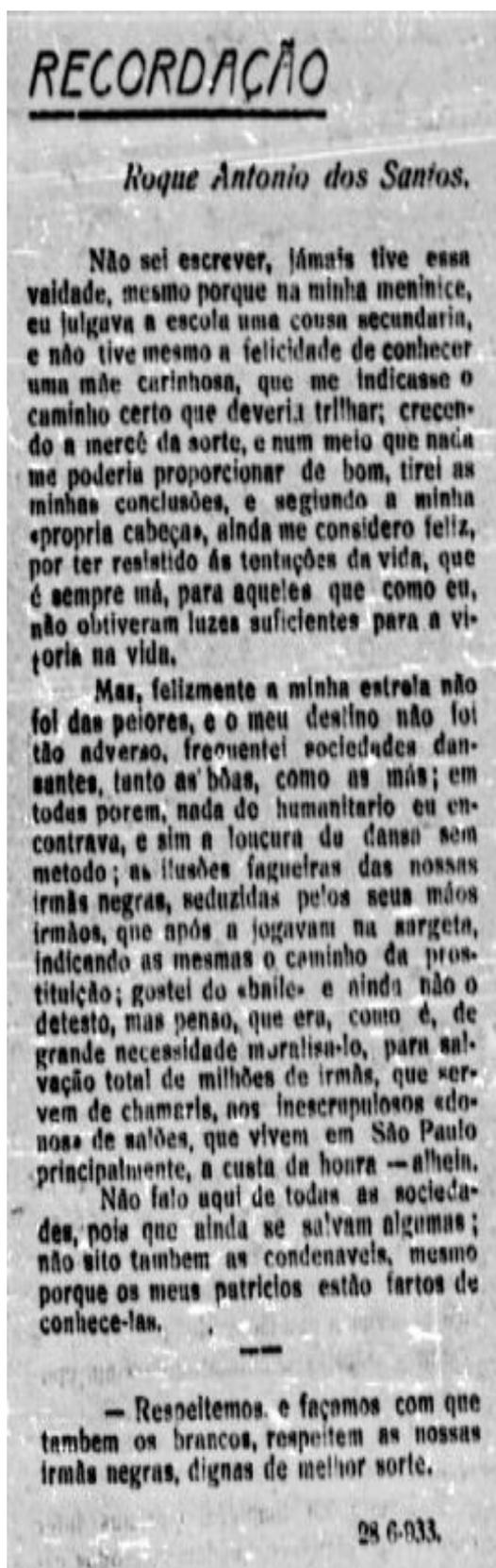
*dos descendentes dos senhores de então, pessoas estas que estão sempre prontas a atender as aves de arribação que aqui chegando encontraram tudo feito, só tendo o trabalho de comer.*

*O sentimentalismo envenenado das nossas escolas, com as suas referencias mais ou menos tolas ao “pretinho Benedito”, com os seus elogios de raposas ao heroísmo de Henrique Dias, tem dado ao negro a impressão de que os seus antepassados foram uns desgraçados e de que os jovens negros só por isso tem de ser sempre uns vencidos. É preciso porém que o negro tenha coragem de afirmar-se, pois não há motivos para temores, tudo que existe no brasil é obra do negro. Sem o negro não haveria Brasil, logo, o negro tem de ser respeitado aqui dentro e quando não o quiserem respeitar ele deve reagir. Os nossos antepassados deram até a ultima gora De sangue para nos legarem um brasil brasileiro onde padecemos ao menos respirar e os que não nos deram a parte a que tínhamos direito pelo trabalho de quatrocentos anos dos nossos avós, não nos podem agora nos negar também o direito de nos afirmamos aqui dentro isto que somos com muita honra: negros e brasileiros.*

*A historia do brasil, apesar dos seus muitos defeitos, muitas vezes nos faz justiça. Antes de negarem o valor do negro e a sua atuação não formação da nossa nacionalidade devem os nosso caluniadores consultar os documentos. E os negros estudem também afim de não serem insultados a cada momento. Instruídos e educados seremos respeitados; far-nos-emos respeitar. Não nos esqueçamos de que só o livro completará a redenção da gente negra do Brasil.*

*José Bueno Feliciano.*

## Anexo O – A VOZ DA RAÇA, 08 de julho de 1933

**RECORDAÇÃO**

*Roque Antonio dos Santos.*

*Não sei escrever, jámais tive essa vaidade, mesmo porque na minha meninice, eu julgava a escola uma coisa secundaria, e não tive mesmo a felicidade de conhecer uma mãe carinhosa, que me indicasse o caminho certo que deveria trilhar; crecendo a mercê da sorte, e num meio que nada me poderia proporcionar de bom, tirei as minhas conclusões, e seguindo a minha «propria cabeça, ainda me considero feliz, por ter resistido ás tentações da vida, que é sempre má, para aqueles que com eu, não obtiveram luzes suficientes para a vitoria na vida.*

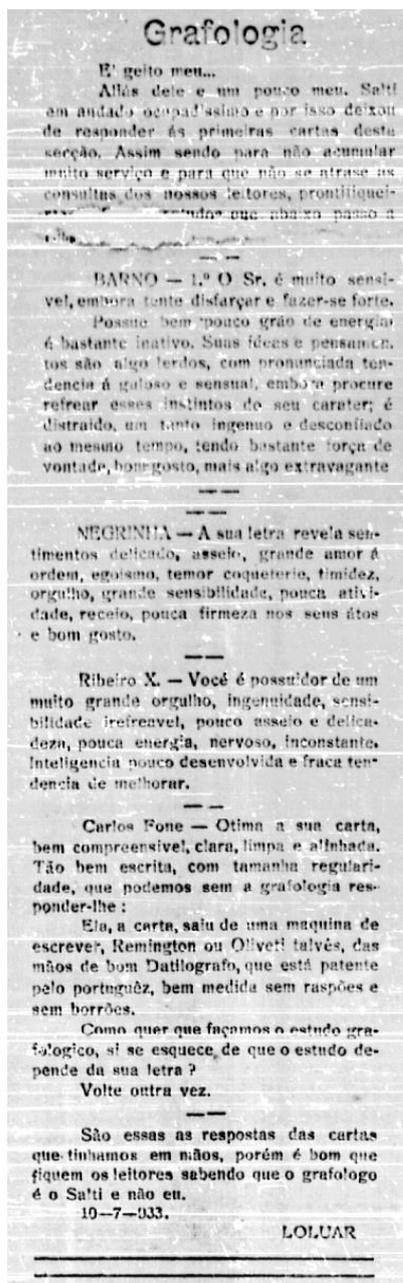
*Mas, felizmente a minha estrela não foi das peiores, e o meu destino não foi tão adverso, frequentei sociedades dansantes, tanto as boas, como as más; em todas porem, nada de humanitario eu encontrava, e sim a loucura da dança sem metodo; as ilusões fagueiras das nossas irmãs negras, seduzidas pelos seus mãos irmãos, que após a jogavam na sarjeta indicando as mesmas o caminho da prostituição; gostei do «baile» e ainda não o detesto, mas penso, que era, como é, de grande necessidade moralisa-lo, para salvação total de milhões de irmãs, que servem de chamaris, nos inescrupulosos «donos» de salões, que vivem em São Paulo principalmente, a custa da hora — alheia.*

*Não falo aqui de todas as sociedades, pois que ainda se salvam algumas; não cito tambem as condenaveis, mesmo porque os meus patricios estão fartos de conhece-las.*

-----

*- Respeiremos e façamos com que tambem os brancos, respeitem as nossas irmãs negras, dignas de melhor sorte.*

## Anexo P - A VOZ DA RAÇA, 15 DE JULHO DE 1933 (página 02)



## Grafologia

E' geito meu...

aliás dele e um pouco meu. Saltiam andando ocupadíssimo e por isso deixou de responder ás primeiras cartas desta seção. Assim sendo para não acumular muito serviço e para que não se atrase as consultas dos nossos leitores, prontifiquei [TRECHO INCOMPREENSÍVEL] estudos que abaixo passo a [TRECHO INCOMPREENSÍVEL].

**BARNO – 1º** O Sr. É muito sensível, embora tente disfarçar e fazer-se forte.

Possue bem pouco grão de energia é bastante inativo. Suas ideas e pensamentos são algo lerfos, com pronunciada tendência á galoso e sensual, embora procure refrear esses instintos de seu caráter; é distraído, um tanto ingênuo e desconfiado ao mesmo tempo, tendo bastante força de vontade, bom gosto, mais algo extravagante.

**NEGRINHA –** A sua letra revela sentimentos delicados, asseio, grande amor á ordem, egoísmo temor coqueterie, timidez, orgulho, grande sensibilidade, pouca atividade, receio, pouca firmeza nos seus atos e bom gosto.

**Ribeiro X. –** Você é possuidor de um muito grande orgulho, ingenuidade, sensibilidade, pouca energia, nervoso, inconstante inteligencia pouco desenvolvida e fraca tendencia de melhorar.

**Carlos Fone –** Otima a sua carta, bem compreensível, calara, limpa e alinhada. Tão bem escrita, com tamanha regularidade, que podemos sem a grafologia responder-lhe:

Ela, a carta, saiu de uma maquina de escrever, Remington ou Oliveti talvez, das mãos de bom Datilografo, que está patente pelo portuguez, bem medida sem raspões e sem borrões.

Como quer que façamos o estudo grafologico, si se esquece de que o estudo depende de sua letra?

Volte outra vez.

São essas as respostas das cartas que tínhamos em mãos, porém é bom que fiquem os leitores sabendo que o grafólogo é o Salti e não eu.

10-7-1933

LOLUAR

# E d u c a ç ã o

João de Souza

Preparar-nos para a vida completa, para a vida no sentido mais lato da palavra diz Spencer, este o fim da educação. Cultura harmonica e metodicamente aplicada ao desenvolvimento das faculdades naturais do homem, a educação cria ao individuo um verdadeiro meio interno, rico de normas de ação e de elementos de trabalho.

Robustecer o corpo, enriquecer o espirito, formar o carater, tais são os pontos capitais deste programa, da plena execução do qual tem de surgir a antidade social nas melhores condições de felicidade pessoal e dos seus semelhantes e distinguir o maximo de perfeição.

O animal tem a sua direção no instinto, dum modo fatal e predestinado; o homem esse tem de criar para si mesmo uma linha de proceder. Por isso KANT' o copernico da filosofia moderna, dizia que a educação converte a animalidade em humanidade; e de acordo com o iminente organizador do CRITICISMO. *Sicilian* assina a ciencia pedagogica, como seu objeto especifico estatuir os principios e indagar dos melhos pelos quais o ser humano do animal se eleva a homem de homem in passe, si torna homem in ato.

Esta passagem na vida do homem, seja-me permitido mecanicamente exprimi-la olhando-a como uma transformação de forças potenciales em forças vivas, que a educação regulariza e subordina de acordo com a maxima utilização individual e coletiva.

Assim concebida a função educativa não será a mais sagrada e a mais patente das funções sociais? O pensamento moderno guindou-a

no par das ciencias capitais da sociologia dinamica. Soberana inauguradora de uma nova era de organização social em que todos os fatores coletivos se recomponham numa homogenidade harmonica e em a disciplina por excelencia.

E o problema educativo que intimamente se prende as mais graves e as mais imperiosas das questões sobre a nossa raça. E a arena pedagogica que se acollie a luta suprema da civilização. O grande campo de batalha disse-o *Littre* é a educação é a escola cuja arma é o livro. A Crise que decorre, profunda como nenhuma outra, que transforma todas as concepções, todas as Crenças e disciplina a mentalidade por novas normas, deve a pedagogia o seu triunfo atual no dominio teorico e no dominio pratico na esfera de ação moral.

Continua.